



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 127

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 20 de março de 2012

Presidente: *Deputado Ricardo Cabral*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Sumário

1 - Debate de urgência sobre “O aumento do desemprego na Região Autónoma dos Açores: causas e soluções”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

Após a intervenção de abertura feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, seguiu-se a intervenção do Governo, para a qual usou da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Usaram ainda da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), José Rego (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), seguido de um contraprotesto por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/2011 – “Aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos”;

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*), iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Paulo Ribeiro (*PSD*), Bárbara Chaves (*PS*), Mário Moniz (*BE*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

No debate na especialidade usaram da palavra as Sras. Deputadas Isabel Rodrigues (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria, tanto na generalidade como em votação final global.

3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “Estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores”;

Por requerimento do PSD, foi requerida a baixa à comissão do diploma, a qual foi justificada pelo Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*). Usaram ainda da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*).

Iniciado o debate usaram da palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*), a quem coube a apresentação do diploma, e os Srs. Deputados Mário Moniz (*BE*), Clélio Meneses (*PSD*), Isabel Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Ribeiro (*PSD*).

Usou ainda da palavra para um protesto o Sr. Deputado Hernâni Jorge (*PS*), seguindo-se um contraprotesto por parte do Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*).

Por requerimento do Grupo Parlamentar do BE os trabalhos foram suspensos, ficando agendada a continuação do debate para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 27 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Dr. Francisco Coelho, está a representar a Região no estrangeiro, razão pela qual estou hoje a orientar a sessão. Amanhã, será o Sr. Vice-Presidente Costa Pereira a conduzir os trabalhos.

Vamos proceder à verificação das presenças.

Agradecia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

Joe Valadão **Rego**

José Gabriel **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de Ávila

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar na nossa ordem de trabalhos propriamente dita.

De acordo com o combinado na Conferência de Líderes, vai seguir-se o primeiro ponto da nossa Agenda: **Debate de urgência sobre “O aumento do desemprego na Região Autónoma dos Açores: causas e soluções”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Regem nesta matéria os artigos 185º e seguintes, do Regimento da Assembleia.

Em Conferência de Líderes foram fixados os seguintes tempos:

A Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, que tomou a iniciativa do debate de urgência, o Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores têm 30 minutos;

O Partido Social Democrata, 20 minutos;

O Centro Democrático Social-Partido Popular, 15 minutos;

O Bloco de Esquerda, 13 minutos;

O Partido Comunista Português, 10 minutos.

Para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM prometeu e cumpriu.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Mais uma vez e esgotando a nossa capacidade regimental de provocar este tipo de debates, o PPM trouxe a esta Assembleia um debate político com uma importância transcendental: a questão do desemprego. Já o tínhamos feito quando trouxemos a este hemiciclo outras questões relevantes: como o debate sobre o ataque à pobreza, a importância económica do mar dos Açores ou o contexto de aplicação, na nossa Região, das medidas contidas no Memorando da Troika.

Temos realmente a consciência que centrámos o debate político em questões muito relevantes e de grande importância para a nossa comunidade.

Deputado Berto Messias (PS): O Manuel Moniz sabe!

O Orador: Fizemo-lo com sentido de cidadania, com espírito autónomico e com grande transparência democrática.

Mais uma vez, anunciámos este debate com um mês de antecedência, após o Vice-Presidente do Governo Regional ter anunciado o crescimento do desemprego para uns extraordinários e chocantes 17% no final deste trimestre. Demos todo o tempo do mundo para que o Governo Regional pudesse preparar este debate. O nosso objetivo foi centrar o núcleo político do Governo Regional nesta questão. Fizemo-lo em nome dos Açores e em nome de todos e cada um dos desempregados açorianos.

A verdade é que, analisando o sucedido nos últimos trinta dias, o Governo Regional desenvolveu, de facto, uma agenda política centrada no combate ao desemprego. Só por si, este facto constitui um êxito importante para a nossa ação política. Marcámos uma agenda centrada no essencial, superando o acessório.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O contexto da situação que estamos a viver no âmbito do crescimento do desemprego é fácil de sintetizar. Os Açores, tal como a generalidade dos países

ocidentais, foi gravemente afetado pela grave crise económica internacional que estamos a atravessar. Ninguém esperaria que a economia regional não fosse afetada nesta conjuntura. Somos uma economia frágil, aberta e altamente dependente. Para além disso, a nossa dependência orçamental em relação ao exterior é dramaticamente grande. No essencial, basta dizer que as nossas receitas próprias apenas cobrem cerca de 50% das nossas despesas.

Para além de tudo isto, a Região continua a ser afetada pelo contexto de insularidade periférica, algo que a dispersão geográfica e a pequena dimensão dos nossos territórios insulares só torna ainda mais patente.

Ninguém esperaria milagres e diques de contenção para a crise. Ninguém o esperava, mas houve quem o apregoasse e os jurasse. Esse alguém foi o Governo Regional. Semeou brisas de fingir e agora colhe, infelizmente para todos os açorianos, graves tempestades. Esta é a narrativa de uma crise anunciada, mas nunca reconhecida como assim o exigiria o mais elementar bom senso. A verdade é que o extraordinário impacto da crise deixou a descoberto a enorme fragilidade do modelo económico açoriano seguido nos últimos 15 anos.

Isto significa que temos um tecido empresarial extremamente frágil e muito dependente do crédito bancário e da subsidiação regional. Neste contexto, a dificuldade de acesso ao crédito e a fragilização da disponibilidade orçamental da Região provocou um autêntico massacre no frágil tecido empresarial regional. Neste particular, o que está a acontecer no sector da construção civil é absolutamente devastador.

É neste sector que a destruição de emprego é mais rápida e de maior amplitude. Sem crédito e com uma descida dramática do investimento público, este sector continuará a contrair-se e a gerar mais desemprego na Região.

Nestes três anos, o Governo Regional também não foi capaz de construir uma estratégia de contenção da crise económica e do conseqüente aumento do desemprego. É por isso que o desemprego bate todos os records e afunda a Região numa situação sem precedentes. Temos o maior número de desempregados da nossa História – cerca de 18 mil pessoas – e superámos a já

de si dramática situação nacional. Pela primeira vez, a nossa taxa de desemprego superou a média nacional, fixando-se em 15% no último trimestre. A questão de contexto aqui é tentar perceber que fatores explicam o dramático crescimento do desemprego...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: ... verificado em apenas um ano, tendo em conta que se passou de 7% para 15%. Não serve como explicação a política de austeridade seguida pelo Governo da República, na medida em que ela teve também repercussão no território continental, facto que não impediu que os Açores superassem a taxa de desemprego nacional.

Aqui aconteceu qualquer coisa que acelerou a destruição do emprego e que tornou o cenário regional, nesta matéria, ainda pior que o nacional. O que sucedeu, na minha opinião, foi o completo fracasso da gestão das variáveis da crise por parte do executivo regional.

Linhas de crédito ineficazes e inacessíveis. Mau e errático investimento público. Imobilidade estratégica e falta de capacidade de reação a situações adversas. O resultado é que a economia regional está a ruir como um castelo de cartas, sem que o Governo Regional consiga articular uma resposta estrutural verdadeiramente eficaz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão fundamental que se coloca neste debate é definir o que se deve e pode fazer para combater o aumento do desemprego. O que se deve fazer para criar emprego na nossa Região. O que se deve fazer para tirar milhares de concidadãos da situação aflitiva em que se encontram.

São 18 mil pessoas que têm de encontrar, sem emprego e muitas vezes sem qualquer rendimento, forma de pagar as suas contas e preservar os seus bens. Trata-se de uma situação verdadeiramente aterradora, que soma muitas noites sem dormir e faz de cada dia um compasso de espera dramático.

O desemprego destrói a nossa sociedade e instala a injustiça, a pobreza e o desânimo. É um cancro que temos o dever de extirpar. Só assim renascerá a

esperança e se reconquistará a felicidade e a realização dos homens e mulheres que formam a nossa sociedade. Este é, meus senhores, o maior desafio político desta legislatura.

Concordo com algumas das propostas já avançadas pelo Governo Regional, sendo que muitas delas não constituem verdadeiras novidades e não funcionaram num passado recente. Muitas vezes, a falta de eficácia reside na deficiente execução de uma boa ideia. Penso que isso tem sucedido, de forma recorrente, nesta legislatura.

Proponho aqui uma alteração na dimensão da escala e projeção do investimento público regional. Nestas circunstâncias, o aconselhável é realizar investimentos e obras públicas de pequena dimensão, mas muito dispersos territorialmente e muito numerosos. Tudo isto em detrimento dos investimentos megalómanos que pontuam aqui e ali a nossa geografia orçamental.

Considero também que a estratégia de promoção do investimento privado e da iniciativa individual tem de ser muito mais proactiva. Existem centenas de boas ideias e de bons investimentos espalhados pelas nossas ilhas que todos os dias são vencidos e enterrados por uma burocracia regional ineficaz e desmobilizadora. É necessário construir mecanismos concretos de funcionamento da administração regional que protejam, acarinhem, apoiem e ajudem a executar bons projetos e boas iniciativas.

Nesta conjuntura é necessário criar mecanismos de crédito realmente eficazes. Os instrumentos criados pelo Governo até agora não mereceram o apoio ativo da banca e estão muitas vezes acompanhados de regras e condições que desmobilizam a sua utilização.

É igualmente fundamental criar mecanismos realmente eficazes de apoio ao escoamento da produção regional. Não se trata apenas da promoção institucional dos produtos, mas sobretudo de encontrar mercados, facilitar a logística de escoamento da produção e comercialização e flexibilizar o contexto fiscal. Por exemplo, está quase tudo por fazer em relação ao enorme mercado de mais de três milhões de açorianos e seus descendentes na América do Norte.

Resulta também crucial reorganizar a oferta formativa nos Açores. Muitas vezes, parece que o objetivo de muitas ações formativas é sustentar as entidades formativas e não dar resposta, de forma objetiva, às necessidades do mercado e às expectativas e necessidades dos formandos. É necessário melhorar imenso a eficácia dos recursos que a Região disponibiliza nesta área.

Na nossa perspetiva é neste momento fundamental aproveitar e criar oportunidades de aumentar o financiamento externo da Região enquanto a economia regional não estiver em condições de criar mais receitas fiscais.

Existem, pelo menos, duas opções que o Governo Regional tem à sua disposição. A primeira está relacionada com a oportunidade que surge agora, no âmbito da renegociação do Acordo da Base das Lajes.

Neste âmbito, é fulcral voltar a obter contrapartidas financeiras norte-americanas pela utilização da Base das Lajes. Outro exemplo, consiste na constituição de um agrupamento de cooperação territorial com as Canárias e a Madeira, algo que propomos desde o início da legislatura. Estas entidades têm acesso a financiamentos comunitários específicos.

Nesta ocasião, voltamos a referenciar a necessidade de se realizar uma forte aposta nas diversas vertentes da economia do mar. É certo que nesta matéria o Governo já tem discurso, mas tardam em chegar ações concretas nesta matéria.

Nuclear para a Região é proceder a uma reorganização completa de todo o sector turístico açoriano. O potencial nesta área é enorme, mas está instalado o caos no sector. Falta colocar a funcionar as ligações marítimas de passageiros, baixar drasticamente o preço das passagens aéreas, promover de forma assertiva o destino Açores, melhorar as valências e qualidade dos serviços de hotelaria,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sinalizar a matriz ecológica do nosso destino e associar as nossas valências culturais à atividade turística. No crescimento deste sector reside boa parte da nossa esperança de combate eficaz ao desemprego.

Do ponto de vista da matriz macroeconómica da Região é igualmente importante diversificar o nosso sector agrícola. Sei que esta sugestão é um velho chavão com pelo menos trinta anos de existência e outros tantos de

insucesso. O que proponho é que se faça algo que está dito mas não está feito. Esta é mais uma área fundamental para criar emprego, reduzir dependências e criar receita.

Finalmente, gostaria de salientar o importantíssimo papel dos centros de emprego nas presentes circunstâncias. Os nossos centros de emprego são estáticos e essencialmente estatísticos. O que proponho é uma nova abordagem e a adoção de novos métodos. Proponho um funcionamento muito mais agressivo e dinâmico, algo que transforme estas instituições nas melhores aliadas dos desempregados no âmbito da conquista de um emprego.

Estas são apenas algumas sugestões e prioridades que aqui deixo. Muitas mais ficam por descrever, mas necessito de deixar algum tempo para participar e posteriormente encerrar este debate.

Termino esta primeira intervenção fazendo um forte apelo ao Governo Regional para que não transforme este debate numa inútil querela partidária.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh! Que bondade!

O Orador: Peço-lhe ideias e a definição de uma estratégia global para enfrentar o desemprego. Tenho a certeza que é isso que todos os açorianos esperam e desejam a respeito deste debate parlamentar.

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

De acordo com a Conferência de Líderes, pergunto ao Governo Regional se quer intervir?

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento-o nas funções que está hoje a exercer.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM traz a este plenário a abordagem de um assunto que é extremamente importante no contexto da nossa Região, mas como disse também o Sr.

Deputado Paulo Estêvão é extremamente importante no contexto europeu que vivemos.

O problema do desemprego, aliás reconhecido muito recentemente pelo Presidente da Comissão Europeia, é um problema estrutural de toda a Europa.

Neste contexto, as causas que estão associadas ao crescimento generalizado do desemprego e à redução substancial da capacidade de criar emprego não é um problema de uma região, não é um problema de um país, é um problema de toda a Europa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem que se esforçar mais um bocadinho!

O Orador: Neste contexto, importa dizer que, por essa via também, as causas que estão subjacentes ao crescimento do desemprego são comuns a todos os países da Europa e sentem-se particularmente nos países que têm vindo a preceder, nos últimos tempos, a um ajustamento orçamental derivado dos problemas dos mercados financeiros internacionais.

Por isso, para que este debate seja concreto sobre a causa do problema e o encontrar soluções para minimizar esse problema, como disse e bem no final do debate o Sr. Deputado Paulo Estêvão, deve ser um debate que incida efetivamente sobre as causas do que estamos a abordar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a ver, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito amigos!

O Orador: Neste contexto importa dizer que o desemprego tem vindo a crescer nos Açores, ao longo dos últimos anos, em função de duas causas muito concretas.

A primeira é, sem dúvida, a redução substancial ou a anulação da capacidade da banca apoiar as famílias e as empresas.

É bom lembrar que, de 2007 para 2011, as instituições financeiras retiraram 700 milhões de euros...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Outra vez? Isso é uma cassete, Sr. Vice-Presidente!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é preocupante!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito baixo!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, o seu partido disse exatamente o mesmo na Assembleia da República para justificar o aumento do desemprego.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gostei dessa!

O Orador: Por isso, das duas, uma: ou os senhores têm coerência...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Temos, temos!

O Orador: ... aqui e no país, ou então acham que as causas de uma matéria não têm nada a ver com a outra.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Assim está bem!

Deputado João Costa (PSD): O que é que temos em comum com o Governo do PS?

Curioso! Secaram a banca!

O Orador: Se estamos a falar com coerência e se vamos falar com objetividade sobre essas matérias, temos que nos focar naquilo que é essencial.

O que é essencial, efetivamente, é o facto de se ter assistido a uma redução substancial das instituições financeiras apoiarem as empresas e as famílias.

Nos Açores, isso refletiu-se, entre 4 anos, por ano, se ter retirado 700 milhões de euros da economia. Ao retirar-se 700 milhões de euros, ao se ter acabado com a possibilidade de financiamento, por exemplo do crédito à habitação, o setor da construção civil foi particularmente afetado pela redução do financiamento bancário.

Nesse contexto, implicou uma redução de cerca de 50% da atividade da construção civil,...

Deputado João Costa (PSD): Na altura os senhores não disseram nada!

O Orador: ... que corresponde exatamente àquela componente de atividade que era promovida pelos privados.

A acrescer a este facto, importa, aliás, sinalizarmos a caracterização do crescimento dos desempregados. Vemos precisamente que o mesmo vem do setor da construção civil, até meados do ano passado, precisamente na proporção direta daquilo que foi a redução da atividade privada do setor da construção, ao que se associou, a partir do segundo semestre do ano passado,

um incremento do desemprego na área do comércio e dos serviços que reflete claramente a redução do rendimento disponível das famílias e do consumo efetivo em função das medidas restritivas impostas pelo Governo da República, em termos de rendimento.

Da conjugação destas duas realidades, efetivamente houve um crescimento do desemprego.

Importa dizer, com toda a objetividade, que, ao contrário de outros, consideramos que o desemprego não é uma fatalidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é uma fatalidade! É uma oportunidade!

O Orador: Ao contrário de outros, consideramos que a solução para o desemprego não é emigrar.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Ao contrário de outros, consideramos que é possível lutar e vencer o problema do desemprego nos Açores.

Foi neste contexto que não fizemos como outros que acham que o desemprego irá continuar, sistematicamente, a bater recordes até ao final de 2013 e que isso é uma fatalidade incontornável.

Não! Nos Açores consideramos que é possível com os nossos recursos, com as nossas competências, minimizar o impacto desta conjuntura externa que afeta o país, que afeta toda a Europa.

Falar do problema do desemprego como um problema dos Açores, das duas, uma: é não conhecer o que se passa no resto do país, é não conhecer o que se passa em toda a Europa, é, no fundo, não estar a enquadrar este problema na sua verdadeira dimensão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foi isso que os senhores conseguiram fazer!

O Orador: Por isso mesmo, apresentámos recentemente um programa, depois de ouvir todos os parceiros sociais, que vai muito para além daquilo que é proposto no Continente pelo Governo da República, que apoia com muita mais intensidade as empresas e as famílias, que diversifica muito mais os mecanismos de apoio e que visa, essencialmente, dentro das nossas competências, dos nossos recursos, lutar objetivamente para minimizar este problema.

Estas 24 medidas que apresentamos e que estamos a executar cumprem essencialmente 7 objetivos fundamentais:

Em primeiro lugar, incentivar o financiamento bancário, reduzindo ao máximo, dentro do possível, os constrangimentos à banca, para apoiar e financiar as empresas e as famílias...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não têm dinheiro!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não entusiasmos ninguém!

O Orador: ... introduzindo mais liquidez na economia;

Em segundo lugar, fomentar a criação de emprego, pelas empresas, através de uma participação efetiva substancialmente superior a qualquer outro programa que existe no país, para que as empresas possam contratar trabalhadores;

Em terceiro lugar, aumentar a competitividade das nossas empresas e da sua capacidade de exportação e deteção de novos mercados, com o objetivo de alargar o mercado potencial das nossas empresas e potenciar o seu crescimento;

Em quarto lugar, apoiar a incorporação de mais valor, essencialmente de recursos humanos mais qualificados, na atividade e na gestão das empresas, gerando mais valor, para que possam também ter maior competitividade;

Em quinto lugar, antecipar a concretização dos investimentos públicos que estão definidos no plano de investimentos da Região, para que se possa incorporar uma maior componente de investimento público;

Em sexto lugar, reforçar a qualificação académica e a qualificação profissional dos desempregados, porque temos que reconhecer que existem pessoas que estão desempregadas, que não têm nenhum nível de qualificação académica ou especialização profissional que lhes permite, neste momento, assegurar condições de empregabilidade no mercado de trabalho.

Deputado João Costa (PSD): Até que enfim que os senhores reconhecem. Andámos a dizer durante tanto tempo e os senhores nunca reconheceram. Afinal têm alguma culpa!

O Orador: Para essas pessoas importa aproveitar este período para lhes dar mais qualificações académicas e profissionais.

Em sétimo lugar, dinamizar projetos de interesse coletivo que possam potenciar a criação de emprego por entidades sem fins lucrativos.

Este conjunto de 24 medidas, que cumpre estes 7 objetivos estratégicos,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É um carreiro de formigas a correr atrás da migalha!

O Orador: ... foi objetivamente muito para além daquilo que nos propôs os parceiros sociais, foi muito para além daquilo que se faz no país.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Nas entrelinhas vão chegando à verdade!

O Orador: Vou dar dois exemplos:

Recentemente, foi elogiada a criação de uma linha de crédito a nível nacional de apoio às empresas.

Hoje, essa linha de crédito que foi criada a nível nacional, e elogiada por alguns agentes económicos e políticos da Região, enquanto que no continente as empresas pagam a totalidade dos juros dos empréstimos, que são concedidos por essas linhas apoiadas pelo Governo, nos Açores o Governo paga 85% de juros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com o dinheiro dos trabalhadores da administração pública regional!

O Orador: Ou seja, em termos práticos, as empresas dos Açores têm muito mais apoio para enfrentar estas dificuldades que as empresas nacionais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ninguém empresta dinheiro ao Governo Regional!

O Orador: Em segundo lugar, a questão essencial sobre esta matéria é que temos medidas que promovem a criação de emprego pelas empresas, apoiando significativamente a redução do custo pela empresa, para que a empresa tenha menos custos a suportar e assim possa mais facilmente ativar a criação de emprego.

Por outro lado, também apostamos muito na qualificação das nossas empresas, apoiando a intercessão de estágios profissionais de jovens, para que possam inserir mais valor na empresa, com poucos e reduzidos custos, e para que os

jovens qualificados incorporem a Empresa Valor para que, a médio prazo, a empresa, gerando esse valor, possa financiar a sua contratação.

São estes os objetivos estratégicos.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que o Governo Regional reuniu recentemente com o Governo da República,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga lá porquê?

O Orador: ... no âmbito do programa que está a ser criado a nível nacional.

Vou dizer-vos a conclusão a que chegámos:

Aquilo que o Governo da República propõe fazer, nós já fazemos.

Foi solicitada pelo Governo República mais informação sobre algumas das medidas que já estamos a aplicar, para implementar lá aquilo que já estamos a fazer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: Por isso, nesta matéria, sendo um problema grave, um problema europeu e um problema que afeta todo o país, é um problema que os açorianos têm a certeza de que nos Açores estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para vencer e ultrapassar este desafio...

Deputado Luis Garcia (PSD): O senhor ainda vai para Ministro das Finanças!

Deputado João Costa (PSD): Presunção e água benta...

O Orador: ... essencialmente conseguir dar uma solução, porque para o Governo dos Açores o desemprego não é uma fatalidade, não é algo que encaramos como irá continuar a crescer até ao final do próximo ano. Não! É algo que temos que combater diariamente com todas as nossas forças, com todas as nossas medidas.

Cada desempregado é, para nós, um desafio a vencer!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Cada desempregado que existe nos Açores é um problema que queremos resolver e que iremos resolver!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Dou imediato a palavra ao Sr. Deputado do PSD, António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Agora é que é!

O Orador: Começamos com um pequeno aparte da bancada do Governo:

“agora é que é!”

Acho que lançar este tipo de fugaz quando estamos perante um problema tão grande, é manifestamente olhar para um dos maiores, senão o maior problema que atualmente se vive nos Açores,....

Deputado Francisco César (PS): Não seja assim!

Deputado Berto Messias (PS): O pequeno-almoço caiu-lhe mal!

O Orador: ... e é inverter esta discussão na luta político-partidária quando, no fundo, somos e devemos ser os responsáveis por encontrar soluções para resolver o problema...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... de pelo menos 18 mil açorianos que neste momento vivem uma situação perfeitamente dramática.

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Demagogia! Propostas zero!

O Orador: Este tipo de atitude curiosamente por parte do Governo e por parte do Partido Socialista significa o que estão aqui a fazer. Estão perante uma situação que vos incomoda e estão mais uma vez preparados para desvalorizar o problema e para, pura e simplesmente, desmerecerem...

Deputado Francisco César (PS): Vamos discutir novas medidas!

O Orador: Sr. Deputado, sabe que há 18 mil desempregados nestas 9 ilhas?

Deputado Francisco César (PS): Sei! Por isso é que apresentámos medidas!
Os senhores não!

O Orador: Então discuta o problema com seriedade e deixe de se inserir na luta político-partidária.

Deputado Jorge Macedo (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Resolva o problema das pessoas.

Deputado Francisco César (PS): Apresentámos propostas. O senhor não discutiu uma única proposta!

O Orador: Temos que olhar para o problema das pessoas. Não temos que olhar para os nossos problemas.

Olhe para o problema dos desempregados. Estão com quebras de rendimento e não conseguem alimentar as suas famílias.

Veja esse problema. É para isso que estamos aqui.

Deputado Berto Messias (PS): Diga-nos como!

O Orador: É isso que nos cabe enquanto políticos, é resolver o problema das pessoas. Não é, pura e simplesmente, resolver os problemas dos seus partidos ou dos outros partidos...

Deputado Berto Messias (PS): Então diga-nos como!

O Orador: ... ou daquilo que se vai passar no próximo mês de outubro.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é só palavras!

O Orador: O PSD queria aqui dar uma primeira nota de grande preocupação relativamente à situação de emergência que neste momento se vive na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Agora vai materializar isso em propostas!

O Orador: Atingimos a marca mais infeliz destes últimos 16 anos.

Atingimos o número de desempregados mais elevado, a taxa de desemprego incomparavelmente mais elevada que se obteve em todos os anos da autonomia regional.

Estamos numa situação de verdadeiro flagelo.

Deputado Francisco César (PS): E na República?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Na República já resolveram isso!

O Orador: Estamos neste momento com mais de 18 mil pessoas que não têm trabalho, nem têm o conseqüente rendimento.

Temos 20% das famílias açorianas que se sentam à mesa e que tentam encontrar alternativas para fugir à quebra de rendimentos que se verifica nos seus agregados familiares.

É uma situação verdadeiramente dramática. Por isso, exige da nossa parte respeito e atenção.

Deputados José San-Bento e Francisco César (PS): E soluções zero!

Deputado Aníbal Pires (PCP): As soluções é o desemprego!

O Orador: Pela primeira vez os Açores ultrapassam o continente em termos de taxa de desemprego.

Volto a dizer: pela primeira vez os Açores têm uma taxa de desemprego acima daquela que é a taxa nacional.

É um valor histórico, mas mais do que isso é um valor perfeitamente dramático.

Isso deve-se, no essencial, à fragilidade da economia açoriana.

Eu, daqui a bocadinho, vou tentar mostrar por que é que se deve, no essencial, designadamente esta ultrapassagem da taxa nacional, à fragilidade da economia açoriana.

Temos obviamente um conjunto de medidas.

Deputado Anibal Pires (PCP): O PSD tem medidas?

O Orador: Foram apresentadas há cerca de 15 dias e foram agora apresentadas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

Devo dizer-lhe que o PSD, no último plenário, quando o senhor aqui anunciou que esta taxa de desemprego ainda pode vir a atingir 16 ou 17% no final deste trimestre, disse que essas medidas eram bem-vindas e que iríamos apoiar todas as medidas de natureza conjuntural. Referimo-nos exatamente neste termos, de que era necessário implementá-las não pensando nas eleições que se vão verificar no próximo mês de outubro.

O problema é demasiado grave para que todos unam esforços no sentido de dar resposta aos 18 mil desempregados.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que é preciso, é a união de esforços.

O PSD disponibilizou-se no imediato para esse efeito. Não é preciso entrar no campo da guerrilha político-partidária.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é este o momento para, por parte designadamente do partido do Governo e do Governo, continuar na desculpabilização em que sempre estiveram ao longo dos últimos anos.

Esta taxa que hoje se atingiu, 18.177 açorianos que foram detetados no último Inquérito Trimestral ao Emprego, não é uma novidade.

Faço lembrar que, em 2003, esta mesma taxa, de acordo com este mesmo instrumento estatístico, significava pouco mais do que 2.000 desempregados.

Foi crescendo ao longo do tempo! Foi crescendo ao longo dos anos!

Foi dada nota de preocupação relativamente a esta subida, designadamente por parte do PSD, que é em nome de quem eu falo.

O Governo, em permanência, foi desvalorizando e temos situações, eu diria, perfeitamente estranhas perante um problema que afeta pessoas.

Por exemplo, era a taxa de 5,4% (estávamos em eleições há cerca de 4 anos, um pouco menos de 4 anos) e dizia o Sr. Presidente do Governo que os Açores estavam a passar ao lado da crise que afetou o país, “bem como da crise internacional que afeta países como o nosso, França, Alemanha ou Espanha mercê das políticas em devido tempo adotadas pelo Governo do Partido Socialista. Não há problema!”

Estava a transmitir aos açorianos que não havia problema.

A taxa era de 5,4%. Hoje é de 15,1%.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dizia o Sr. Presidente do Governo, em maio de 2009:

“Carlos César diz-se convicto de uma recuperação económica no segundo semestre deste ano de 2009”.

A taxa era de 7%. Hoje em dia é 15,1%.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Dizia o Sr. Presidente do Governo, nesta peça notável, em fevereiro de 2008, com a taxa a 5,4%, na sua tentativa, mais uma vez, de desvalorização do problema:

“Estamos a falar também de uma flutuação estatística que nós acreditamos que não corresponde a um percurso consistente do ponto de vista ascensional”.

Eu não sei se os açorianos lá em casa percebem. Agora os desempregados percebem. É que esta peça notável do Sr. Presidente do Governo, com a taxa a 5,4%, veio dar numa taxa, no último trimestre do ano de 2011, de 15,1%, afetando 20% das famílias açorianas, afetando mais de 18 mil açorianos que estão numa situação dramática de desemprego.

É uma tentativa de permanente desvalorização, de minimização do problema, de permanente atenção virada para as medidas sempre adotadas pelo Partido Socialista.

Dizia há bocado o Sr. Vice-Presidente do Governo que “as medidas que o Governo da República vai fazer nós já fizemos”.

Deputado José San-Bento (PS): Já, já!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nota-se!

O Orador: Pois é, Sr. Vice-Presidente. Aquilo que o Governo da República vai fazer o Governo Regional já fez com o resultado que hoje conhecemos.

Aquilo que o Governo Regional fez resultou em 18.177 açorianos no desemprego.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E na República?

O Orador: Portanto, ao definir um conjunto de intensões e ao definir um conjunto de atuações tidas no passado transformaram-se na situação dramática que se vive hoje em dia.

Por isso, tentar minimizar o problema não pode ser feito.

Dizia o Sr. Vice-Presidente que o problema era da banca, que o problema era das medidas de austeridade.

Devo dizer-lhe:

É da banca? É!

É das medidas de austeridade? É!

É da crise internacional? É!

Mas é também (e de que maneira!) daquilo que se fez internamente, das opções, em termos de política económica, feitas internamente. Senão, vejamos:

A nível nacional, por exemplo, no último trimestre, a taxa passou de 12,4% para 14%, ou seja, teríamos uma evolução semelhante nos Açores se fossem exclusivamente situações importadas.

Nos Açores, passou de 11,6% para 15,1%.

Isto é, há aqui uma parte substancial que se deve às opções deste Governo...

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em termos de política económica.

São essas que estão a criar uma economia frágil em que as empresas são dependentes.

O PSD tem um modelo diferente. Defende um modelo diferente!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Qual é?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais desemprego!

O Orador: Por isso (e é essa a nossa disposição ao longo dos próximos meses, nestes meses que medeiam designadamente até ao processo eleitoral), o PSD apoiará todas as medidas, venham elas de onde vierem, que concorram para minimizar, para atenuar a situação dos desempregados que existem neste momento na Região Autónoma dos Açores e para resolver o problema de 20% das famílias.

Depois é necessário alterar substancialmente a filosofia associada, no fundo, à política que se pretende para a economia dos Açores e, essa aí, meus senhores, o Partido Socialista, com tudo aquilo que fez, com os resultados desastrosos a que chegámos, está à vista que não serve.

Por isso, em termos estruturais, defendemos um modelo diferente em que faremos das empresas o verdadeiro motor de criação de emprego.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aí, meus amigos, só com outro modelo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual é o modelo?

O Orador: Naturalmente os senhores, como modelo perfeitamente esgotado, com os resultados que são conhecidos, já não vão lá.

Portanto, em outubro faremos de uma forma diferente.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (*PS*): Continuamos é sem saber as propostas do PSD!

Deputado João Costa (*PSD*): A vossa capacidade de ver as propostas dos outros é reveladora!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Marinho.

Passo de imediato a palavra para a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Somos hoje chamados/as, neste debate proposto pela Representação Parlamentar do PPM, a analisar o desemprego na Região.

Os números não desmentem a tragédia social que assola os Açores. Hoje, o desemprego atinge o número recorde de cerca 20.000 trabalhadores, em termos reais.

Esta calamidade social é adensada de forma dramática, quando analisamos, globalmente, a situação da população açoriana, somando, ao desemprego existente, mais de um terço da população a viver abaixo dos níveis de sobrevivência, consignados pela União Europeia.

O empobrecimento acelerado da chamada ‘classe média’ é hoje mais um fator de empobrecimento dos/as trabalhadores/as, a que se junta a falência de empresas - cujo enfoque, na grande maioria dos casos, é o mercado interno açoriano e até mesmo de cada ilha per si.

Em suma: hoje, os Açores, perdem emprego, as famílias que trabalham empobrecem e os jovens (que congregam a geração, academicamente, mais

preparada) de banda da sua terra ou vive na precariedade, impedida de ser a mais-valia que, justamente, ambicionava ser e que a sociedade açoriana ambicionava ter.

Mas este é, na prática, o cenário de todo o país. Infelizmente, esta tragédia social não assola só os Açores; o todo nacional vive os mesmos dramas.

E então, de quem é a culpa?

Assistimos, hoje, nos Açores – nesta pré-campanha eleitoral antecipada – ao ‘passa-culpas’, entre os Partidos que, ainda há oito meses atrás, assinaram o pacto da troika.

Se, em 2008, assistimos ao ‘votem em mim que a crise não chega cá’, agora, assistimos ao ‘votem em mim que eu acabo com a crise’.

Haja decoro, Sras. e Srs. Deputados!

Ainda não há 10 meses, Carlos César, Berta Cabral e Artur Lima, estavam unidos: ou a troika ou o desastre – diziam – temos de pagar a dívida, não há outro caminho.

Mas, afinal, é o caminho que escolheram que semeia a miséria, o sofrimento e a incerteza, nos lares dos Açores.

São, por isso, co-responsáveis por esta situação.

E pior: são, igualmente, responsáveis por não inverterem este caminho, não só por 2013 se antecipar, igualmente, penoso, mas também porque, a tal da dívida, em vez de diminuir, aumenta de tal modo que, no fim deste ano, será superior a 200 mil milhões de euros.

Este é o caminho que impede, em nome da dívida, o investimento público; que traz a maior carga de impostos, jamais vista; que asfixia as empresas e as famílias; que gera falências em catadupa; e que tem, como resultado, desemprego atrás de desemprego.

É este o resultado do vosso caminho.

Renegociar a dívida e auditá-la é o único caminho viável e, a cada dia que passa, é mais tarde para o fazer.

Sendo certo que este é um desígnio e um imperativo nacional, cabe aos Deputados/as desta Casa minimizar os efeitos desastrosos desta política, nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais?

A Oradora: E, minimizar, é dizer – já e a uma só voz – que queremos a reposição da Lei de Finanças Regionais de 2010, de forma exclusiva, para os Açores e que não aceitamos mais aumento de impostos. Estão de acordo, Sras. e Srs. Deputados? É que esta é a hora de defender os Açores!

Hoje, toda a gente fala em reabilitação urbana.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em bloco!

A Oradora: Ainda bem, pois, há três anos atrás éramos os únicos a levantar esta proposta.

Mas, sendo a situação de emergência (para as famílias que sofrem com o desemprego), para quando um plano integrado, quantificado no tempo e nos recursos, capaz de conjugar meios financeiros e logísticos do Governo Regional e das Autarquias, em vez de promessas do tipo ‘faremos isso e muito mais, quando eu (ele ou ela) ganhar as eleições’?

Os/as Açorianos/as exigem de nós mais ação e menos promessas.

Mas esta política da troika – a que o PS, o PSD e o CDS chamam sua e que, aliás, os dois últimos pretendem mesmo ultrapassar –, se conduz o país e quem trabalha para a miséria, engorda mais e mais os poderosos.

Se alguém tivesse dúvidas, bastava assistir, nesta última semana, ao caso BPN e à saga EDP. Ou seja, o exemplo que Berta Cabral quer trazer para os Açores é o de um governo que extorquia os pobres e os/as trabalhadores/as para entregar aos ricos.

Mas, Dra. Berta Cabral, não é preciso esforçar-se muito, pois, o PS já está a tratar desse assunto.

O Governo de Carlos César festejou, timidamente, o facto de, em 2009, os Açores passarem a ser a 4ª região mais rica do país e terem superado os 75% da média europeia do PIB per capita.

A obra do Partido Socialista aí está: a Região produz mais riqueza mas, simultaneamente, o número de pobres aumenta.

A pergunta elementar que se impõe é esta: – então, para onde, para quem vai esta riqueza?

Como vê, Dra. Berta Cabral, o PS trata bem dos seus objetivos.

Mas o PSD quer ir mais além. Vai daí, inventa um novo slogan: “Açores, Região Económica”. Convenientemente, omite o significado deste mistério.

O Bloco de Esquerda levanta uma ponta do véu: a agenda secreta é, nem mais nem menos, a privatização de todos os sectores estratégicos da economia e serviços públicos para, à semelhança da EDP, pôr os contribuintes a pagar a satisfação das clientelas endinheiradas dos Açores e não só.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já devia!

Deputado António Marinho (PSD): A senhora vive obcecada com isso!

A Oradora: EDA, SATA, ÁGUA, PORTOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO – vai tudo para elas e o povo paga.

Os partidos da troika são os únicos responsáveis por esta situação e ainda querem agravá-la.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É o jogo do Totoloto para ver quem acerta!

A Oradora: Está na hora, enquanto ainda é possível, de inverter o caminho. Apresentamos propostas concretas para os Açores. Estão disponíveis, Sras. e Srs. Deputados, para as discutir?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais?

A Oradora: Por nós, é já amanhã.

Os Açores e as suas populações não esperam, nem exigem menos de todos/as nós.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E as propostas?

Deputada Zuraida Soares (BE): Quer mais, Sr. Deputado?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Passo de imediato a palavra para o Dr. José Rego, Deputado do Partido Socialista.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Felicito o PPM por trazer esta iniciativa hoje, à nossa câmara, para discutir um problema dos Açores.

Gostaria de fazer um pequeno comentário ao que disse o PPM, que este Governo só trabalhou nos últimos dias graças ao PPM.

Este Governo tem trabalhado desde que entrou em funções, com um conjunto de medidas (não são de agora!) que têm levado esta Região a bom porto, aumentando, como disse há pouco a Deputada do Bloco de Esquerda, a produtividade da nossa Região, aumentando o rendimento da nossa Região, tendo um PIB já superior a algumas regiões do país.

Deputado João Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: Este rendimento não está só distribuído por alguns. Este rendimento apareceu, porque este Governo foi capaz de criar milhares de postos de trabalho. Hoje, temos mais 20 mil pessoas a trabalhar na economia açoriana que muito contribuíram para que aumentássemos o nosso PIB.

Gostaria de fazer alguns comentários ao Sr. Deputado António Marinho, que não passou de fazer uma análise a números e a mais números. Relativamente à proposta do PSD, concluiu o seguinte:

“Venham de onde vierem as propostas, nós apoiaremos. Relativamente ao PSD, o nosso modelo é para depois, não temos propostas para apresentar.”

Deputado António Marinho (PSD): Não é verdade!

Deputado João Costa (PSD): Não é verdade! O senhor sabe que isso não é verdade! Diga a verdade!

O Orador: “Apoiaremos todas as propostas que vierem.”

Deputado António Marinho (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: “As nossas estão guardadas para mais tarde.”

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Queremos proposta agora e não mais tarde.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor tem na sua comissão uma proposta! O senhor é Presidente da Comissão. Já esqueceu o que tem na sua comissão? Nem sabe que documentos tem na comissão para analisar!

O Orador: Eu tenho na minha comissão e já fiz um comentário sobre a proposta, que o senhor sabe que não é honesta, não é exequível neste momento.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD é capaz de apresentar propostas nesta câmara que não é capaz de executar e muitas vezes ...

Deputado João Costa (PSD): Afinal há propostas!

O Orador: ... com uma quantidade de erros que não se consegue ultrapassar.

Deputado António Marinho (PSD): Os desempregados estão a gostar imenso de o ouvir!

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, eu não gostaria de vê-lo repetir como disse hoje e como a Dra. Berta Cabral disse, que estamos perante, pela primeira vez, a taxa mais alta que a Região teve face ao país.

Vou entregar-lhe no fim deste debate um documento onde mostra que houve 26 trimestres nesta Região em que a taxa da Região era sempre superior à taxa nacional. Não é a primeira vez que a Região está acima da taxa nacional.

Gostaria de centrar o nosso debate nas medidas que o Governo, com a concertação social, com os sindicatos e com as entidades patronais, diagnosticou, que se propõe realizar e que já está a realizar no futuro próximo.

Entendemos que o desemprego passa pelas empresas.

Deputado João Costa (PSD): Não, é pela mão estendida!

O Orador: As nossas medidas estão essencialmente centradas nas empresas.

Neste debate, hoje, não devemos estar a discutir se é 15, se é 14 ou 12 as medidas que temos para (e não prometer para amanhã) os nossos jovens, as nossas empresas, os nossos trabalhadores.

Aqui apontava o seguinte:

Do diagnóstico vemos que as nossas empresas têm dificuldades de financiamento, financiamento este dificultado pela banca. Então, há que criar

condições para aumentar o financiamento da banca às nossas empresas. Aí apostamos em mais 140 milhões de euros para que a banca consiga colocar nas nossas empresas apoios superiores aos nacionais.

Há pouco, o PSD criticava que as medidas regionais eram diferentes (melhores!) do que na República.

Apresento outra. Se o Sr. Deputado tiver o cuidado de ir ver o que é o estímulo para 2012 nas empresas nacionais, comparando com o nosso programa para a valorização do emprego, iremos apoiar as empresas por um período, por exemplo, de um ano, e o país fica-se pelos 6 meses. Outra medida com uma dimensão muito superior à nacional.

Portanto, as medidas regionais têm sido superiores e melhores do que as medidas nacionais.

Deputado António Marinho (PSD): E o resultado?

Deputado João Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: Relativamente às empresas, sabemos que essas dificuldades de financiamento situam-se em duas situações: para novos investimentos...

Deputado António Marinho (PSD): Não tem vergonha do número do desemprego? Deixe-se de arrogância! Não brinquem com ele!

O Orador: ... para a criação de novos postos de trabalho...

Deputado João Costa (PSD): O senhor vai continuar a dizer que o desemprego baixou!

O Orador: ... ou para a manutenção do emprego nessas empresas.

Há duas medidas claras para nos próximos meses combatermos o desemprego e não assumirmos o desemprego como uma fatalidade.

Queremos que quem está a trabalhar nas empresas se mantenha, por isso temos uma medida de apoio à valorização do emprego, medida essa que quem não despedir e mantiver os seus trabalhadores será apoiado pelo Governo.

Ao mesmo tempo queremos que as empresas criem mais emprego. Aí apoiaremos as empresas para os trabalhadores que estão inscritos nos Centros de Emprego, aqueles que sabemos onde é que moram, qual é a sua cara, qual é a

sua família. Estes serão trabalhados pelos Centros de Emprego e não criticáveis como disse o PPM há pouco.

Os Centros de Emprego estão a desenvolver um trabalho meritório para todas as pessoas que lá aparecem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso que consta por aí!

O Orador: Veja o que aconteceu nos Centros de Emprego do Continente, que não foram capazes de dar resposta aos trabalhadores, e o trabalho árduo que está a ser desenvolvido pelos nossos Centros de Emprego.

Gostaria de realçar que as nossas empresas, para criarem mais emprego, têm que ser mais competitivas e têm que aumentar a sua produtividade.

Essa competitividade e essa produtividade só se aumenta com melhores recursos humanos, daí que a aposta na valorização dos recursos humanos está espelhada num conjunto de medidas, todas elas para a valorização dos recursos humanos, trazendo às empresas doutorados, pessoas que são capazes de aplicar aquilo que aprenderam nos seus doutoramentos em questões específicas das nossas empresas.

Por isso, uma das medidas que o Governo se propõe realizar é a contratação de 60 doutorados para as nossas empresas. Isto é importante para o futuro, para a competitividade e para a produtividade das nossas empresas.

Entendemos também que há que diminuir alguns custos no contexto das nossas empresas. Portanto, algumas das medidas vão no sentido de diminuir esses custos de contexto das nossas empresas.

Não gostaria de finalizar sem dizer que as medidas que o Governo apresentou e que o Partido Socialista aqui se compromete realizar, hoje e agora, e não num futuro próximo num modelo que não sabemos qual, no que concerne à valorização dos nossos produtos e dos produtos açorianos,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Essas não são para os 100 dias! Ficam para depois!

O Orador: ... há que apostar em criar mais produtos dos Açores, diversificando os nossos produtos na agricultura, no turismo, em várias áreas,

...

Deputado João Costa (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: ... e ao mesmo tempo colocar os que já existem no país, no caso do pescado, criando uma loja no MARL, que é o maior mercado abastecedor do país. Lá estamos a valorizar o nosso setor primário no domínio da pesca, como também sabemos que hoje, mais do que nunca, a comercialização dos produtos faz-se nas grandes superfícies.

Uma das grandes medidas que temos é valorizar a comercialização neste espaço onde hoje se desenvolve o comércio essencialmente.

Sr. Deputado do PPM, reconhecemos que há desemprego nos Açores, mas temos medidas, hoje e agora, como tínhamos no passado, para minorar os problemas dos açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Minorámos criando mais emprego no passado e será com o Partido Socialista que venceremos, até ao final do ano, a luta pelo desemprego, colocando no mercado de trabalho muitas mais pessoas e muitos mais jovens de modo a satisfazer as suas necessidades.

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PPM trouxe o debate sobre o desemprego que é efetivamente, Sr. Vice-Presidente, uma fatalidade.

O desemprego é uma fatalidade para os jovens e é uma fatalidade para as famílias.

V. Exa. não considera o desemprego uma fatalidade, mas é uma fatalidade.

É preciso perceber por que é que chegamos aqui. Aí, Sr. Vice-Presidente, foi a política do Governo Regional dos Açores.

É preciso perceber por que é que no fim de 2001, início de 2002, tínhamos 2,3% de taxa de desemprego, Sr. Vice-Presidente, e tínhamos cerca de 2000 desempregados.

É preciso perceber, agora, uma década depois, por que é que temos 15,1 e mais de 18 mil desempregados.

A taxa multiplica por 7 e os números de desempregados multiplica por 700%, Sr. Vice-Presidente. É isso que tem que explicar aos açorianos...

Deputado José Rego (PS): Estude a taxa de evolução máxima e a mínima!

O Orador: ... o trajeto que se fez até agora.

Não é recuar 2 ou 3 meses. É recuar 10 anos! Uma década de desenvolvimento de políticas do Governo Regional dos Açores. É isso que hoje o Governo Regional tem que explicar aos açorianos, 10 anos em que o desemprego aumenta 700% nos Açores. O número de pessoas desempregadas aumenta 700% nos Açores.

Já agora, Sr. Vice-Presidente, por que é que a taxa de desemprego de longa duração deixou de aparecer nas estatísticas? É para ser eliminada? É uma pergunta que fica aqui.

O que o senhor tem que explicar é uma década de Governo nos Açores. É isso que o senhor tem que explicar.

Efetivamente, Sr. Vice-Presidente, não é preciso recomendar aos jovens açorianos para emigrar...

Deputado Francisco César (PS): Não, não! Os senhores é que recomendam!

O Orador: ... por um motivo simples: porque eles já não voltam à sua terra!

Os que vão, a maioria deles, fica!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: Alguns deles emigram!

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade, não senhor!

O Orador: Isto é rigorosamente verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Não é, não senhor. Não é verdade!

O Orador: Nas áreas onde temos falta (já aqui disse e repito), nomeadamente na medicina geral e familiar, são dezenas os que estão no continente e não voltaram à sua terra.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tem que se atualizar!

O Orador: Em 2008, já chamávamos a atenção para a crise que se vinha verificando no aumento sustentado e galopante do desemprego nos Açores.

O Governo Regional negou a evidência, porque era obrigação ética do Governo Regional ter tomado medidas para o desemprego em 2008 e não tomou. Deixou agravar a situação até agora. Temos 15,1 de taxa, a taxa mais alta do país.

É verdade, Sr. Vice-Presidente! Não temos dinheiro!

Pois, não temos! Não temos dinheiro, porque os senhores se endividaram, porque o Governo da República de José Sócrates se endividou.

Deputado Francisco César (PS): Essa cassete já está gasta!

O Orador: Porque o Governo da República de José Sócrates hipotecou o país!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é esse? E o Paulo Portas?

O Orador: Porque o Governo da República de José Sócrates foi pedir ajuda externa e as condições foram negociadas pelo Partido Socialista.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então, e o Paulo Portas? Alguém sabe quem é?

O Orador: O Governo dos Açores, Sr. Deputado Francisco César, também está endividado...

Deputado Francisco César (PS): Sim, sim! Repare-se nas medidas tomadas pelo Ministro das Finanças!

Por isso é que nos sobem os impostos!

Deputado Mário Moniz (BE): Por isso é que os impostos subiram!

O Orador: ... por isso é que os combustíveis nos Açores aumentam escandalosamente de dia para dia...

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que são mais baixos do que no continente!

O Orador: ... para ir buscar receita.

As finanças estão melhores do que na Madeira, é verdade. Mas estão saudáveis?

Se estivessem saudáveis o Governo não tinha dificuldades nenhuma em ter acesso à banca...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, isso é completamente falso! Então os *ratings* para que servem?

O Orador: ... como já teve no passado, em que se resolvia um empréstimo de 20, 30, 40 ou 50 milhões por telefone.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade e o Sr. Deputado sabe disso!

O Orador: Agora, o que acontece é que as dificuldades de acesso ao crédito também são do Governo Regional dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): São de todos, Sr. Deputado!

O Orador: As dívidas, quem as fez, e por isso estamos a pagá-las, foram os senhores. Agora, os senhores ainda não perceberam que essa guerrilha constante e permanente...

Deputado Francisco César (PS): Constante?

O Orador: ... que o Partido Socialista faz, ao contrário do Sr. Vice-Presidente, ao Governo da República, não é benéfica para quem está numa situação de precisar de dinheiro para resolver os empréstimos e a dívida que os senhores fizeram, Sr. Deputado Francisco César.

Sr. Vice-Presidente, permita-me que termine dizendo-lhe o seguinte:

O Governo Regional está fazendo muito melhor. O que o Governo da República está a fazer, o Governo Regional já fez. Enfim, até o Governo Regional será uma espécie de conselheiro e de guia farol do Governo da República.

Deputado José Rego (PS): Já foi!

O Orador: Eu só espero é que o Ministro das Finanças não tenha o seu lugar em perigo e que V. Exa. não nos abandone. Que continue aqui nos Açores a tratar das nossas finanças.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Até outubro!

Presidente: Muito obrigado.

Vou passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Recentrando a questão do debate naquilo que é essencial, todos chegámos à conclusão e temos a consciência que o problema do desemprego é, se calhar, o maior problema que a Europa tem neste momento.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ah!

O Orador: Cada desempregado, cada família sem perspectivas de empregabilidade, cada jovem sem uma garantia de futuro em termos de trabalho é um grave problema que nos deve convocar a todos, todos os nossos recursos, todas as nossas vontades e todo o nosso crer para o resolver.

O primeiro caminho para ajudar a resolver este problema é ter a consciência que é um problema europeu.

Deputado António Marinho (*PSD*): Europeu? Isso é uma tirada?

O problema não é só europeu, é um problema açoriano, isso sim!

O Orador: O debate que aqui se assistiu até agora teve duas características que não visam resolver este problema.

Aqueles que têm responsabilidade na República, quando estão no poder e o desemprego cresce, esquecem-se dessa parte.

Não se pode de maneira nenhuma analisar o problema do desemprego como mérito de um Governo. Então todos os Governos da Europa são incompetentes?

O Governo português que assumiu que o desemprego irá continuar a crescer até ao final de 2013 é incapaz? É incompetente? Não tem sensibilidade?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Não tem soluções?

Foi isso que os senhores assumiram.

Por isso, esta matéria é demasiado estrutural, é demasiado séria. É um drama em que vive demasiadas famílias, para se tirar aproveitamentos políticos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: É um problema estrutural da Europa e a sua solução tem que ser encontrada a nível europeu.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: É neste contexto, tendo em conta este princípio, que gostaria de deixar o segundo registo deste debate.

Falou-se durante 1 hora e 13 minutos em desemprego, mas tirando, em termos concretos, as 24 medidas que o Governo apresentou, ninguém apresentou uma única medida para resolver este problema nos Açores.

Deputados Francisco César e Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: São as 24 medidas do Governo que estão aqui em discussão.

Peço desculpa, enganei-me!

Afinal já houve mais uma proposta, uma proposta do PSD que pretende, pura e simplesmente, criar uma comissão de acompanhamento para acompanhar a implementação das medidas que o Governo propôs.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É a única coisa que o PSD tem para dizer aos açorianos: é criar uma comissão para acompanhar a concretização daquilo que o Governo propôs.

Até hoje, sobre esta matéria, o PSD já demonstrou que não sabe fazer melhor na República e que nos Açores a única coisa que sabe propor é mais uma comissão para acompanhar aquilo que são as medidas concretas que o Governo propôs.

Por isso, da conclusão deste debate, o que importa é concentrarmo-nos nas medidas tendo em conta que quem tem medidas concretas, objetivas, quantificadas, calendarizadas e operacionalizadas para tentar minimizar este flagelo é o Governo do Partido Socialista.

Como tivemos oportunidade de dizer, temos toda a disponibilidade para continuar a acolher os vossos contributos, para aperfeiçoar, ampliar e

desenvolver as medidas que visam minimizar o sofrimento das famílias e das empresas.

Neste contexto, permitam-me destacar o seguinte:

Fizemos um grande esforço financeiro para centrar nas empresas a capacidade de criar emprego, reduzindo os custos para as empresas. Por isso, criámos um programa que irá financiar em 400 euros por mês cada contratado que as empresas açorianas irão contratar no âmbito do estabelecimento de um contrato por um ano.

Mas também, porque é importante reforçar a capacidade dos jovens se inserirem no mercado de trabalho, vamos abrir 700 novos estágios profissionais para licenciados e jovens qualificados.

Vamos prolongar 1.180 estágios para que as empresas possam beneficiar, durante mais tempo, da incorporação de valor dos jovens.

Vamos, e a regulamentação já foi aprovada, desenvolver um programa de apoio à manutenção de postos de trabalho que irá permitir a manutenção direta de 2.000 postos de trabalho e indireta de 8.000 postos de trabalho, num investimento global de apoio às empresas de 8 milhões de euros.

Vamos criar apoios para que 70 doutorados possam incorporar a investigação e o desenvolvimento no contexto empresarial e para que 20 responsáveis e gestores financeiros possam incorporar o seu conhecimento nos Centros de Investigação Aplicada.

Vamos financiar as Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores para que possam incorporar assessoria à reestruturação das empresas açorianas e apoiar a rentabilização, a competitividade e a sustentabilidade dessas empresas.

Vamos alargar e suspender o reembolso por parte das empresas dos apoios que já receberam para a manutenção dos postos de trabalho.

Vamos antecipar por 2 meses todos os investimentos públicos previstos este ano para a Região.

Criámos 3 novas linhas de crédito que irão permitir o financiamento e o refinanciamento de 140 milhões de euros às empresas açorianas.

Vamos criar um plano de valorização do nosso pescado, por via a reforçar a capacidade exportadora da nossa atividade das pesas.

Vamos reforçar a capacidade de criação de emprego no setor das pescas.

Vamos criar incentivos à comercialização e distribuição nas grandes superfícies comerciais do país dos nossos produtos.

Reduzimos as taxas portuárias.

Vamos aumentar e alargar os incentivos à exportação dos nossos produtos, quer por via de maior elegibilidade da despesa, quer por via de maior intensidade no apoio, quer essencialmente através do aumento da comparticipação dos custos.

No âmbito da diversificação agrícola, vamos apoiar criando um programa para a diversificação agrícola, criando condições à gestão empresarial e à qualificação técnica das organizações de produtores e cooperativas.

Apoiámos um financiamento de 9,6 milhões de euros em investimentos privados imediatos na área da diversificação agrícola, sua comercialização e capacidade de armazenamento.

Vamos criar um novo programa que permita aos jovens licenciados terem uma nova qualificação académica em áreas com maior empregabilidade, que irá abranger 230 jovens.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para limpar as estatísticas! Não foi?

O Orador: Abrimos a concurso 69 bolsas de investigação e formação nos Centros de Investigação.

Possibilitámos a 200 desempregados terem uma formação de 9º e 12º anos, associada a uma nova qualificação profissional, para que possam, num período de 20 meses, ter condições efetivas de empregabilidade.

Disponibilizámos a 750 jovens desempregados, com o 12º ano, uma formação técnica e profissional específica para que possam inserir-se no mercado de trabalho, não só com uma formação académica, mas também com uma formação específica e profissional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Desempregados!

O Orador: Reforçámos o Programa PROFIJ para que 750 jovens, que estejam à procura de emprego, mas que não tenham o 9º ano ou o 12º ano, possam

completar esses níveis de habilitação associados a formação profissional habilitante.

Criámos apoios também para que se possa proceder à criação de 500 postos de trabalho no desenvolvimento de projetos de interesse social e comunitário, executados por entidades privadas de interesse coletivo.

Criámos também um programa na área do ambiente, da agricultura e dos recursos florestais para criar encaminhamento profissional a 500 beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Este programa que estamos a executar e que terá reflexos no curto prazo na capacidade das nossas empresas terem mais competitividade, na capacidade dos açorianos desempregados terem mais competências e mais capacidade de empregabilidade, e essencialmente na capacidade das nossas empresas voltarem a criar emprego, é a resposta a este flagelo que existiu na Europa e no país.

As empresas açorianas e os açorianos sabem que, na Região, o apoio para combater este problema, as medidas concretas para minimizar este problema, têm uma dimensão, uma intensidade muito superior àquela que se verifica no resto do território nacional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Por isso, o que os açorianos e as empresas açorianas sabem, é que o Governo dos Açores encara cada desempregado como um problema que tem que resolver e que tudo, mas mesmo tudo, fará para que seja resolvido.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: Não com frases vãs, não com ideias genéricas, não criando comissões de acompanhamento daquilo que os outros propõem, mas com medidas concretas, quantificadas, devidamente estudadas, devidamente financiadas e que dizem, uma a uma, quantas pessoas queremos abranger, quantos problemas queremos resolver.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Sendo cada açoriano desempregado um problema, para cada açoriano desempregado pretendemos e propomos uma solução.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O problema do desemprego é um grama social, mas é também um problema económico gravíssimo que contribui para o aumento da dívida e para o empobrecimento do País. Não estou a falar naquilo que é pago nos custos sociais do desemprego, estou a falar em termos económicos.

Em 2011 cada trabalhador contribuiu com mais de 35 euros para a formação do Produto Interno Bruto, ou seja, se considerarmos o número de desempregados existentes em 2011, o País, só por essa via, só por via de ter tantos desempregados, perdeu qualquer coisa como 40 mil milhões de euros.

Infelizmente os dez minutos de intervenção a que o centrão nos reduziu, no início desta legislatura, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É o Regimento!

O Orador: ... procurando em vão silenciar-nos, não são com certeza suficientes para esclarecer aqui, de forma aprofundada, as razões que explicam a catástrofe social em que a governação do PS Açores nos mergulhou e que as políticas neoliberais do governo PSD/CDS-PP agudizam conduzindo-nos para uma situação que se aproxima rapidamente de um colapso social e económico.

Aliás, a simples enumeração das políticas erradas e de vistas curtas, da aplicação mecânica dos dogmatismos neoliberais, do economicismo primário e da absoluta insensibilidade social, por si só, demorariam certamente muitas horas!

Não me vou dedicar, porém, a esse exercício.

Mas vale, e muito, a pena debruçarmo-nos sobre as razões que explicam que a destruição de empregos na nossa Região, aumente mais e mais depressa do que no continente.

E basta olhar para a taxa trimestral ao longo dos últimos anos para nos apercebermos que a taxa de desemprego nos Açores aumentou sempre mais do que a média nacional e, nalguns trimestres, mais do que em qualquer outra Região de Portugal. Chegámos mesmo à situação – nada caricata, triste, mesmo! – de, no segundo trimestre de 2011, o desemprego reduzir-se marginalmente em todas as regiões do país, exceto nos Açores, onde cresceu 0,2%, de acordo com dados do INE.

Para explicar isto não basta tentar chutar as responsabilidades para o monstro e de costas largas da crise internacional. A crise tem, certamente, alguma influência mas não explica tudo.

Os números do desemprego e da recessão económica são a demonstração inegável do falhanço absoluto das políticas de coesão e de desenvolvimento do Governo do PS Açores agravadas por opções políticas do governo de Passos Coelho e Paulo Portas centradas na consolidação orçamental sem que paralelamente se tomem medidas que promovam o crescimento da economia nacional!

Se, nos Açores, como em qualquer outro lado, justapusermos as curvas do desemprego e do poder de compra médio, veremos que são simétricas e inversas. A relação direta entre o consumo e o emprego pode ser facilmente encontrada em qualquer manual básico de economia, mas comprova-se com muito mais acuidade e precisão na realidade económica das ilhas do Açores.

Falem com os empresários! Falem com os comerciantes! E perguntem-lhes o que é que a continuada desvalorização dos salários tem feito às suas vendas. Perguntem-lhes como é que está o nível de consumo das famílias depois dos aumentos de impostos e do custos de vida. Questionem-nos sobre as suas perspetivas de criar mais emprego, ou mesmo de manter o existente.

É nessa resposta, aí, nessa confluência geométrica de duas curvas, que são muito mais do que matemáticas, que vão encontrar a chave do drama que atinge quase 20 mil – ou serão já mais de 20 mil? – açorianos!

Querem combater o desemprego? Então estimulem o consumo, aliviem a destruidora recessão e devolvam algum poder de compra aos açorianos!

Não olhem para hoje!

Olhem para o futuro e a par das medidas conjunturais que propõem, proponham medidas estruturais e tenham coragem para romper com este paradigma falido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Grave, mas mesmo muito grave, é ser o próprio Governo Regional a deitar mais achas para esta fogueira, imitando fielmente o pior das políticas do PS, PSD e CDS-PP na República, e contribuindo direta e indiretamente para a redução do rendimento disponível dos açorianos e para o aumento do desemprego na Região!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: Veja-se a presteza e obediência com que o Governo do PS cumpre as metas de reduções de pessoal, cortando postos de trabalho, para grande e declarado orgulho do Sr. Vice-Presidente do Governo!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: Olhe-se para a velocidade com que se importaram as taxas moderadoras.

Pense-se no contributo da Administração Regional para que os açorianos afixem dos mais baixos salários do país!

E, mais recentemente, a ânsia com que o Governo do PS Açores, efusivamente apoiado pelo PSD Açores e pelo CDS-PP Açores, decidiu imitar a subtileza troglodita do Governo de Passos Coelho e roubar, diretamente e sem mais conversa, os subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos, diluindo esta receita no Orçamento da Região para fins poucos claros!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: E essa, Srs. Deputados, foi uma opção vossa e só vossa,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É uma opção do Orçamento de Estado!

O Orador: ... que terão de assumir perante os açorianos, porque quando o PCP aqui propôs devolver esses subsídios roubados, justamente para devolver alguma folga às famílias e às empresas, o que é que V. Exas. fizeram? Que

fizeram? Lembram-se? Lembram-se mais é incómodo lembrar-vos isso. Mas eu vou repeti-lo até à exaustão.

Os senhores recusaram! Recusaram e preferiram embolsar tranquilamente o saque, esperando que a confusão pré-eleitoral faça os açorianos esquecer a vossa recusa!

Mas o PCP aqui estará para os recordar de quem foi que lhes cortou os subsídios e quem são os autores do desastre social que atinge os Açores. O PCP aqui estará a lutar pela inversão e pela rotura destas políticas e por soluções de que os Açores verdadeiramente precisam.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quais são essas soluções?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Vamos fazer agora o intervalo regimental da manhã. O Sr. Secretário Cláudio Lopes vai informar a câmara dos tempos ainda disponíveis dos grupos parlamentares e das representações parlamentares.

Secretário: O Governo dispõe de 9 minutos e meio; o PS de 21 minutos e 20 segundos; o PPM de 17 minutos e 40 segundos; o PSD de 8 minutos e meio; o CDS/PP de 9 minutos; o BE de 6 minutos e o PCP de 3 minutos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Daqui a 28 minutos, ao meio-dia, recomeçamos os trabalhos.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

Eram 12 horas e 16 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia há pouco o Sr. Deputado José Rego que o Governo estava a desenvolver todas as medidas para atenuar o aumento do crescimento do desemprego na Região Autónoma dos Açores.

A questão relevante, Sr. Deputado, é esta:

Considero que o Governo tem que explicar, nesta Assembleia, por que razão a taxa de desemprego aumentou a um ritmo muito mais acelerado do que aquilo que aconteceu no conjunto da República. Esta questão é fundamental.

O Sr. Deputado poderá dizer-me: nós partimos de valores mais baixos.

Essa seria uma explicação razoável se a taxa de crescimento e os valores que foram atingidos, no último trimestre, não tivessem superado a média nacional.

Isso significa que a Região partiu de valores mais baixos, mas superou a média nacional. Essa questão é relevante, porque na minha perspetiva a única interpretação, a única análise coerente que podemos fazer é de que o contexto político, o contexto das decisões tomadas, do ponto de vista económico e do ponto de vista orçamental, falharam na Região Autónoma dos Açores.

Este falhanço é muito significativo, porque a atuação política do Governo, ao longo desta legislatura, a interpretação e a sua ação política, foram sustentadas exatamente num valor que foi diversas vezes reivindicado.

Esse valor era de que o Governo estava a tomar as medidas necessárias para que a crise e o desemprego tivessem um menor impacto na Região Autónoma dos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Como é que é possível?

O Orador: ... e que os valores em que a Região permanecia no âmbito da taxa de desemprego demonstravam que a Região estaria a ter sucesso na implementação dessas políticas.

Ora, a evolução da taxa de desemprego demonstra precisamente o contrário. Demonstra que o Governo falhou estrepitosamente nesta questão.

O Governo não conseguiu implementar medidas específicas na economia açoriana que significassem um menor impacto da crise quer na economia, quer no desemprego.

Portanto, o que temos agora é um Governo Regional que não obteve resultados, que não conseguiu diminuir nem desacelerar o impacto da crise. Não só não conseguiu desacelerar, como mais do que isso, o resultado das vossas políticas é de que neste momento o ritmo da criação de desemprego na Região Autónoma dos Açores é superior à média nacional.

Portanto, esta é que é uma questão relevante. Por isso é que eu considere que é bastante importante que o Governo Regional explique por que razão isto sucedeu e por que razão o crescimento do desemprego é neste momento muito mais rápido na Região Autónoma dos Açores do que no contexto nacional. É esta a primeira questão.

Segunda questão:

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional referiu aqui que de todas as intervenções só uma é que tinha apresentado medidas.

Eu fiz um discurso em que mais de metade das temáticas que foram abordadas são temáticas voltadas para o crescimento da economia açorina, voltadas para o combate ao desemprego. Foram apresentadas aqui diversas medidas.

Podem dizer: o senhor só se lembrou disso agora!

Não! São medidas que, na sua maior parte, eu já tinha defendido no âmbito da discussão do Plano e Orçamento, em que apresentei cerca de 140 propostas, a maior parte delas chumbadas.

Nessas propostas estava previsto, por exemplo, o aumento do esforço orçamental em relação à diversificação da produção agrícola. Essa foi uma das propostas que apresentámos.

Também apresentámos propostas no sentido de melhorar a eficácia do setor turístico e no sentido de potencializar aquele que neste momento é uma mais-valia da economia do mar nos Açores.

Também apresentámos propostas sobre a necessidade absoluta de melhorar o sistema de transportes na Região Autónoma dos Açores e de integrar e criar um mercado interno mais coeso e mais amplo.

Nas centenas de propostas que apresentámos tínhamos todos estes itens já referenciados.

O que o Governo Regional aqui apresentou não significa nenhuma novidade em relação ao discurso que foi realizado ao longo destes 3 anos. Nenhuma novidade!

Gostava que me dissessem qual é a medida, independentemente da sua amplitude, que é nova neste elenco de medidas que foi aqui descrito pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Gostava que me dissessem qual é a que é nova. Nenhuma delas!

“Criar mecanismos de crédito junto das empresas açorianas.” Então não foi isto que aqui foi defendido e anunciado, por diversas vezes, por parte do Governo Regional? Foi precisamente isso que foi dito. Teve eficácia? Conseguiu parar a distribuição do Setor Empresarial Açoriano? Não conseguiu! A verdade é que o Governo implementou medidas da mesma natureza do que aquelas que agora anuncia e não teve eficácia em relação aos resultados que foram obtidos.

O que considero é que é fundamental, mesmo num período pré-eleitoral, que todos os partidos e o Governo Regional, que possui os mecanismos e a capacidade orçamental para isso, se concentrem naquilo que é fundamental, que é o combate ao desemprego.

O que eu também aqui referenciei, além das diversas áreas que considerei prioritárias, é a adoção de uma nova postura. Essa nova postura não pode ser uma postura como a Administração Regional neste momento tem, que é uma postura demasiado passiva em relação a esta questão.

O que é necessário é que se tenha uma postura pró-ativa, uma atitude pró-ativa, que não se esteja à espera que as pessoas se possam queixar dos problemas que têm e que tenham acompanhamento permanente de cada caso de cada desempregado. Que se telefone e que se acompanhe cada caso.

Deputado José San-Bento (PS): Isso já é feito há anos!

O Orador: Que se pergunte a cada pessoa e que se pergunte a cada família o que é que se pode fazer e quais são as perspectivas. Isto não é nenhuma novidade.

Deputado José San-Bento (PS): Quem o ouvir falar até vai pensar que é!

O Orador: É isto que está a ser feito, com bons resultados, no Norte da Europa, um acompanhamento pormenorizado de cada situação.

Eu considero que, para além da resolução das questões macroeconómicas que aqui já tive oportunidade de referenciar, é necessário que a Administração Regional e o Governo Regional arregacem as mangas...

Deputado Francisco César (PS): Tão fraquinha a sua intervenção. É das piores que já fez!

O Orador: ... e combatam de forma eficaz esta questão. Que isto seja uma prioridade todos os dias. Que qualquer funcionário da Administração Regional, que exerce funções nas áreas sociais, tenha a ideia que é necessário resolver aquela questão, que é necessário disponibilizar toda a atenção para resolver aquela questão e que se mobilizem todas as vontades e todos os recursos.

O que é que assistimos?

A uma Administração Regional, a um Governo Regional passivo, completamente passivo.

Está mais preocupado com o ato eleitoral que se realiza em outubro do que em concentrar todas as energias, toda a disponibilidade, toda a criatividade para resolver o problema. Essa é que é a questão.

Esta atitude não tem servido os interesses da Região e não tem solucionado o problema.

Por isso é que o PPM apresenta aqui este debate de urgência.

O que queremos é fazer tocar as campainhas de alarme. Isto é um problema fundamental, devemos esquecer tudo o que é assessorio e concentrar todos os recursos, toda a nossa capacidade, toda a nossa mobilização de vontades para resolver este problema.

Se estamos à espera que este conjunto de medidas resolva a questão por si só, eu considero que o contexto dos últimos 3 anos em que elas já foram aqui anunciadas, porque não há aqui nenhuma novidade,...

Deputado Francisco César (PS): Então diga aí uma medida, Sr. Deputado!

O Orador: ... não funcionou.

Portanto, o que é necessário é uma nova atitude, uma nova mobilização, uma credibilidade junto da opinião pública, uma credibilidade junto dos agentes económicos, para resolver esta questão. É isto que vos queria pedir.

Até neste debate os senhores parecem adormecidos, parecem anestesiados para a realidade que nos rodeia.

O que vos peço é que despertem, combatam e tenham esta atitude de irreverência, esta atitude de combate ao desemprego.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, isso é muito mau!

O Orador: Cada caso de desemprego é uma tragédia tremenda.

Deputado Francisco César (PS): É demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: As contas que é necessário pagar, as preocupações em relação ao futuro dos filhos, a preocupação tremenda de chegar ao final de cada mês...

Eu penso que não tenho a pretensão de ser o único que aqui está preocupado. Tenho a certeza absoluta que todos os Deputados, todos os Membros do Governo têm essa preocupação.

Ninguém tem o monopólio da preocupação.

Deputado Francisco César (PS): Isso deve ser as influências do Manuel Moniz!

O Orador: O que eu vos peço e posso de alguma forma recomendar é uma nova atitude, uma nova mobilização e que o Governo não seja um governo cansado, que tenha uma atitude enérgica para resolver esta questão, se quiserem, aproveitando muitas das ideias que aqui vos deixei em relação às prioridades que são necessárias.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado António Marinho (PSD): Não se riam! Não brinquem com as pessoas!

Deputado Berto Messias (PS): O que é que ele disse de inovador?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de voltar novamente ao debate para comentar algumas afirmações entretanto feitas nesta câmara.

Num debate sobre a chaga do desemprego na Região é inevitável falarmos na falta de investimento público e privado, a baixa de salários, o aumento brutal de impostos e também o boicoto da banca à dinamização da nossa economia.

Tudo isto tem a ver com desemprego, com as suas causas e com as suas consequências.

Tudo isto resulta de uma política que, de acordo com o discurso dominante, é consequência da falta de dinheiro. Aliás, o Sr. Deputado Artur Lima acabou ainda agora de reafirmar que não temos dinheiro. O país não tem dinheiro! A Europa não tem dinheiro!

Sras. e Srs. Deputados, deixem-me dizer-vos uma coisa, é que se não temos dinheiro, então estamos a assistir no nosso país ao novo “milagre da multiplicação dos pães”, só que desta vez com aviso de receção, é que não há dinheiro para os povos, não há dinheiro para os trabalhadores/as, mas os açorianos/as já começaram a perceber bem que há dinheiro para o BPN, há dinheiro para a EDP, há dinheiro para a sangria das Parcerias Público-Privadas, há dinheiro e sobra.

Portanto, vamos parar com o discurso do não há dinheiro. Há dinheiro para uns que é sonogado aos outros e são sempre os mesmos.

Esta é que é a política que está implantada no nosso país e é esta política que desagua nos níveis de desemprego que temos no país e nesta Região.

A seguir, dizer ao Sr. Vice-Presidente, que teve a gentileza de afirmar que nenhum partido, dentro deste hemiciclo, tinha feito nenhuma proposta de

combate ao desemprego, que esteve muito distraído, porque daquela tribuna eu pus em cima da mesa duas propostas e desafiei os partidos representados neste hemiciclo a pronunciarem-se sobre elas e a juntarmo-nos à volta delas.

Primeira, a única e a mais essencial: cortar com a política da troika! Cortar com a tal política que rouba a alguns para entregar a outros. Isso, Sr. Vice-Presidente, é aquilo que o Partido Socialista não pode fazer na República, mas pode fazer nesta Região.

Vou dizer-lhe porquê. Pode fazer nesta Região por duas razões, fundamentalmente:

Porque as contas da Região estão em dia; porque o défice e a dívida desta Região cumprem os critérios de Maastricht e porque a Região enriqueceu, está mais rica, progrediu.

Portanto, é altura do Partido Socialista nos Açores dizer:

“Basta de troika, chega de troika nos Açores! Não queremos mais aumento de impostos! Não queremos mais castigo e austeridade para os açorianos/as que não contribuíram em nada para o problema que está a ser vivido a nível nacional”.

O que nos traz para a segunda solução, para a segunda proposta que daquela tribuna eu apresentei: reivindicar a uma só voz nesta Região a reposição da Lei de Finanças Regionais de 2010 sem aumento de impostos.

A excecionalidade dos Açores é a excecionalidade do seu cumprimento até prova em contrário e até hoje todas as entidades dizem que o temos feito. Portanto, esta é a nossa excecionalidade.

É isto que o Partido Socialista dos Açores deverá, na nossa opinião, reivindicar.

Deputado José Rego (PS): É isso que temos feito!

A Oradora: Quando o fizer, tem o apoio incondicional do Bloco de Esquerda.

A seguir, cortar com a política da troika. Sr. Vice-Presidente, também lhe quero dizer duas ou três coisinhas simples.

É devolver o 13º e o 14º meses aos funcionários públicos desta Região, no mínimo um deles, que foi aquilo que o Partido Socialista defendeu a nível nacional e disse que era possível.

Ora, Sr. Vice-Presidente, deixe-me dizer-lhe: se era possível no continente, então por maioria de razão é possível na Região Autónoma dos Açores.

Devolver o 13º e o 14º meses não é recusar rasgar um contrato, porque os contratos, já percebemos, rasgam-se uns com toda a facilidade, mas os outros, os dos poderosos e os dos ricos, esses nunca se podem rasgar.

Mas não é só não rasgar um contrato. É uma medida de combate ao desemprego, Sr. Vice-Presidente, porque é pôr cerca de 60 milhões a correr na nossa economia e a permitir um poder de compra que neste momento não existe. Cá está uma medida de combate ao desemprego.

Não vale a pena estarmos a esgrimir propostas porque ninguém, no seu perfeito juízo, negará, nesta Região ou nesta Casa, que o Governo Regional dos Açores tem tomado medidas de combate ao desemprego. Já não são 24, Sras. e Srs. Deputados. São mais do que essas.

Em todas elas tem tido o apoio do Bloco de Esquerda nesta Casa.

Qual é o problema?

Agora a questão não são as medidas. A questão é a política que está por trás dessas medidas.

As Sras. e os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo disseram que isto não é um problema da Região, é um problema da Europa.

Pois é! E o que é que há de comum?

São as políticas de austeridade. São as políticas de austeridade que estão implantadas na Europa, no nosso País e nesta Região, porque o Partido Socialista Açores ainda não usou dizer: basta! Chega! Essas é que criam o desemprego!

Não há 24 medidas, não há 100 medidas, por muito boa vontade que o Governo Regional tenha, capazes de combater a política de austeridade que está implantada no nosso país.

Não vale a pena termos ilusões.

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: Percebemos bem o combate pré-eleitoral ou eleitoralista...

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, o Sr. Secretário deu-me a informação de que terminou o seu tempo.

A Oradora: Vou terminar, Sr. Presidente.

Percebemos bem o discurso pré-eleitoral do PSD e do PS: quem é que tem mais medidas, quem é que apresenta mais medidas e quem é que ganha o concurso das medidas.

Sras. e Srs. Deputados, vamos falar verdade aos açorianos/as.

Não é uma questão de medidas. É uma questão de políticas daquele lado. Deste lado está a troika e enquanto os senhores não cortarem com ela, mesmo que apresentem 100 medidas, o desemprego não baixará na Região.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo a palavra à Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, Dra. Ana Paula Marques.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra apenas para participar no debate e prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que efetivamente a última intervenção que fez está destituída da realidade que acontece.

Desde 1998 que os Centros de Emprego se chamam Agências para a Qualificação e Emprego. Esse tempo de passividade que o senhor fala é um outro tempo que não é este tempo.

O nosso tempo é o acompanhamento aos nossos desempregados. São políticas pró-ativas exatamente para encaminhar as pessoas mais fragilizadas. Por exemplo, já encaminhámos mais de 5 mil pessoas para a Rede Valorizar, exatamente para aferir as suas competências e para depois os poder classificar.

Por outro lado, o Sr. Deputado também manifestou imenso desconhecimento, porque há na Região uma instituição que se chama Observatório do Emprego,

que todos os anos lança um inquérito às empresas para conhecer a realidade do mercado de trabalho e abrir cursos profissionais que se destinam às necessidades desse mercado de trabalho.

Acusar as Agências de Qualificação e Emprego da forma como o senhor fez é não ter nenhuma atenção, quer para as políticas pró-ativas do emprego nesta matéria, quer para aqueles trabalhadores que ali se esforçam, ali estão a acompanhar os nossos desempregados e a viver todos os dias as realidades daqueles que infelizmente procuram emprego e procuram qualificar-se.

Só para concluir, Sr. Deputado, se essa não fosse a realidade não tínhamos, em 2008, por exemplo, 8.199 licenciados a trabalhar e agora, no fim de 2011, cerca de 13.474 pessoas licenciadas ao serviço das nossas empresas.

Sabe o que é que isso significa, Sr. Deputado?

Significa que o Governo tem vindo, com os mecanismos que tem, a implementar políticas de qualificação, de valorização dos recursos humanos para as pessoas terem melhor empregabilidade.

É injusto, apesar de toda a situação e de todo o contexto que já aqui foi bem determinado e bem definido pelo Sr. Vice-Presidente, não se reconhecer este trabalho, que é um trabalho das organizações empresariais, dos sindicatos, da Comissão de Acompanhamento das Medidas de Emprego, todos aqueles que estão preocupados com o emprego.

Pelos vistos só o Sr. Deputado é que, com essa demagogia, não está muito interessado nestas coisas, mas eu gostava que ouvisse isto, porque isto é a mais pura das verdades e todos os açorianos sabem que isto acontece.

Chamamos os nossos desempregados, ajudamo-los. Temos os processos individuais deles e encaminhamos exatamente para a qualificação, porque o problema que temos na Região é, de facto, de baixas qualificações.

Se verificar, e o senhor que está sempre a comparar com o Norte da Europa, vai ver que estamos distanciados do país exatamente por isso, porque temos muitos mais jovens em qualificação, porque temos muitos mais jovens no ensino profissional e esse é que é o caminho dos países mais desenvolvidos.

Estamos, de facto, a viver uma realidade difícil, mas estamos a trabalhar no sentido de qualificar os açorianos e de lhes dar a oportunidade que eles não tiveram num passado recente.

Muito obrigada.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem sensivelmente 3 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo desta legislatura e desde que foi decretada a crise, porque ela já estava instalada há muito tempo, temos vindo a alertar para o cenário de que as medidas e as opções políticas que foram tomadas, quer pelo anterior Governo da República, quer recentemente por este, têm sempre um efeito mais penalizador nos Açores do que na região continental do nosso país.

A prova disso mesmo é o facto dos últimos dados de 2011 apresentarem os números de desemprego que apresentam, em que a taxa de desemprego nos Açores subiu e ultrapassou a taxa média do país. Isto porquê? Porque as opções políticas que têm vindo a ser tomadas têm como obsessão presente a consolidação orçamental e, paralelamente, não têm aquilo que, em nossa opinião, deveriam ter, que era uma preocupação com a economia e com o desenvolvimento económico.

Por outro lado, as opções políticas que têm vindo a ser tomadas, na República e em particular na Região, são medidas conjunturais. Não são medidas de rotura com um paradigma de desenvolvimento que está falido.

Nós não entendemos. O Governo Regional umas vezes apoia a produção, outras vezes não apoia. Desenvolveu um modelo de turismo completamente desadequado para a Região. É evidente que isto não poderia resultar.

Mas também não pode resultar porque as opções políticas que vieram a ser tomadas têm sido de desvalorização do trabalho e dos trabalhadores.

Aliás, não deixa de ser interessante se olharmos para este mapa, que é um mapa da Europa,...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Outra vez?

O Orador: ... onde as manchas mais escuras são onde os custos do trabalho são mais elevados.

Deputado Berto Messias (*PS*): Está a fazer doutrina!

O Orador: As manchas mais escuras coincidem com os países mais desenvolvidos da União Europeia.

Deputado Francisco César (*PS*): Na Roménia como é? E na Coreia do Norte? Como é que é na Coreia do Norte?

O Orador: Repara-se uma coisa:

Este mapa é do EUROSTAT e é de 2008. Mas veja-se agora em 2011. Em 2011, na Europa a 27, o custo médio do trabalho subiu 2,7%. Em Portugal, em 2011, o custo médio do trabalho desceu 1,7%. É este o caminho que V. Exas. têm tomado, é o da desvalorização do trabalho e dos trabalhadores.

É evidente que isso tem custos elevadíssimos para a economia nacional. Isso só conduz ao empobrecimento do país e V. Exas. insistem, insistem no erro, quer na República através do CDS/PP e do PSD, quer na Região através do Partido Socialista.

É evidente que as propostas que V. Exas. apresentaram ao longo da legislatura e que agora estão a apresentar são importantes, sim senhor, mas não deixam de ser medidas de conjuntura.

Aquilo que se exige são medidas estruturais que promovam o emprego, o emprego com direito e não aquilo que se está a passar atualmente na República em que se vai discutir uma vez mais alterações às leis laborais, com mais um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores, com maior facilidade nos despedimentos...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse, porque terminou o seu tempo.

O Orador: ... e com a continuidade da desvalorização do trabalho.

É evidente que, enquanto assim for, vamos a caminho do empobrecimento, vamos a caminho do colapso social e económico que V. Exas. são responsáveis. Aliás, este gráfico do desemprego mostra claramente (a vermelho temos a taxa de desemprego nos Açores e a verde a taxa de desemprego em Portugal, no país) que o desemprego começa a subir exatamente quando são instauradas as primeiras políticas de austeridade pelo Governo de José Sócrates, mas disparam claramente quando o PSD e o CDS/PP chegam ao Governo. Aí disparam claramente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Mas que primazia! Muito bem!

O Orador: É evidente que esse efeito, tal como o PCP tem vindo a dizer, foi muito mais penalizador nos Açores do que no país.

Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo e Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

São importantes as medidas que V. Exas. apresentam?

São, sim senhor! Mas são de conjuntura, não são estruturais.

Temos de romper. Temos que ter coragem para romper com este paradigma e romper com aquilo que são as agressões estrangeiras de que estamos a ser vítimas.

Estamos a ser vítimas porque V. Exas. as subscreveram e porque V. Exas. não têm coragem de dizer não. É isso que é importante que se faça. É dizer não aos grupos financeiros que dominam e que nos arrastaram para esta profunda crise. É preciso dizer não. É isso que V. Exas. têm de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquele quadro do Sr. Deputado Aníbal Pires acho que evidencia bem a situação do desemprego na Região Autónoma dos Açores. Exatamente no último trimestre do ano, aquele em que houve uma subida acentuadíssima do desemprego na Região Autónoma dos Açores, o aumento foi substancialmente

mais elevado do que aquele que houve a nível nacional, onde também tiveram influência as medidas de austeridade, ou seja, o problema não é exclusivamente importado da Europa ou do país. É um problema da política conduzida a nível dos Açores.

Por isso, esta desvalorização permanente do problema, a desculpabilização, a negação do problema que continuou designadamente com a intervenção, quer do Sr. Deputado José Rego, quer da segunda intervenção do Sr. Vice-Presidente, é negar um problema que existe.

O Sr. Vice-Presidente dizia, a determinada altura: “é preciso ter consciência que este é um problema Europeu”.

Não, Sr. Vice-Presidente! Este é o verdadeiro problema açoriano e temos que nos capacitar se o queremos resolver.

Não o podemos negar, senão estamos a falar completamente ao arrepio daquilo que pensam os açorianos, designadamente do que pensam os 18 mil desempregados.

Estas pessoas que estão a viver esse momento também não percebem quando se fala que não existem propostas de mais ninguém.

Propostas, todos têm apresentado. Não é sério dizer que os outros não têm apresentado.

Os senhores, a única coisa que têm, é uma preocupação obsessiva pelo PSD.

Eu peço desculpa, Sr. Vice-Presidente, mas temos uma preocupação obsessiva é com os 18 mil desempregados e é isso que nos interessa resolver.

Deputados Duarte Freitas, Luís Garcia, Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sabemos que apresentamos medidas no Plano e no Orçamento.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quais medidas?

O Orador: Apresentámos medidas ao longo do tempo. Todas foram chumbadas pela maioria socialista, muitas delas apresentadas posteriormente por “uma roupagem” diferente.

Os senhores têm uma preocupação com a guerrilha político-partidária.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Nós temos uma preocupação com os açorianos. É isso que nos diferencia.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): As vossas propostas eram más, mal calculadas!

O Orador: Estas medidas que os senhores agora apresentam e que merecem a nossa aprovação, são medidas que vão atenuar, não vão resolver o problema. Quem o diz não somos nós! São os próprios responsáveis das associações empresariais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então diga uma medida!

O Orador: São medidas que vão ajudar as empresas, mas não resolvem o problema.

O problema é muito mais vasto. É um problema de uma atitude genérica, é um problema de filosofia de atuação em termos políticos e da forma como se analisa o modelo em termos de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga lá qual é a medida que o PSD tem para resolver o problema?

O Orador: Falar, como se fala em determinada altura – o Sr. Vice-Presidente disse-o aqui no último plenário – que este problemazito ainda vai aumentar durante este trimestre, mas estamos a falar de um ajustamento.

O Sr. Presidente do Governo, no dia seguinte, voltou a referir a questão do ajustamento e disse que era uma tendência que não ia continuar, ia regredir.

Com que fundamento é que dizem isso?

Sabemos que no trimestre seguinte eventualmente regride um pouco. É uma questão de sazonalidade.

Eventualmente regride em termos artificiais por aplicação de algumas medidas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então diga lá a medida que o senhor tem para resolver o problema?

O Orador: O problema de base, o problema em si, que leva a este número brutal de desempregados na Região Autónoma dos Açores, é um problema estrutural, não é um problema que seja suscetível de ser atacado por via conjuntural.

Aliás, o candidato a Presidente do Governo por parte do Partido Socialista disse, e bem (concordo!), que a prioridade no combate ao desemprego deve ser a criação de emprego sustentável.

Mas isto que os senhores estão a criar não é sustentável. Ele diz isto, porque provavelmente é o que ele querera fazer nos ditos 100 dias que falava, mas não o fez durante os 16 anos de Governo aos quais esteve associado.

Declarações como essas de permanente desvalorização da questão, do dizer do muito que fizeram... A Sra. Secretária acabou de dizer que foi outro tempo o tempo dos Centros de Emprego, agora é o tempo das Agências de Qualificação e Emprego.

Isto não é uma questão de designação, Sra. Secretária.

Fizeram tudo isto e o resultado a que chegaram foi este: criaram um universo de 18 mil desempregados na Região Autónoma dos Açores.

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O que os senhores fizeram, a mudança que introduziram, foi criar 18 mil desempregados na Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Os senhores vão resolver esse problema.

O Orador: A questão é diferente.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Na República está sempre a diminuir!

O Orador: É uma questão açoriana, não é uma questão europeia.

Tem problemas com origem na Europa?

Tem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E no continente!

O Orador: Tem problemas com origem na austeridade a nível nacional?

Tem!

São altamente exponenciadas com políticas erradas conduzidas ao longo de 16 anos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquele gráfico do Sr. Deputado Aníbal Pires, que eu agradeço, é perfeitamente evidenciador da questão.

Basta lembrarmo-nos que, a nível nacional, no último trimestre de 2010, o desemprego era 11,1%. Passou para 14%.

Na Região Autónoma dos Açores era de 7%. Passou para 15,9. Mais do que dobrou!

Num ano, os senhores criaram mais 10 mil desempregados. Eram 8.318. Agora são 18.177. Foi este o problema que os senhores criaram

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, as soluções que os senhores apresentam vão merecer o nosso acordo, mas são soluções conjunturais e, tal como têm sido, sempre soluções de natureza artificial, essencialmente baseadas na intervenção pública.

Deputado Francisco César (PS): Então se é artificial o senhor vai votar a favor?

O Orador: Por isso, o que tem sido criado é uma economia artificial, uma economia que repele as ilhas mais pequenas, é uma economia que perdeu dinâmica.

Os Açores precisam de economia, acima de tudo centrada na atividade das empresas, porque são estas as verdadeiras promotoras do emprego.

Queria terminar a minha intervenção dizendo o seguinte:

Estamos aqui a falar de números. Estamos a falar de números assustadores, mas acima de tudo – e é esse o cuidado que toda a gente deve ter, não ter determinado tipo de atitude – estamos a falar de pessoas, estamos a falar de famílias.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Não brinquem com os desempregados!

O Orador: Aquilo a que assistimos hoje em dia é a uma situação de verdadeiro drama social na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Sérgio Ávila.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a falar de pessoas! Estamos a falar de famílias! Estamos a falar de empresas!

Por isso mesmo é que apresentamos medidas concretas, objetivas e práticas para minimizar o problema dessas famílias e dessas empresas.

Aquilo que os senhores apresentaram foi apenas uma comissão para estudar as medidas apresentadas pelo Governo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Pensem nas pessoas!

O Orador: O vosso contributo, a vossa preocupação com as famílias e as empresas açorianas, resume-se a duas coisas:

Primeiro, não conseguem, quando estão no Governo, como se prova na República, ter qualquer medida de apoio às empresas e famílias.

Segundo, na Região a única coisa que têm para dizer às famílias e empresas que sofrem com o desemprego é que vão criar uma comissão para estudar as propostas que o Governo apresenta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É a isso que se reduz a vossa participação.

Agora vamos à questão essencial.

Gostaria de salientar a intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares. Disse um conjunto de coisas com as quais concordamos e associamo-nos em termos de preocupação.

Aliás, é bom lembrar, e está a passar ao arredo deste debate, que assumimos, e o Sr. Presidente do Governo assumiu publicamente, que tendo em conta precisamente o que a Sra. Deputada disse, de que os Açores não contribuíram para a situação do descalabre das contas públicas do Estado, que os Açores têm as suas contas equilibradas, não se pode, não se deve e temos que lutar para que não se associe aos Açores medidas adicionais restritivas do ponto de vista da austeridade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então tenham coragem!

O Orador: Foi isso que defendemos, foi isso que assumimos e a verdade é que temos que reconhecer que foi isso também que conseguimos.

A partir do dia 1 de abril (isso está a ficar esquecido!) o IVA vai aumentar 6% na Madeira com implicações muito acentuadas ao nível do consumo, ao nível do problema das empresas e ao nível do aumento do custo de vida...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: ... para as famílias.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso!

O Orador: O IVA vai manter-se, tal como está neste momento, nos Açores. Isto só é possível devido ao equilíbrio das nossas contas públicas.

Isto foi conseguido, porque tivemos coragem de reivindicar junto da troika esta proposta.

Sr. Deputado Artur Lima, oiça:

No dia 21 de fevereiro, era terça-feira de carnaval, às 17 horas, o Governo Regional estava reunido com a troika e, pela primeira vez, foi dito claramente que a nossa posição, tendo em conta o diferencial que havia das necessidades dos ajustamentos orçamentais entre as duas Regiões, o aumento que estava previsto dos impostos para a Madeira, não devia ser feito nos Açores, porque o aumento dos impostos que a Madeira vai fazer visa aumentar as suas receitas para reduzir o seu défice orçamental.

Tendo em conta, como toda a gente reconhece, que não há défice orçamental nos Açores, não fazia sentido aumentar os impostos na Região...

Deputado João Costa (PSD): Não renegociaram o acordo?

O Orador: ... porque ia aumentar o custo de vida das famílias, ia reduzir o consumo e ia aumentar outro problema, as empresas.

Deputado João Costa (PSD): Era um bom acordo!

O Orador: Foi isto que defendemos a 21 de fevereiro junto da troika, foi isto que o Sr. Presidente do Governo defendeu no dia 5 de março com o Sr. Primeiro-Ministro...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... foi isto que nós defendemos no dia 7 de março com o Ministro das Finanças.

Foi isto que foi concretizado no entendimento com a troika, porque a própria troika reconheceu, nesta matéria, que eram duas regiões diferentes e que não fazia sentido somar austeridade nos Açores quando o problema estando na Madeira, a necessidade dessa austeridade deveria incidir apenas na Região Autónoma da Madeira.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Foi este o procedimento existente. Foi isto que todos conseguimos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E o PSD assistiu sentado!

Deputado António Marinho (PSD): Tu estás bem, porque estás aí sentado. Agora há muita gente desempregada!

O Orador: A partir do dia 1 de abril, na Madeira, os madeirenses terão que pagar mais 6% de IVA (aumentará o custo de vida em 6%) e os açorianos, graças ao equilíbrio das nossas contas públicas, irão manter o mesmo nível de IVA que tinham anteriormente. Esta foi uma vitória do trabalho conjunto do Governo Regional, do Governo da República e da troika.

Foi uma ação concreta...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Que os senhores esconderam a este parlamento!

O Orador: ... a benefício das empresas e das famílias açorianas, que teve origem no equilíbrio das nossas contas públicas e nas nossas finanças públicas, que era diferente daquilo que estava inicialmente previsto.

Por isso mesmo, respondendo a essa matéria, devemos, em cada momento, ter a capacidade, dentro daquilo que é realista, de reivindicar um tratamento diferenciado de menos austeridade, quando demonstramos objetivamente que não temos necessidade de ter essa austeridade adicional.

Neste caso, a bem das empresas e das famílias açorianas (e também é bom dizê-lo no âmbito deste debate) e a bem da criação de emprego, temos aqui uma vantagem comparativa muito grande em relação à Madeira e mantemos uma vantagem comparativa, um diferencial de IVA de 30% em relação ao continente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Atingimos a nossa hora para almoço.

Vamos retomar os nossos trabalhos às 15 com a continuação do debate, porque há ainda grupos e representações parlamentares com tempo disponível para debate.

Vou pedir ao Sr. Secretário para indicar os tempos que ainda estão disponíveis.

Secretário: O Governo, o Bloco de Esquerda e o PCP já esgotaram o seu tempo; o PS tem 21 minutos e 20 segundos; o PPM tem 6 minutos e meio; o PSD 1 minuto e meio e o CDS/PP tem 9 minutos.

Presidente: Muito obrigado. Bom almoço para todos.

Eram 13 horas.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos trabalhos da tarde. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Vamos dar seguimento ao debate de urgência.

Tenho inscrito o Sr. Deputado José Rego. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao debate que tivemos de manhã, queria realçar dois aspetos. Um relacionado com o PPM que não consegue perceber o que é que aconteceu no segundo semestre no nosso país.

Julgo que o Sr. Vice-Presidente foi muito claro a explicar o que é que tinha acontecido na construção civil, o que é que tinha acontecido na Europa, o que é que tinha acontecido no nosso país e quais os efeitos que levaram ao dito ajustamento do emprego na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por que razão?

O Orador: Sr. Deputado, na área do comércio e dos serviços, começámos a sentir efeitos nacionais das medidas que foram aplicadas nos Açores ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que são?

O Orador: ... e aos portugueses em geral que em alguns setores são bastante drásticas para os Açores.

O senhor sabe perfeitamente que os portugueses agora estão menos disponíveis para vir para os Açores, por exemplo, em termos de turismo.

Eu julgo que não necessito de explicitar melhor o que é que aconteceu no segundo semestre neste país. Foi termos um Governo da responsabilidade do CDS e do PSD que criou expetativas negativas a nível do consumo e essas expetativas não poderão ser goradas nos Açores.

Por isso, a medida que o Governo da República tomou nos últimos dias, ao dizer que não vai fazer já a reforma da Lei de Finanças Regionais, ou seja, que alguns dos impostos, como o IVA, não vão aumentar nos Açores, terá efeitos, no futuro próximo, importantes no consumo dos açorianos.

Manter-se essa diferença dos 6% será muito importante para os açorianos. Basta ver os nossos amigos da Madeira. Cada madeirense vai pagar este ano mais 800 euros com o aumento dos impostos.

Entendemos que é uma medida positiva para o futuro próximo no consumo dos Açores. É importante realçarmos este assunto aqui e agora.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Marinho, queria dizer o seguinte:

O Sr. Deputado António Marinho veio para aqui dizer para o PS falar das pessoas, para o Governo falar das pessoas e não falar em números.

A sua manhã foi para falar de números.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este Governo e o Partido Socialista só falaram das pessoas.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Falámos das pessoas porque as medidas aqui apontadas são para as pessoas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

São para os jovens dos Açores! São para as empresas dos Açores!

Não andamos aqui a falar em números.

Eu apontei um número, que foi o número de pessoas que estão nos Centros de Emprego.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E não falou em números. Falou em desculpas!

O Orador: Estas pessoas, nós conhecemos e sabemos onde moram. Foi para elas que foram criadas novas medidas, Sr. Deputado do PPM.

Quando eu digo que um jovem do 12º ano, que não teve qualquer vocação profissional, que tem hipóteses agora de se qualificar, é uma nova medida.

Quando eu digo que uma empresa é capaz de manter os seus trabalhadores, através de empréstimos, por 6 anos e com um período de carência de 3 anos, é uma medida nova para as nossas empresas e para as pessoas dos Açores.

Portanto, o que andámos aqui a falar de manhã não foi passado, é para o presente. É criando confiança com medidas exequíveis para as empresas e para as pessoas.

Era isto que queria deixar aqui como resumo.

Não andamos a falar em números. Andamos a falar sempre nas pessoas e nas empresas que são feitas por pessoas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O senhor não entendeu aquilo que eu disse.

Deputado José Rego (PS): Entendi!

O Orador: Eu não disse que os senhores estavam a falar em números. Nós também falámos em números.

Deputado José Rego (PS): O senhor andou toda a manhã a falar em números!

O Orador: O senhor quer ouvir ou quer continuar a falar? Pode inscrever-se a seguir.

O que eu disse foi “estamos a falar em números”. Eu falei em números...

Deputado Francisco César (PS): O senhor só falou em números!

O Orador: ... mas acima de tudo esses números significam pessoas.

Deputado Francisco César (PS): Não parece, Sr. Deputado!

O Orador: Estamos a falar em números, mas acima de tudo estamos a falar em pessoas, estamos a falar em famílias. Foi o que eu disse.

Eu não disse que não tinha falado. Eu falo em números!

Os números são realmente assustadores e dão a perfeita noção de que estamos num estado de perfeita emergência social.

Deputado José Rego (PS): Não se vê!

O Orador: As famílias açorianas estão a viver um drama social intenso.

Estamos a falar em números, mas acima de tudo o que isso significa é que estamos a falar das pessoas. Temos que falar das pessoas. É para isso que estamos aqui, é para resolver o problema dos açorianos, das famílias açorianas, dos açorianos em geral e das empresas.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que disse, Sr. Deputado?

O Orador: Como falar em números é importante, relativamente às medidas (já o dissemos e não vou repetir outra vez aquilo que disse hoje de manhã), sabemos que elas são de natureza conjuntural, que não vão resolver o problema. Vão atenuar o problema.

Estamos com elas, mas não resolvem o problema.

Quem o diz claramente são os próprios empresários. Vão ajudar mas não resolvem o problema. É tão só isto.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a fazer politiquice à volta dos desempregados!

O Orador: Como estamos a falar em números, deixe-me dizer-lhe mais dois números relativamente a duas situações que os atuais números do desemprego também dão.

Estamos neste momento numa situação em que o desemprego entre os homens atinge praticamente 16%, 15,9%. Estamos a falar numa sociedade, como é a sociedade açoriana, em larga escala são os únicos que têm capacidade de angariar ou que estão a angariar rendimentos para as suas famílias.

Ao contrário do que tínhamos, por exemplo, em 2008, em que a taxa de desemprego andava na ordem dos 5 ou 6%, 3,7% era desemprego masculino, 8,4% era desemprego feminino, agora temos uma situação diferente: 15,9% é desemprego masculino; 14% é desemprego feminino.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): São pessoas que têm mais de 50 anos e que não têm a escolaridade obrigatória.

O Orador: Isto dá-nos preocupação...

Ainda para mais, porque estas pessoas são normalmente pessoas acima dos 50 anos com elevadas dificuldades para retomarem a sua atividade profissional.

Em termos de futuro, isso deixa-nos preocupados.

A mesma situação se passa relativamente aos jovens que estão a iniciar uma carreira. Neste momento, aos jovens, corresponde uma taxa de desemprego de 36,1%.

Deputado José Rego (*PS*): Com uma margem de erro de 11%!

O Orador: Isto é preocupante face às expectativas deste grupo etário, que são normalmente pessoas com maiores níveis de qualificação, mas 36% encontram-se desempregados.

Em 2008, os jovens representavam 11,7%.

Estamos a falar em números.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, agradecia que concluísse.

O Orador: Os números evidenciam a situação, mas temos que ter a preocupação de que estamos a falar em pessoas, estamos a falar em famílias. Peço muita desculpa, Sr. Deputado José Rego, mas a nossa preocupação não é tentar alindar o passado, nem é tentar mostrar uma realidade que é aquela que não existe.

O desemprego é um drama social muito significativo e, queiram ou não, vai ser sempre esse o centro da nossa preocupação...

Deputado José Rego (*PS*): Não é com as propostas que propõem!

O Orador: ... neste momento e no imediato, em termos conjunturais, na tentativa de estruturalmente modificar isso, se em outubro tivermos oportunidade de ser governo, como creio que vamos ser.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Quais são as medidas que os senhores propõem?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Marinho.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José Rego.

(*) Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, o discurso foi o mesmo. Não passou de números.

O que tenho para dizer aos jovens açorianos é que quem está a fazer o Estagiar L ou T, vai ser prorrogado por mais 9 meses. Temos aqui uma solução.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É prolongar o problema!

O Orador: O senhor é jovem licenciado, deve fazer um estágio na empresa. A empresa ganha com isso, o jovem ganha com isso. Temos a resposta.

Não estamos a falar de um número. Estamos a falar na pessoa e neste jovem.

Sr. Deputado António Marinho, quando dizemos a uma empresa que ela é capaz de apoiar ou de receber novos trabalhadores com o apoio do Governo, estamos a apresentar mais uma medida.

Desse lado, zero! Não ouvimos nada para esse trabalhador que está no desemprego.

Temos uma resposta para quem está no emprego, ou seja, o Programa de Valorização Profissional, para manter aqueles que estão a trabalhar, e para aqueles que estão no desemprego.

Estas pessoas têm respostas, quer sejam jovens, quer sejam pessoas que tenham deficiências na sua qualificação.

Foi uma das coisas que disse no início, na minha primeira intervenção: há que valorizar os açorianos! Há pessoas que não têm o 9º ano.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Há pessoas que não completaram o 12º ano.

Isto é ou não uma medida estrutural para os Açores? É ou não uma medida estrutural para as empresas?

É, sim senhor.

Neste debate, o que vimos por parte do PSD foi falar de números e as pessoas para ele não valem.

Deputados Lizuarte Machado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José Rego.

Passo a palavra de imediato para o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado José Rego, ninguém disse aqui, até agora, acho eu, ou pelo menos aqui da bancada do CDS, que o Governo não estava preocupado com o desemprego.

Não dissemos que o Governo não tem tomado medidas para atenuar esse emprego. Não dissemos isso.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Também não dissemos que o CDS tinha dito!

O Orador: Agora o que não podemos aceitar, Sr. Deputado José Rego, é dizer que um estágio é uma medida para combater o desemprego.

O estágio não é um emprego, Sr. Deputado.

Deputado José Rego (PS): Também não disse isso. Disse que era para valorizar o profissional!

O Orador: Um estágio é uma medida para mascarar o desemprego. É isso que se está a usar. Isso não é honesto, Sr. Deputado José Rego, para com os jovens. Essa medida deve ser usada, sim senhor, para qualificar os jovens, para lhes dar mais formação, para lhes dar mais aptidões profissionais, mas não pode ser usada como uma medida para combater o desemprego. É uma falsidade, Sr. Deputado José Rego, e agradecia que esclarecesse essa parte.

Deputado José Rego (PS): Não ouviu o que eu disse!

Deputada Piedade Lalanda (PS): É uma medida para promover o primeiro emprego!

O Orador: É uma boa medida para qualificar, para formar, para dar mais qualificações e mais aptidões aos jovens dos Açores.

Agora, não pode ser usada numa medida de combate ao desemprego. Jamais, Sr. Deputado José Rego.

Deputado João Costa (PSD): Os da Câmara da Graciosa, por exemplo!

O Orador: Sr. Deputado José Rego, perguntei ao Sr. Vice-Presidente, que não me respondeu há pouco, por que é que o desemprego de longa duração tinha desaparecido das estatísticas.

A taxa de desemprego desapareceu das estatísticas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Qual estatística?

O Orador: Do SREA, Serviço Regional de Estatística.

É muito importante perceber o peso de desemprego de longa duração no número de desempregados que tem vindo a aumentar, Sr. Deputado José Rego.

Para esses também há que exigir uma resposta. A esses não é possível um Estágio L ou T, infelizmente, Sr. Deputado José Rego.

Essa gente pesa, em 2011, 44% no total de desempregados. É muita gente.

O desemprego de longa duração tem um peso de 44% no total de desempregados.

Qual é a resposta que o Governo tem para essa situação, Sr. Deputado José Rego?

Digo-lhe mais. A taxa de desemprego de longa duração, relativamente a 2001, passou de 0.9 para 3.1, triplicou, Sr. Deputado José Rego. Isso é grave!

Estão a tomar medidas, sim senhor.

Perguntas concretas, relativamente ao desemprego de longa duração: quais as medidas do Governo, além das que o Sr. Vice-Presidente já disse?

Efetivamente, reconhecer, Sr. Deputado José Rego, que um estágio não é um emprego.

Devo dizer-lhe que conheço vários, vários e vários estagiários L e T, que acabaram os seus estágios. Neste momento, sabe onde é que eles estão? Estão no desemprego! Não têm emprego.

São dezenas deles que eu próprio conheço.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, obrigado por recolocar uma pergunta à minha pessoa.

Queria dizer o seguinte:

Se o senhor estivesse com atenção ao que eu disse de manhã e há pouco, sabia que o Estagiar L ou T ou a reconversão dos estágios (outra medida nova que temos nas 24 medidas) são importantes, como disse, para a empregabilidade dos jovens.

Sr. Deputado Artur Lima, o senhor também reconhece que qualquer jovem, após a experiência numa empresa, passa a ter no seu currículo uma experiência de trabalho que não tinha antes.

Aquilo que disse foi que ganhavam as empresas com esse sangue novo, com esse conhecimento que vinha das universidades e ganhavam os estagiários com essa experiência nas empresas.

Eu não disse que era um emprego para os jovens. Era um caminho para a sua empregabilidade.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Sobre isso estamos falados.

Relativamente ao desemprego de longa duração, a atuação dos Centros de Emprego, como disse a Sra. Secretária há pouco, tem sido uma atuação pessoa a pessoa, olhando à carreira profissional dessas pessoas.

Sabemos que parte das pessoas que estão no desemprego de longa duração, o seu maior problema é em termos da sua qualificação profissional.

Por isso, se o senhor percorrer as nossas ilhas que têm o Reativar ou outros programas semelhantes, há pessoas com mais de 40 anos a tirar cursos ou estão a valorizar as profissões que tiveram até àquele momento.

Tem sido uma resposta importante para muitas mulheres e para muitos homens desta Região.

Relativamente à diferença do trabalho feminino e masculino que o Sr. Deputado António Marinho falou há pouco, felizmente temos criado condições para a empregabilidade das mulheres.

Felizmente, hoje, as mulheres têm mais habilitações para o emprego e têm sido as pessoas que têm sofrido menos com o desemprego conforme demonstram os dados estatísticos.

Deputado Lizuarte Machado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(Pausa)

Sr. Deputado Artur Lima, se desejar mais 5 segundos posso dar, mas estamos à sua espera porque não tenho mais inscrições.

Tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, estava apenas a aguardar que o Sr. Secretário da Mesa me indicasse o tempo disponível para poder gerir o meu tempo.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Esperamos que essa informação esteja mais correta do que a do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares!

Deputado João Costa (PSD): Essa foi muito rebuscada. A informação estava correta, foi, foi mal interpretada!

O Orador: Não percebi! Não ouvi.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para dar início à sua intervenção.

O Orador: Eu estava ao telefone, Sr. Deputado Lizuarte Machado com o Sr. Secretário da Mesa. Quem tem o hábito de telefonar para os Srs. Membros do Governo, omitindo informações a esta Casa, não é naturalmente ninguém do CDS.

Sr. Deputado José Rego, afinal estamos de acordo. É um caminho para a empregabilidade.

Deputado José Rego (PS): E muito de acordo!

Deputada Benilde Oliveira (PS): O senhor é que nunca percebeu!

O Orador: Mas não foi o que o senhor disse no início.

O que é interessante constatar também é que vêm aqui muitas medidas de apoio para as empresas. Vêm com a conversa de que as empresas é que fomentam emprego, etc.

Basta olhar para os números e ver que o setor primário caiu 9 pontos percentuais; o setor secundário caiu 6 pontos percentuais e o setor terciário aumentou 2.6.

Deputado José Rego (PS): No quarto trimestre!

O Orador: Aí é que os senhores vão explicar qual é a vossa política. Tem sido falhanço atrás de falhanço.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Essa leitura não pode ser feita assim!

O Orador: Já agora, Sr. Deputado José Rego, vou dizer-lhe uma coisa:

Relativamente ao desemprego de longa duração, os senhores têm feito muito pouco. É essa a realidade.

Quanto aos jovens, mascarando, sobretudo neste ano eleitoral, vai aumentar desmesuradamente o número de estágios, coisa que não foram capazes de fazer nos últimos 3 anos, mas nos 200 dias que vos falta de Governo vão ser capazes de fazer mais alguma coisa.

Devo dizer-vos mais:

Apesar do constante insulto dessa bancada e do Partido Socialista, particularmente de alguns membros do Partido Socialista, a maior ajuda ao combate ao desemprego e à crise nos Açores foi dada pelo Governo da República ao não mexer na Lei de Finanças Regionais, que são o vosso seguro de vida, porque sem ela os senhores não conseguiam fazer a sua política.

É isso que os senhores são incapazes de reconhecer.

Deputado José Rego (PS): Quem é que não mexeu?

Deputado Berto Messias (PS): O Governo não mexeu, porque não tinha razões para mexer!

O Orador: Ao menos reconheçam que é o vosso seguro de vida. Se fosse alterada a Lei de Finanças Regionais os senhores não tinham dinheiro para mandar cantar um cego. É isso que acontece.

Andam, particularmente o Sr. Deputado Berto Messias, nos seus escritos no jornal, a falar do Governo da República. Pois se não fosse o Governo da República,...

Deputado Anibal Pires (PCP): Ouçam bem! O Governo da República!

O Orador: ... o Governo Regional dos Açores não tinha dinheiro para fazer face aos seus compromissos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Chama-se autonomia! Era o que mais faltava!

O Orador: Portanto, essa boa medida, essa ajuda à economia dos Açores, foi dada pelo bom senso do Governo da República que,...

Deputado Berto Messias (PS): Santa Paciência!

O Orador: ... reconhecendo as dificuldades que a Região atravessa, anuiu em adiar a aplicação da Lei de Finanças Regionais.

O que se espera é que no fim do ano a Região esteja melhor do que quando começou.

Deputado Francisco César (PS): E estará com certeza!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, dou-lhe um minuto do meu tempo para o senhor me responder, se o Sr. Presidente autorizar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Concedo o minuto, cedido pelo Sr. Deputado Artur Lima, ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para responder diretamente à pergunta do Sr. Deputado Artur Lima.

O Sr. Deputado Artur Lima referiu que deixou de haver estatísticas de desempregados de longa duração. Refere-se a estatísticas publicadas por quem?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pelo SREA!

O Orador: O SREA não publica estatísticas sobre emprego.

As estatísticas do emprego são produzidas por duas entidades: pelo Instituto Nacional de Estatísticas, taxa trimestral, e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, número de inscritos no Centro de Emprego, mensal.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Essa agora!

O Orador: São as duas entidades que publicam estatísticas e que têm a responsabilidade de apuramento da estatística.

Como o Sr. Deputado devia saber, os dados incluídos na página do SREA...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: ... são a mera republicação do apuramento das taxas de desemprego que por lei, de acordo com o EUROSTAT...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Consta ou não consta?

O Orador: ... são apuradas, única e exclusivamente, pelo Instituto Nacional de Estatística que é, como sabe, uma entidade dependente do Governo da República.

Sr. Deputado Artur Lima, vou repetir.

Sr. Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estou a ouvir!

O Orador: ... as entidades que publicam estatísticas, que têm a responsabilidade de apuramento das estatísticas sobre o emprego, são o Instituto Nacional de Estatística e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Posso informar-lhe que se for ao site do Instituto de Emprego e Formação Profissional tem a informação sobre a percentagem de desempregados nos Açores, inscritos nos Centros de Emprego, de longa duração referente ao mês de fevereiro.

Irá também constatar que, por exemplo, o número correspondente a desempregados de longa duração nos Açores, em relação ao total de desempregados, é de 23,6%, quando a nível nacional é de 37%, ou seja, significativamente metade da taxa nacional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Artur Lima. Faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Tome uma medida de racionalização de gastos na Administração Pública. Extinga o SREA, já que não serve para nada!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O senhor acabou de dizer aqui que o SREA serve para copiar dados do Instituto Nacional de Estatística.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor disse isso aqui? É muito grave!

O Orador: O senhor tem a obrigação de extinguir o Serviço Regional de Estatística, Sr. Vice-Presidente. Se só serve para copiar – estes dados que estão aqui, segundo diz o senhor, são copiados de lá de fora – o acesso a essa informação está à distância de um clique.

O senhor extinga o Serviço Regional de Estatística.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A República toma conta!

O Orador: É um dever seu. O senhor acabou de dizer que não servia rigorosamente para nada. Servia para copiar dados a nível nacional.

O senhor disse isso aqui, Sr. Vice-Presidente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não disse!

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Disse, disse! São republicados! Já estavam publicados.

O Orador: E tem muita coisa para extinguir na sua secretaria também, Sr. Secretário Adjunto, que não serve para nada.

Sr. Vice-Presidente, extinga o SREA. Fica com essa responsabilidade.

O peso dos desempregados de longa duração é este, Sr. Vice-Presidente: é 44% no total da população desempregada. Isso é uma vergonha.

Deputado Francisco César (PS): Então, o senhor tinha ou não os dados?

O Orador: Retirei do SREA.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já não é preciso extinguir, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Para os senhores, para umas coisas serve o SREA, para outras não serve.

Dizer que o Serviço Regional de Estatística é um mero copista...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Afinal tinha os dados!

O Orador: São do SREA, Sr. Vice-Presidente.

O senhor é que disse, e dessa não se safa, que a entidade responsável pelas estatísticas era o Instituto Nacional de Estatística e o senhor disse que o SREA limitava-se a publicar nos seus cadernos, a republicação dos dados nacionais.

O Sr. Vice-Presidente acabou de assinar o atestado de óbito do SREA.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não se meta por aí!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais desemprego não, Sr. Vice-Presidente!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Vice-Presidente, o Governo Regional já não tem mais tempo. Se alguém lhe oferecer algum tempo...

Sr. Deputado Berto Messias, faz favor. Tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o PS não foi o interpelante, mas posso ceder tempo, se o PS ainda tiver.

Presidente: Ainda tem um minuto. Pode ceder 30 segundos.

Deputado Berto Messias (PS): Cedemos o minuto.

Presidente: Será cedido o minuto do Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Artur Lima.

O Sr. Deputado fez uma grande confusão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Todos percebemos!

O Orador: Há um dado que desconhece.

O Serviço Regional de Estatística é, através da Lei Orgânica publicada pelo seu Governo da República,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nosso! Nosso Governo!

O Orador: ... o núcleo do Instituto Nacional de Estatística.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nosso Governo!

O Orador: Logo, a função estatística do Serviço Regional de Estatística está definida numa lei que o senhor, que o nosso Governo da República,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Nosso! Está melhor!

O Orador: ... o qual o seu partido apoia, publicou.

Há uma questão nessa matéria que o senhor se enganou. O senhor devia saber que em matéria de produção estatística está nessa Lei Orgânica precisamente as competências de cada serviço.

De acordo com o que é definido pelo EUROSAT, que é a Entidade Estatística Europeia, a regra de apuramento da taxa de desemprego trimestral é feita sempre pelos Serviços Nacionais de Estatística, pela mesma regra de amostragem telefónica, no conjunto de todos os países que estão sobre a alçada do EUROSTAT.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor é que contestou o mês passado!

Presidente: Sr. Vice-Presidente, o minuto já foi atingido. Agradecia que concluísse.

O Orador: É nesse contexto que nessa matéria o Serviço Regional de Estatística, enquanto núcleo do Instituto Nacional de Estatística, republica os dados.

O Serviço Regional de Estatística é responsável pela produção no âmbito do Serviço Nacional de Estatística, de imensas estatísticas.

Nesse caso concreto, de acordo com as regras do EUROSTAT, é exatamente em todos os países da Europa, como eu lhe referi.

Espero que a sua confusão esteja ultrapassada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! A sua confusão!

Deputada Zuraida Soares (BE): Extinga-se o Governo da República!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Não havendo mais inscrições, para encerrar o debate dou a palavra ao proponente, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem 6 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta declaração final para referenciar 3 aspetos.

O primeiro é para responder ao Sr. Deputado José Rego. Quero dizer-lhe o seguinte:

Para a questão que eu lhe coloquei, o Sr. Deputado escondeu-se através da retórica pura e simples.

A questão foi muito objetiva: por que razão o impacto do crescimento da taxa de desemprego foi tão acentuado nos Açores no último ano?

O senhor respondeu-me: fatores nacionais!

Mas esses fatores nacionais incidiram também, sem a atenuante das políticas regionais, no território nacional. O que é certo é que os Açores, partindo de valores mais baixos do que a média nacional, superou a média nacional. Logo, o impacto foi muito superior.

Esse impacto não pode ser atribuído, única e exclusivamente, às políticas nacionais.

Deputado José Rego (PS): Qual é a diferença da nossa economia para a nacional?

O Orador: Então, se o impacto fosse, única e exclusivamente, atribuído às políticas nacionais, o crescimento da taxa de desemprego da média nacional também teria seguido e obtido os mesmos níveis. Mas não!

A questão essencial é que o impacto foi muito maior na Região Autónoma dos Açores, precisamente quando os senhores têm vindo a defender, ao longo destes 3 anos, que o crescimento da taxa de desemprego não estava a ser tão acentuado como no resto do território nacional, precisamente porque as vossas políticas estavam a ter sucesso no combate ao crescimento do desemprego. Esse conjunto de argumentos ficou desmentido através do crescimento exponencial do desemprego na nossa Região. Essa é a questão pura e simples.

Eu perguntei-lhe: qual é a resposta?

A resposta só pode ser essa. Claro que as medidas nacionais têm a sua influência, têm o seu impacto, mas também há um segundo fator que o Sr. Deputado não quis reconhecer, é que as políticas de contenção, as políticas

regionais que pretendiam desacelerar o crescimento da taxa de desemprego não funcionaram. O Sr. Deputado deveria ter reconhecido isso.

Segundo ponto, e acho que é uma questão grave:

Como os Srs. Deputados e esta câmara se lembram, o PPM provocou um debate de urgência sobre a questão da revisão da Lei de Finanças Regionais e da aplicação do Memorando da Troika na Região Autónoma dos Açores.

O que o Sr. Secretário Regional da Presidência disse – completamente descabido! – foi: não temos nenhum dado sobre isso.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não lê jornais, não? Não leu o que se passou nos últimos tempos!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional veio hoje reivindicar uma grande vitória. Foram as reuniões, que não existiram, que afinal passaram a existir, que resolveram este assunto.

Deputado Francisco César (PS): Isso é desonesto, Sr. Deputado!

O Orador: Afinal o Governo Regional estava em negociações com o Governo da República para que o diferencial fiscal não fosse utilizado.

Afinal, o Governo Regional estava em negociações com a Troika.

Afinal, o Governo Regional tinha informação e escamoteou a esta Assembleia.

Esta é a única conclusão possível e isto é de uma enorme gravidade.

Torno a relembrar: este debate foi apenas há um mês nesta Assembleia.

O que é que nos foi dito?

Foi que não tinham informação. Tinham uma folha branca para nos mostrar. Não existia nada! Não existia absolutamente nenhum dado em relação a estas questões fulcrais.

Os senhores, no mínimo (tenho que deixar aqui esta acusação!), faltaram à verdade neste Parlamento, ou então (outra hipótese), estão a atribuir louros que não têm.

Eu arrisco uma outra explicação:

Afinal, a Lei das Finanças Regionais tem um *timing*. Qual é o *timing*?

Era 15 de março! Passou a ser outubro!

Outubro! O que é que acontece em outubro do ponto de vista macroeconómico?

Tenho acompanhado a política nacional e a política europeia.

O que é que acontece em outubro do ponto de vista macroeconómico? O que é que aí vem?

Bom, não encontrei nada!

Mas encontrei uma coisa nos Açores! As eleições regionais!

Vejam bem! Este é o grande problema da governação neste país.

Deputado Francisco César (PS): Não me diga que o Governo da República está a ajudar o PS nos Açores!

A sua constatação é que o Governo da República está a ajudar o PS a ganhar as eleições!

Deputado João Costa (PSD): Está a ajudar os açorianos, o que é diferente!

O Orador: Deixem-me terminar. Sr. Presidente...

Presidente: Srs. Deputados... Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para dar continuidade à sua intervenção.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor acha que o Governo da República está a ajudar-nos! É uma grande tese!

O Orador: Não consigo concluir...

Presidente: Peço a todos os Srs. Deputados para fazerem um pouco de silêncio para o Sr. Deputado Paulo Estêvão terminar a sua intervenção. Se o Sr. Deputado Paulo Estêvão falar por cima das minhas palavras, os Srs. Deputados não sabem que devem estar em silêncio para ouvir a sua intervenção. Tem a palavra.

O Orador: Muto obrigado, Sr. Presidente.

A questão que vos estava aqui a referenciar é que claramente existe aqui um *timing* eleitoralista e este tem sido o grande problema deste país e desta região.

Quando são tomadas medidas do ponto de vista macroeconómico, medidas absolutamente fundamentais, por exemplo, em relação ao diferencial fiscal, que é uma questão fundamental, ou em relação às transferências do Orçamento de Estado para a Região, estas decisões não têm em conta nenhuma macroeconomia. Apenas têm em conta aquele que é o calendário eleitoral.

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi assim na Madeira!

O Orador: Por isso é que estas questões têm este enorme impacto e por isso é que a governação desta Região e deste país tem estas assimetrias e tem estas deficiências, é porque o calendário eleitoral se sobrepõe a uma utilização racional dos dinheiros, a uma tomada de decisão racional das medidas. Essa é que é a verdade e essa é que a questão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em que é que isso beneficia o CDS/PP e o PSD?

O Orador: Para terminar, o Sr. Vice-Presidente do Governo acha que esta questão é muito estabilizadora e que os investidores vão ficar sossegados porque sabem que até outubro não há aumento de impostos, não há uma diminuição da diferenciação fiscal...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Antes houvesse!

O Orador: ... e que as transferências do Orçamento de Estado podem sofrer alguma atenuação ou apenas uma diminuição residual.

A questão que vos coloco é:

Mas algum investidor fica sossegado quando tem um cenário absolutamente instável até outubro?

Ninguém sabe o que é que vai acontecer depois de outubro.

Alguém leu algumas declaração da troika a dizer: “Não, não! O diferencial fiscal vai ficar como está”? Ou o Estado a dizer: “as transferências do Orçamento de Estado, depois de outubro, vão ficar como estão”!

Alguém ouviu dizer isto? Alguém ouviu alguma garantia? Nada!

O Sr. Ministro das Finanças disse: adia-se! E não apresentou uma justificação para essa situação.

Sabem qual é a verdadeira justificação?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não quer que ganhemos!

O Orador: A verdadeira justificação é que ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É a vitória do PS!

O Orador: ... convém ao Partido Socialista, e também convém ao Governo da República, esta situação de impasse até outubro.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, terminou o seu tempo. Agradecia que concluísse.

O Orador: Termino.

A verdade é que não existe nenhuma garantia do quadro macroeconómico regional para o futuro, depois de outubro.

A partir de outubro o desconhecimento total!

O que é que acontece à diferenciação fiscal?

Não sabemos!

O que é que vai acontecer às transferências do Orçamento de Estado para a Região Autónoma dos Açores?

Não sabemos!

Não sabemos nada em relação a este quadro!

Os senhores dizem: bom, isto é que é um quadro seguro!

Não! Este quadro instável, sem nenhum compromisso, é um fortíssimo perigo para a estabilidade económica e a estabilidade política da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Dou por terminada aqui a discussão do debate de urgência.

Sr. Vice- Presidente pede a palavra para?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Um protesto em relação às declarações do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Tem 3 minutos, Sr. Vice-Presidente, para fazer o protesto.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não usarei tanto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por que é que protesta?

O Orador: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era para protestar no sentido de alguma qualificação que o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu em relação às minhas afirmações, que não correspondem efetivamente ao que eu disse, e essencialmente para protestar pelo facto do Sr. Deputado Paulo Estêvão ter referido que sonegámos informação a esta

Assembleia e não dissemos a verdade aquando do debate sobre o Protocolo de Colaboração e Entendimento com o Governo da República.

Sr. Deputado, o senhor fez confusão.

As reuniões que referi e onde esse assunto foi tratado não têm nada a ver com o Protocolo de Colaboração e Entendimento com o Governo da República.

As reuniões que referi, onde esse assunto foi tratado, foram no âmbito da avaliação, que é pública, trimestral, que é feita pela troika quando vem a Portugal e reúne periodicamente, no âmbito da execução do Memorando da Troika, com todas as entidades públicas, incluindo o Governo Regional que, periodicamente nesse âmbito, reúne.

A segunda referência que fiz foi tratada numa reunião pública (esse assunto foi inclusiva e publicamente anunciado), uma audiência entre o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Primeiro-Ministro no dia 6 de março. Foi dada nota pública da mesma e foi coberta por todos os órgãos de comunicação social.

Portanto, em primeiro lugar, não houve aqui nenhuma conversa escondida. Em segundo lugar, aquilo que foi dito pelo Governo no passado mês, em que esta matéria foi a debate, corresponde totalmente à verdade e não houve nenhuma omissão, nem nenhuma declaração, que não correspondesse à verdade. Gostaria, por isso, que a verdade fosse aqui reposta.

Presidente: Dou a palavra de imediato, para um contraprotesto, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional não tinha nenhuma razão para efetuar este protesto. Apenas pretendeu utilizar o tempo de antena.

A verdade é esta, Sr. Vice-Presidente:

Perguntei-lhe ou não? Fiz 10 perguntas daquela tribuna muito específicas!

Toda a gente se lembra e está registado no Diário da Sessão.

Fiz-lhe uma pergunta muita específica: o diferencial fiscal. Quais seriam as alterações previsíveis? Que negociações? Que informações existem sobre esta matéria?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E à data nenhuma!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional quer convencer-me, esta câmara e os açorianos que não tinha nenhuma informação e que isso nasceu da geração espontânea.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional quer convencer-me desta tese e pensar que vivemos todos como se fosse o mundo da “Pipi das Meias Altas”.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A “Pipi das Meias Altas” era monárquica!

O Orador: Esta questão não faz ninguém sentido.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional sabe perfeitamente que não é verdade aquilo que está a afirmar.

Em segundo lugar, gostava também de lhe dizer outra coisa:

Em relação às transferências do Orçamento do Estado fiz-lhe uma pergunta muito específica e o Sr. Vice-Presidente Governo Regional vem agora dizer-me que tudo isso não existia em nenhuma negociação e que em 15/20 dias ficou tudo definido.

Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, ninguém acredita nisso!

Deputado Francisco César (*PS*): Problema seu!

O Orador: Se acreditássemos numa situação dessas então teríamos que chegar à conclusão que o Governo desta Região é conduzido com o maior amorismo possível, em que as situações não são devidamente sustentadas e analisadas ao longo de meses e que a decisão sobre questões tão graves e de tão grande implicação são tomadas em 10/15 dias.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional quer que eu acredite nisso?

Não, não acredito! Acredito é que o senhor (o Governo Regional!) já tinha informações relevantes sobre estas questões.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Terminado aqui o período de debate de urgência passamos, sem demora, para...

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Uma interpelação. Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, artigo 67º.

Quando for 4 horas e 25 minutos estaremos aqui para recomeçar os trabalhos.
Até já!

Eram 15 horas e 55 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradece que ocupassem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 33 minutos.

Vamos passar para o ponto 3 da nossa Agenda. Vamos debater a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/2011 – “Aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos”**.

Conforme é habitual, foi acordada a grelha de tempos para este diploma:

PS e Governo – 25 minutos

PSD – 19 minutos

CDS/PP – 13 minutos

BE – 11 minutos

PCP e PPM – 10 minutos

Vamos iniciar o debate. Para apresentar o diploma, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, Prof. Álamo Meneses.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma cujo debate iniciamos é de carácter regulamentar que visa complementar o regime geral de gestão de resíduos, que foi aprovado por esta câmara há alguns meses.

É um diploma de natureza regulamentar e, apesar de ser um diploma de natureza regulamentar, tem que passar por esta câmara já que, nos termos constitucionais e estatutários, é esta câmara que tem a competência da aplicação

de normas comunitárias. Este diploma faz a transposição para o direito regional de diversas diretivas que visam a boa gestão dos fluxos específicos de resíduos. Os fluxos específicos de resíduos são aqueles resíduos que têm um enquadramento específico do ponto de vista da sua recolha e do encaminhamento, ou seja, aqueles resíduos cuja responsabilidade direta fica no âmbito do produtor do resíduo ou das entidades gestoras que contratam, com o produtor dos resíduos, fazer essa gestão.

Entre estes fluxos inclui-se pneus, óleos usados, produtos fitossanitários, sucatas, ou seja, veículos em fim de vida, um conjunto muito alargado e diversificado de resíduos que precisa de um tratamento específico.

Por outro lado também, estes resíduos têm um conjunto de normas, no que diz respeito aos produtos, ou seja, à própria composição quer de baterias, quer de veículos, quer de material elétrico e de outros materiais, que também precisa ser transposto para o direito regional.

Com este diploma faz-se a transposição de um conjunto alargado de diretivas, completa-se a regulamentação dos resíduos na Região e também criam-se normas de alguma flexibilização na gestão de alguns resíduos, como por exemplo, os pneus que podem e devem ser reutilizados para alguns fins.

Esta adaptação que visou dar resposta a algumas preocupações que, essencialmente do setor agrícola e piscatório, me chegam por via de um conjunto de proibições sobre a reutilização de pneus que mereciam ser atendidos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Paulo Ribeiro.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estive a ouvir atentamente a explicação do Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar sobre esta proposta de diploma. Estava à espera que me clarificasse uma questão que foi colocada em sede de comissão e que dissesse aqui o que é

que este diploma traz verdadeiramente de novo à Região que não pudesse ser feito até ao atual momento. Ou seja, o que é que a partir de amanhã ou a partir do dia em que este diploma for publicado, vai ser feito na Região que não podia ser feito até agora?

Este diploma é uma transposição ou uma compilação de diversa legislação nacional (não só de algumas diretivas, mas sobretudo de diversa legislação nacional) que tinha disperso, em diversos diplomas, os diferentes fluxos de resíduos que aqui são tratados.

Uma vez que nesta proposta se fala várias vezes ou se admite o tratamento de muitos destes fluxos através da valorização energética, gostaria que o Sr. Secretário explicasse, ou dissesse a esta câmara, em que estado se encontra a construção das centrais ou dos Centros de Valorização Energética, previstos e já anunciados para a Terceira e para São Miguel.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou de imediato a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar. Faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tive o cuidado, exatamente na minha intervenção, de lhe apontar uma das áreas em que há uma alteração profunda e importante que tem a ver com a questão dos pneus. Essa, eu referi inicialmente.

Mas a questão é bastante mais vasta. E é bastante mais vasta porquê?

Porque na Região foi criado o Regime Geral da Gestão de Resíduos, regime esse que cobre todo o espectro das operações de gestão e que deve ser completado com dois objetivos:

Por um lado, para permitir a criação de um regime jurídico coerente a nível regional, para que todas as partes e todos os tipos de regime e de resíduos funcionem dentro da mesma lógica geral (foi por isso que foi aprovado o Decreto que estabelece o regime geral); por outro lado, porque é preciso criar na Região um mercado regional de resíduos e criar algumas oportunidades económicas em matéria de resíduos.

Este diploma dá ao Governo Regional, dá à Administração Regional, um conjunto de competências e de poderes que vão permitir uma intervenção bastante mais aprofundada em matéria do mercado de resíduos.

Nestes resíduos específicos, particularmente no que diz respeito aos veículos em fim de vida (vulgarmente há as sucatas), no que diz respeito aos metais, em particular ao cobre, ao aço e ao inox, no que diz respeito aos vidros e no que diz respeito a algumas questões que têm a ver com a própria regulação do mercado, traz para a Região outras competências que a Região não tem e permite abrir oportunidades económicas que são importantes.

É um diploma que apesar de ter esse carácter regulamentar, apesar de ser a transposição de diretivas nas quais não há grande liberdade de gestão, digamos assim, é um diploma que faz a diferença do ponto de vista da coerência do mercado interno de resíduos e da coerência do edifício jurídico que foi construído em torno dos resíduos pelo regime geral.

No que diz respeito à questão da valorização energética, este diploma não é relevante em relação a esta matéria, já que estes fluxos de resíduos são fluxos de materiais que na sua essência se destinam à sua reciclagem e não à valorização energética.

No que diz respeito à valorização energética, a parte que aqui releva tem a ver com óleos usados que não podem ser usados para outros fins, porque já atingiram o limite da sua reciclagem, e podem ser utilizados na valorização energética (nesta altura já o são, é a única possibilidade que existe, portanto, óleos que têm que ser queimados), ou, no que diz respeito a plástico de viaturas, estofos e outras partes de viaturas que também não podem ser valorizados por outra via.

De resto, os materiais que estão nestes fluxos são materiais que têm um destino na reciclagem.

Não querendo fugir à sua questão direta, embora ela não tenha relevância direta para o diploma que estamos a discutir, porque nestes fluxos específicos não há grandes quantidades de materiais que possam ter esse destino, os dois projetos estão neste momento em fase avançada.

O de São Miguel está concluído em toda a sua questão técnica, toda a parte técnica está concluída. O da Terceira está numa fase muito avançada de estruturação técnica.

No que diz respeito ao de São Miguel, já está aprovada a respetiva Declaração de Impacto Ambiental. Todas as questões prévias ao lançamento do concurso estão concluídas.

Neste momento estão a decorrer as negociações para a composição do capital da empresa que vai gerir, já que a proposta inicial envolvia uma empresa nacional que, devido a razões de contenção e de gestão do Governo da República, não pôde participar no capital da empresa como estava previsto.

Neste caso, os municípios de São Miguel (a AMIS) tiveram que procurar um parceiro alternativo, processo esse que está neste momento em curso.

Resolvido esse problema é um concurso público que pode de imediato ser lançado, já que tem o seu financiamento e toda a parte técnica e ambiental devidamente resolvida.

No caso da Terceira, espera-se que dentro de muito pouco tempo cheguemos a essa mesma situação com a vantagem de que as questões de composição do capital estão já resolvidas. Há apenas a questão que tem a ver com a Declaração de Impacto Ambiental que será emitida a breve trecho.

Volto a repetir, Sr. Deputado: não é aqui nesta questão dos fluxos de resíduos que o assunto se trata, porque estes fluxos específicos são exatamente aqueles que passam ao lado dessa questão, com muitas poucas exceções, porque a maior parte deles, inclusivamente, são materiais que não podem ser valorizados energeticamente.

Estamos a falar de metais, estamos a falar de equipamentos elétricos e eletrónicos, estamos a falar de materiais.

A valorização que pode ser feita é apenas nalguns casos para alguns tipos de pneus, nalguns casos para óleos que já não podem ser reaproveitados ou algum material de isolamento, alguns estofos, alguma coisa de viaturas, mas que não tem grande relevância para aquilo que estamos aqui a discutir.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada do Partido Socialista, Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A gestão dos resíduos constitui um aspeto fundamental a nível da qualidade ambiental e confere um valor determinante para a qualidade de vida das populações. Ao longo dos últimos anos, os Açores tiveram um enorme e reconhecido desenvolvimento em matéria de gestão de resíduos. Os factos são claros e estão à vista de todos aqueles que se interessam por estas matérias.

No ano de 2000, existiam cerca de cinco aterros sanitários, pouco mais de dois ou três operadores de gestão de resíduos e nenhuma entidade gestora em funcionamento nos Açores.

Refiro-me exclusivamente ao ano 2000, porque, relativamente ao ano de 1996, pouco há dizer sobre esta matéria. A matéria de resíduos e de ambiente não era, definitivamente, uma prioridade. A sustentabilidade e a qualidade ambiental não eram uma opção dos governos do PSD da altura e pelos vistos continua a não ser, até aos dias de hoje.

Deputado Luís Garcia (PSD): É? Quem diria?

Deputado Mark Marques (PSD): Quando não sabem inventam!

A Oradora: Refiro-me a anos anteriores, porque considero importante lembrar que, em matéria de ambiente e em concreto ao nível da gestão dos resíduos, foi com os Governos do PS que se verificou um crescimento muito significativo com a aplicação de políticas e estratégias pensadas e estruturadas ao nível do controlo integrado do ambiente, conferindo uma melhor qualidade ambiental e de vida aos açorianos.

Foi necessário planear-se, promover-se a aplicação de regras e normas claras, inculcar-se a necessidade de alteração e adoção de novas condutas ou procedimentos, de modo a conseguir-se atingir os objetivos pré-estabelecidos.

Hoje, no seguimento da aprovação do PEGRA, está o Governo Regional a implementar uma rede de Centros de Processamento de Resíduos, que dotarão

os Açores das condições necessárias para uma correta gestão dos resíduos em cada uma das ilhas.

Outra questão associada à gestão dos resíduos, que gostaria de referir, é o facto dos Governos Regionais do Partido Socialista terem, ao longo dos anos, criado os mecanismos necessários que permitiram a entrada na Região de entidades gestoras de resíduos, inicialmente e com enquadramento legal no Continente Português, permitindo uma adequada e mais organizada gestão dos resíduos especiais nos Açores. Era, sem dúvida, uma necessidade, conseguida pelos Governos do Partido Socialista.

Atualmente, existem inúmeras entidades gestoras a funcionar nos Açores, que incluem na sua atividade empresas da Região, que conferem também uma mais-valia em termos económicos para os nossos industriais. Os resíduos têm um valor e há que potenciar esse facto.

Essas entidades gestoras procedem à gestão, tal como o Sr. Secretário já referiu, de fluxos especiais de resíduos, como sejam os óleos minerais usados, óleos alimentares, veículos em fim de vida, pneus, os resíduos e equipamentos eléctricos e electrónicos, pilhas, acumuladores e baterias usadas.

Atendendo à tipologia desses resíduos é necessário promover o seu tratamento de um modo diferenciado, sendo este um desiderato incluído no diploma, discutido e votado nesta casa, que aprova o Regime Geral de Gestão de Resíduos dos Açores.

Considera este Grupo Parlamentar que o diploma que está neste momento a ser debatido, sobre as normas que regulamentam os fluxos de resíduos específicos nos Açores, vem ao encontro destas necessidades, pelo que votaremos favoravelmente a proposta.

De reforçar o facto da Proposta de Decreto Legislativo Regional aqui em análise permitir que os produtores possam assumir a gestão dos seus próprios resíduos especiais, de um modo individualizado, ou então aderir a sistemas integrados, conforme considerem mais adequado e que melhor se adapte às suas necessidades e às tipologias de resíduos geridos pelas suas empresas.

Reforçar também a responsabilidade atribuída a todos os intervenientes no ciclo de vida dos produtos, já que se considera que esse sistema só funcionará, e só terá sucesso se cada um fizer a sua parte, se cada interveniente cumprir com as suas responsabilidades. Em termos gerais, trata-se de um conjunto de normas técnicas, que sistematizam procedimentos e que conferem um maior rigor à organização do setor dos resíduos.

Entrando um pouco na especialidade, se me permite, Sr. Presidente, gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou em Comissão um conjunto de propostas de alteração, que constituem o nosso contributo para a melhoria do diploma em debate.

Gostaria de realçar uma proposta de alteração relativa à gestão dos pneus usados, que vai permitir a reutilização desses resíduos para outros fins que não aqueles a que se destinam e antes de serem encaminhados para tratamento ou destino final.

Destaca-se, nesse âmbito, a permissão de utilização dos pneus usados na cobertura de silos e proteção de culturas (com benefícios em termos agrícolas) em defesas de embarcações ou nas obras de construção civil, mediante autorização emitida pela Secretaria do Ambiente.

É também uma proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para terminar, que até ao ano de 2027, sejam eliminados todos os reservatórios subterrâneos destinados ao armazenamento de óleos minerais usados, sendo que esse tipo de deposição em depósitos subterrâneos será proibida com benefícios claros ao nível da qualidade ambiental e prevenindo potenciais fogos de poluição do solo e das águas subterrâneas.

Estes são apenas dois exemplos das propostas de alteração que trouxemos a debate.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos é uma compilação com vista à adaptação de normativos aplicáveis ao sistema de gestão de resíduos de embalagens, óleos usados, pneus usados, resíduos de equipamento elétrico e eletrónico e resíduos de pilhas e acumuladores.

Em suma, estamos perante uma proposta no âmbito dos designados fluxos de resíduos especiais ou específicos.

A proposta em apreciação acautela e aponta soluções pretensamente sustentáveis de tratamento de resíduos específicos, como são exemplo a recauchutagem de pneus, a reciclagem de óleos minerais usados, a prevenção da produção de resíduos associados aos veículos, a transformação de óleos alimentares, etc.

Entendemos a sua pertinência, mas não deixamos de ter algumas dúvidas.

Estará prevista alguma regulamentação específica para a gestão de resíduos de construção e demolição, os vulgarmente designados por entulhos?

Quais são as metas para a regeneração de óleos minerais usados, tendo em conta o artigo 239º do Decreto Legislativo Regional que define o Regime Geral para a Prevenção, Produção e Gestão de Resíduos?

Quanto aos produtos importados, para além das viaturas, o diploma não faz referência, pelo menos explícita, a outros produtos.

Em que moldes, à luz deste diploma, serão esses produtos introduzidos no mercado, uma vez que poderão não obedecer às normas instituídas?

Finalmente, para além da Sociedade Ponto Verde, que contratos tem a Região com outras entidades gestoras?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do CDS/PP, Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na nossa opinião, CDS/PP, este é um diploma que não traz muito de novo. Vem regulamentar aquilo que dizia o Sr. Secretário há pouco em relação ao Decreto Legislativo Regional 29/11/A, de 16 de Novembro.

Desde logo, deixa-nos aqui algumas dúvidas. As dúvidas são, uma vez que o articulado do Decreto Legislativo Regional 29/2011 manifesta 16 tipos diferenciados de fluxos de resíduos, o porquê de só agora estarmos a regulamentar 6 desses 16 que estão no Decreto Legislativo Regional? Até porque esta é uma contradição àquela que tem sido a postura do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Mar, uma vez que neste sentido vamos estar aqui a desagregar legislação que no nosso entender não faz sentido nenhum.

A grande questão é o porquê de só estarmos a regulamentar 6 dos 16 e se o Sr. Secretário pretende, ou o Governo pretende, regulamentar os 10 que agora ficam de fora?

Depois, e porque no nosso entender tem a ver diretamente com a gestão de resíduos na Região, deixar aqui uma ou duas perguntas, se o Sr. Secretário entender nos responder:

Para quando, em concreto, a entrada em funcionamento dos Centros de Processamento de Resíduos das Ilhas das Flores e da Graciosa, visto que toda esta legislação não faz grande sentido se os Centros de Processamento de Resíduos não entrarem em funcionamento?

No caso, por exemplo, da Graciosa, já está pronto e já foi anunciado pelo próprio Governo, há muito tempo, a sua conclusão em termos de obra.

Gostaria também, já que o documento fala na gestão de resíduos e em concreto dos pneus usados, de deixar aqui a nossa opinião. É uma mais-valia a possibilidade de, quer os agricultores, quer os pescadores, poderem vir a utilizar os pneus usados, o que já o fazem, mas a legislação não o permitia mas agora passará a permitir. Isso, na nossa opinião, é francamente positivo.

Deixava aqui uma questão muito concreta, porque não sei se tem conhecimento ou não e gostava que o Sr. Secretário nos dissesse se tem.

O Município de Santa Cruz das Flores enterrou há algum tempo uma quantidade avultada de pneus na lixeira a céu aberto.

O Sr. Secretário tem conhecimento dessa situação? Se tem, já foram dadas indicações por parte do Governo para que esses pneus sejam desenterrados, sejam removidos?

Se não tem, fica aqui a denúncia pública. Seria importante e pertinente fazê-lo.

São estas as questões.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo de seguida a palavra para o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pelas questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Mário Moniz. Algumas delas acabam por entroncar naquelas que foram também colocadas pelo Sr. Deputado Luís Silveira.

Começaria por uma do Sr. Deputado Luís Silveira que enquadra as restantes: por que é que estão a ser regulamentos estes 6 e não outros quaisquer?

A razão tem a ver com o facto de uma parte dos fluxos específicos já estar regulamentada, ou já estar suficientemente regulamentada no próprio regime geral.

É o que acontece com os resíduos hospitalares, é o que acontece com os resíduos de abate nos matadouros, é o que acontece com os resíduos de construção e de demolição.

Esses fluxos cuja regulamentação já está suficientemente detalhada no diploma enquadrador, obviamente não precisam de aqui aparecer.

Por que é que foram seleccionados estes 6?

Estes 6 foram seleccionados porque são aqueles que correspondem a resíduos que têm diretivas específicas. Enquanto os outros não têm uma diretiva que especificamente os regulamenta, estes têm.

Por isso, este conjunto corresponde aos que não foram incluídos, porque tinham diretivas específicas ou porque tinham matérias que de alguma maneira aumentavam excessivamente a complexidade do diploma inicial, que, se bem se

lembram, já era complexo na sua discussão e na sua feitura. Foi um diploma com alguma complexidade.

Portanto, era demasiado complexo julgar que o ideal seria que este diploma fosse fundido com o anterior e provavelmente esse será o destino futuro porque estas coisas carecem de uma progressiva integração.

Mas a verdade é que estamos a passar de uma situação em que tínhamos algumas dezenas de diplomas a regulamentar nestas matérias, para uma situação em que temos dois diplomas.

Portanto, já há aqui uma grande simplificação. Foi por causa disso que estes ficaram fora.

Gostava de dizer ao Sr. Deputado que no entender da Secretaria (no nosso entender!) neste momento isto completa a regulamentação do sistema de resíduos.

É óbvio que nada é imutável. A experiência dirá se é preciso qualquer outra regulamentação, mas a análise que é feita, quer dos normativos atualmente em vigor, quer do enquadramento comunitário, quer também da experiência de gestão da Secretaria ao longo dos anos, estes dois diplomas são suficientes. Portanto, não é necessário fazer qualquer outro diploma, nem qualquer outra regulamentação específica.

Isto também se aplica obviamente à questão dos resíduos de construção e de demolição que estão regulados no diploma inicial.

A mesma coisa lhe posso dizer em relação às metas.

As metas foram fixadas no diploma global e obviamente aplicam-se a todos os fluxos, incluindo os fluxos específicos.

Portanto, as metas que estão estabelecidas no diploma que tem o regime geral, são aquelas que estes fluxos têm que obedecer.

Estamos apenas aqui a completar o diploma inicial, introduzindo as matérias complementares que tinham diretivas específicas.

Em relação aos contratos com as sociedades gestoras, neste momento a Região tem contratos de extensão à Região com todas as entidades gestoras existente no país. Ou seja, todas as entidades gestoras, desde os fitofármacos até aos

óleos, até às embalagens, têm o seu contrato de extensão à Região. Estão todos em vigor. Todas elas, umas com maior atividade, outras com menor atividade, estão todas presentes nos Açores.

O que é que este diploma altera em relação a esta matéria?

Até aqui não tínhamos a capacidade de fazer autonomamente esses contratos. Era apenas uma extensão de uma licença do Continente.

A partir de agora a Região pode fazer contratos autonomamente, e fará, no sentido de manter a atividade dessas sociedades gestoras.

Mas mais importante do que isso, cria-se a possibilidade dos produtores regionais ou dos importadores, quem introduz na Região quaisquer materiais, poderem eles próprios assumir-se como entidade gestora.

Abre aqui um novo campo de negócios à economia regional.

A partir da entrada em vigor deste diploma, as entidades que na Região são produtoras, por exemplo, de lacticínios, de vinhos, cervejas, refrigerantes ou outras que produzam em embalagens (há um conjunto de entidades que têm alguma relevância), poderão assumir a gestão das suas próprias embalagens e ficarão também com uma mais-valia e com mais uma área da sua atividade, ou as entidades importadoras (por exemplo, os hipermercados ou outras entidades que trazem mercadorias para a Região) podem, a nível regional, constituir-se em entidades gestoras.

Há aqui também a possibilidade, sem prejuízo daquelas que já existem e que tem a sua extensão à Região, de surgirem outras e, por esta via também, se gerar novas oportunidades de negócios e novas oportunidades de emprego.

Passando às questões que especificamente foram colocadas pelo Sr. Deputado Luís Silveira, já lhe respondi à questão por que é que são estas 6.

Quanto à entrada em funcionamento dos Centros de Resíduos, o da Graciosa, em princípio, entrará em funcionamento nos primeiros dias do mês de abril. Já se encontra atribuída a sua gestão a uma empresa.

Estão a decorrer os prazos legais, porque houve reclamações das outras empresas, e esse assunto teve que ser resolvido nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Para o das Flores também já deram entrada as propostas. Estão em análise e espera-se que nas próximas semanas seja comunicada a adjudicação.

Obviamente que se houver, como aconteceu na Graciosa, algum contencioso em torno disso, pois demorará mais cerca de dois meses. Se não houver, a adjudicação será direta e imediata.

Quanto à questão dos pneus, em Santa Cruz das Flores, já me falaram no assunto. Eu não sei exatamente a localização.

Aquilo que está estabelecido é que, uma vez que entra em vigor...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já lhe disseram aqui onde é que eles estavam!

O Orador: Não sei onde é que estão os pneus, já me disseram que estavam na lixeira ou noutra sítio qualquer.

A resposta é: independentemente do sítio onde eles se encontram, há uma fase que entrará em vigor imediatamente a seguir à entrada em funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos das Flores que será a limpeza e a selagem das lixeiras existentes.

Nessa limpeza e selagem das lixeiras existentes, que é a fase seguinte à entrada em funcionamento, pois, se for caso disso, e se tecnicamente se for adequado, também haverá a resolução desse problema.

Para a Graciosa, para as Flores e para o Corvo, para estas três ilhas que são reserva da biosfera, ainda este ano se iniciará a limpeza das lixeiras existentes, todas elas independentemente de onde estiverem.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao diploma que estamos a discutir, não vou repetir algumas das questões que já aqui foram colocadas.

Gostaria, no entanto, de perceber melhor porquê esta imposição aos municípios da instalação de pontos de recolha seletiva de óleos alimentares usados e

também a forma como se estabeleceu o critério relativamente aos limiares que tem em consideração o número de habitantes.

Eu julgo que numa Região como a nossa dever-se-ia também atender à questão da concentração ou dispersão dos núcleos urbanos e não apenas ser uma coisa traçada de forma administrativa pelo número de habitantes, até porque a orografia dos nossos núcleos urbanos é variável.

Gostaria que o Sr. Secretário, se pudesse, dissesse alguma coisa sobre isto. Eu muito lhe agradecia.

Depois, perguntar-lhe também se relativamente ao Corvo não vai haver recolha de óleos alimentares ou qual é o limiar, se é um ou se é dois, uma vez que, tanto quanto percebi... É menos um habitante. Desculpe, Sr. Secretário. Já verifiquei que não aparece no progressivo, mas será um posto de recolha no Corvo.

Depois há uma outra questão que me suscita aqui algumas dúvidas. Tem a ver com o seguinte, com as contraordenações, designadamente pelo não cumprimento do nº 2 do artigo 64º e que estão previstas no artigo 61º, salvo erro.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): O Sr. Deputado quer fazer o favor de explicitar melhor o artigo! É que se puder explicitar o que está nesse artigo seria mais fácil!

O Orador: Isto para dizer o seguinte:

Transfere-se aqui mais uma obrigação para os municípios. Não se lhes dá nenhuma contrapartida e ainda por cima vão aplicar-lhes contraordenações.

Portanto, para além de outras questões que já aqui foram levantadas, gostaria de aduzir estas aqui e ouvir o Sr. Secretário sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou de imediato a palavra para o Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Paulo Ribeiro.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro** (*PSD*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco quando questionei sobre o estado do processo da construção dos Centros de Valorização Energética previstos para a Terceira e para São Miguel, tinha a ver com o Centro de Processamento de Resíduos das Flores.

Tinha a ver com este Centro de Processamento de Resíduos porque recentemente, no dia 7 de março, o Sr. Secretário esteve em visita às obras ou às instalações do Centro de Processamento de Resíduos das Flores e disse: “...prevendo-se para breve [isto de acordo com nota do GaCS] o início de testes depois da última montagem de equipamentos elétricos”.

Por acaso, no dia 12 de julho do ano passado, o Sr. Secretário, também em visita ao Centro de Processamento de Resíduos das Flores, disse que ele estava já em fase de testes.

Em julho, estava em fase de testes e ia abrir dentro de pouco tempo e agora, em março, vão ter início os testes.

Mas a questão da valorização energética prende-se com o seguinte:

Na notícia desse dia, do Telejornal da RTP/Açores, é dito que os resíduos serão processados nesse centro e depois serão encaminhados para a Terceira e para São Miguel para serem valorizados energeticamente.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Não é “e”! É “ou”!

O Orador: “Terceira ou São Miguel para serem valorizados energeticamente”.

Acontece que neste momento não existem Centros de Valorização Energética nem na Terceira, nem em São Miguel, nem em mais nenhuma das ilhas da Região.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Está no Programa Eleitoral!

O Orador: Até lá, e prevendo-se uma construção de uma infraestrutura destas levando dois anos para ser concluída, estes resíduos continuarão a ser depositados em aterro. Certo?

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Não, não!

O Orador: Então a informação que foi dada recentemente, Sr. Secretário, não estava correta, porque iam ser valorizados energeticamente na Terceira ou em São Miguel. Não existem Centros de Valorização...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Podem ser exportados para fora da região. Há sempre essa possibilidade!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro, vamos esperar. Depois o Sr. Secretário irá responder.

O Orador: Sim, Sr. Presidente.

Em relação à minha primeira questão, que tinha a ver com o que é que ia mudar na Região depois da entrada em vigor deste diploma, algumas coisas, como o Sr. Secretário bem disse, vão ser alteradas e certamente dentro de alguns minutos sairá a nota do GaCS a dizer que a partir de agora vamos ter um regime na Região para tratar esses fluxos de resíduos.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Se depender de mim virá!

O Orador: Não vai dizer que muitos já estavam a ser tratados e que estão a ser feitos pequenos ajustes, até porque em relação aos veículos em fim de vida existe regulamentação nacional, como existe para todos os outros, regulamentação de 2003.

As populações, algumas das pessoas do Pico e do Faial, por exemplo, estão a receber notificações da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, através da Inspeção Regional do Ambiente, para encaminharem os veículos em fim de vida para operadores licenciados para operações de gestão de veículos em fim de vida (Pico e Faial!).

Neste momento não existe qualquer operador no Pico e no Faial.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): No Faial há um!

O Orador: Não está na listagem publicada na página da Secretaria Regional. Obrigado.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): De vez enquanto também falhamos!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não acredito!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Ainda hoje será corrigido!

Deputado João Costa (PSD): Convém! É a única forma de termos informação, porque os senhores dizem para irmos lá ver!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, Sr. Prof. Álamo Meneses.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pelas questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires. Os óleos usados têm duas origens. Uma, tem origem em restaurantes e em instalações de natureza comercial ou industrial. Esses não são responsabilidade dos municípios, porque são grandes quantidades, mas a maior parte dos óleos usados tem origem doméstica. É aos municípios que cabe a recolha dos resíduos de origem doméstica.

Daí que, ao contrário do que acontece com outros fluxos específicos cuja origem essencialmente é não doméstica (embora também nas nossas casas possam existir pilhas ou outras coisas, o grande volume é não doméstico e está totalmente na responsabilidade de entidades terceiras, embora uma parte importante dos nossos municípios também opere os seus pilhões, fazem recolha e muito bem), neste caso é uma responsabilidade que cai para quem lida com resíduos que são predominantemente de origem doméstica. Daí esta diferenciação e atribuição de responsabilidades aos municípios nesta área específica que não acontece nas outras áreas em que eles atuam apenas supletivamente.

Acresce ainda que, dado que os produtores dos óleos domésticos somos todos nós – e portanto não estamos organizados como empresa –, não pode existir entidade gestora, porque a entidade gestora é uma associação dos produtores para gerir. Portanto, para nós, nós enquanto cidadãos, quem exerce essas funções é o município nos lixos que produzimos nas nossas casas.

Naturalmente, sendo um mercado que não está organizado (não é uma questão empresarial), não pode haver uma entidade gestora, logo o município ocupa esse espaço. Daí a razão dessa diferenciação.

Quanto à determinação do número, ela foi feita apenas com natureza indicativa, porque naturalmente se os municípios quiserem (e querem com certeza, alguns deles até já o fizeram) vão ter que ter mais. Aquilo estabelece apenas o mínimo. É muito difícil (até porque a geografia das nossas ilhas não é toda igual) estar a dizer que é X para este município e X para ali, feito por capitação, porque a capitação de alguma maneira dá uma indicação do tamanho do município, ou pelo menos da sua demografia.

Obviamente, os municípios na gestão do seu território adequarão os postos de recolha à realidade territorial que têm e aos hábitos das próprias pessoas, porque nesta questão dos óleos usados há grandes diferenciações em relação aos hábitos alimentares e os hábitos dos óleos que variam de município e de terra para terra.

Naturalmente, as câmaras, que conhecem melhor do que ninguém os seus munícipes, hão de escolher a melhor solução.

Não me parece que seja boa ideia estar aqui a Assembleia a determinar, à partida, quantos são para cada câmara.

Deixemos isso à sua liberdade e à sua discricção.

Quanto à questão das contraordenações, as que aparecem e que podem abranger as câmaras são apenas naquelas áreas em que a câmara não é a própria entidade gestora, ou seja, se a câmara abandonar sucatas ou outras coisas, aí está a atuar como qualquer cidadão.

Eu creio que é isso que quer dizer, porque não há nenhuma contraordenação que esteja especificamente apontada à autarquia. Está genericamente para todos. Portanto, não estou a ver. A não ser nos óleos usados que têm a obrigação de os retirar.

Fora disso, a autarquia está a ser tratada como qualquer outro operador.

Em relação às questões que foram levantadas pelo Deputado Paulo Ribeiro, gostava de lhe dizer que o Centro de Resíduos das Flores, os testes ao equipamento eletromecânico já foram feitos. Havia acertos elétricos que estavam a ser feitos. Estão agora a ser resolvidos.

Ainda não tive resposta desde a última vez que lá fui, mas daquilo que lá vi diria que já está pronta a operar.

Foi por isso que lhe disse há pouco que estava neste momento na fase final de adjudicação da sua operação para que ele entre em funcionamento.

O encaminhamento da parte dos resíduos que não possam ser reciclados ou que não possam ser tratados localmente, que é uma percentagem relativamente pequena (cerca de 1/3 dos resíduos), será feito para São Miguel ou Terceira, quando estiver em funcionamento as respetivas estações.

Até lá já foi estabelecida a contratualização com uma unidade de valorização energética fora dos Açores que receberá esses resíduos.

Portanto, quer os resíduos do Corvo, quer da Graciosa, quer das Flores, quer das outras ilhas, porque neste momento também já estão a decorrer os concursos para adjudicação da exploração de São Jorge, de Santa Maria e do Pico, esses resíduos, enquanto não houver capacidade localmente de os tratar, serão exportados e serão valorizados. Serão queimados fora dos Açores e transformados em energia fora dos Açores.

Creio que respondi às suas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Ribeiro, do PSD.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para voltar a pedir ao Sr. Secretário que esclarecesse a questão dos veículos em fim de vida, do Pico e do Faial.

Presidente: Muito obrigado.

Dou de imediato a palavra para o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Há seguramente um lapso na página, porque há na freguesia dos Cedros, desta ilha, uma empresa que está licenciada para fazer isso. Se não aparece na listagem, vamos corrigir.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Desde quando?

O Orador: Desde algum tempo. É uma empresa que já está em operação, seguramente, há alguns anos.

No que diz respeito ao Pico e a outras ilhas em que não há instalações licenciadas, há uma instalação móvel, operada por uma empresa que tem a sua sede em São Miguel, que vai dando a volta às ilhas e quando existe um número razoável de viaturas sinalizadas atua.

Entretanto, há empresários nessas ilhas que recebem esses veículos e que os retêm nos seus armazéns até que a unidade móvel chegue. Essa unidade móvel tem circulado pelos Açores inteiros. De vez enquanto aparece nas diversas ilhas.

Portanto, não vale a pena estar a dizer qual é a empresa, porque todos a conhecem.

É assim que se faz.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com o ofício que aqui tenho, a falha não é só da página da Secretaria Regional. É também dos serviços da Inspeção Regional do Ambiente que, no ofício enviado, na Ilha do Faial, diz a dada altura (este ofício é deste ano): “... informar V. Exa. de que, aquando da conclusão da instalação destinada à receção e armazenagem temporária de veículos em fim de vida, já prevista para a Ilha do Faial, conforme o disposto no nº 2, anexado ao despacho... estes resíduos deverão ser impreterivelmente encaminhados para este centro de receção.”

Isto significa que afinal existe centro de receção para veículos em fim de vida.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Só posso aconselhá-lo a passar pelos Cedros!

Deputado Paulo Ribeiro (*PSD*): São documentos oficiais, Sr. Secretário!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Vou tentar esclarecer esse assunto, porque conheço pessoalmente o sítio!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira** (*CDS/PP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, em relação à questão dos pneus enterrados na lixeira a céu aberto, em Santa Cruz, da Ilha das Flores, relembro-lhe que, em abril de 2008 (ainda na anterior legislatura), esse assunto foi aqui levantado pelo CDS, pela voz do Sr. Deputado Artur Lima, em que denunciou nesta Casa publicamente essa intervenção do município de Santa Cruz das Flores que tinha enterrado algumas largas dezenas, para não dizer centenas, de pneus, na lixeira a céu aberto.

Já no início da atual legislatura, foi enviado um requerimento ao Sr. Secretário (ao Governo Regional) pelo Deputado Paulo Rosa que questiona concretamente o Governo em relação a esta matéria.

O Governo, por sua vez, responde que tenciona “até ao fim desta legislatura resolver esta situação”, bem como tenciona concluir o processo, na decorrente legislatura, de encerramento da lixeira.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Foi o que eu disse!

O Orador: Acabou de nos dizer que vai entrar em abril o Centro de Processamento de Resíduos daquela ilha.

A questão é se o Governo tem em atenção essa matéria. Já se passaram 4 anos. Os pneus certamente continuam lá enterrados.

O Governo tenciona, ou não, no âmbito desta selagem da lixeira a céu aberto, tirar esses pneus que estão enterrados em Santa Cruz das Flores?

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Há 4 anos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Luís Silveira.

Sr. Secretário tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para lhe dizer que infelizmente, ou felizmente, os pneus podem estar 4 ou 10 anos, porque não se vão estragar nem lhes vai acontecer nada...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): O problema é esse!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Ainda vão ser aproveitados! Recauchutados!

O Orador: Quanto à localização, o Sr. Deputado fala na lixeira municipal. Ao que parece não será na lixeira municipal, será noutra sítio qualquer, pelo menos pelo que me disseram.

A questão dos pneus não é apenas essa. Existem na Ilha das Flores dezenas de sítios onde há resíduos que terão que ser retirados.

O processo de limpeza de resíduos, que se seguirá à entrada em funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos, terá em conta a remoção de todos aqueles resíduos que tecnicamente seja possível ou para os quais haja uma mais-valia.

Alguns resíduos obviamente não podem ser removidos porque estão em sítios em que tal não é possível.

Portanto, a limitação é de natureza técnica.

Aqueles que tecnicamente for possível, sejam eles pneus ou outro material qualquer, serão removidos.

Quanto aos pneus, se o Sr. Deputado depois quiser fazer o favor de me dizer exatamente onde estão, tomarei boa nota disso no sentido de ir ver.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): É de se abrir o chão!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Dou a palavra de imediato ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Ambiente, esta que o senhor acabou de dizer, é má, é de se abrir o chão desta casa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para se encontrar os pneus!

O Orador: Sou eu que vou dizer ao Secretário Regional dos Ambiente onde é que a Câmara Municipal de Santa Cruz, do Partido Socialista, enterrou os pneus na Ilha das Flores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não sabe que os fiscais do ambiente servem para isso?

O Orador: Sr. Secretário, há 4 anos, em abril de 2008, eu denunciei nesta Casa essa situação, enterrar e esconder pneus. Lembro-lhe o que disse aqui: era a política, em oposição aos três “R” (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), dos três “E” (Escavar, Enterrar e Esconder).

O senhor tem o desplante de vir aqui dizer que em 4 anos não o preocupou onde estavam enterrados os pneus? Não o preocupou resolver este passivo ambiental, Sr. Secretário?

É isso que o senhor vem dizer aqui com essa bonomia?

Não lhe admito uma coisa dessas, Sr. Secretário.

O senhor já devia ter resolvido por obrigação esse problema dos pneus enterrados na Ilha das Flores, Sr. Secretário Regional do Ambiente.

O senhor já fazia parte do anterior governo, noutra área, mas era do Governo Regional dos Açores.

O senhor assume os passivos e os ativos do Governo. Assume o bom e o mau, porque a anterior Secretária Regional do Ambiente, também está aí sentada, Sr. Secretário.

Isto é uma atitude negligência absoluta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a dividir por dois!

O Orador: ... para com o ambiente e para com a ilha, que faz parte da biosfera, Sr. Secretário.

O senhor acabou aqui de menosprezar as Flores, os florentinos e o ambiente dos Açores, mas os senhores não se cansam de promover na SATA, e em todo o sítio, a Ilha da Biosfera, Sr. Secretário.

Portanto, é inadmissível que 4 anos depois o senhor me venha dizer que ainda não sabe onde estão enterrados os pneus e me venha perguntar onde é que estão enterrados.

Estão numa qualquer lixeira das Flores, Sr. Secretário!

Procure, porque eles estão lá!

Depois, o cúmulo de desplante é dizer que eles não se estragam.

Eles não se estragam, Sr. Secretário. Estragam é o ambiente!

Era isso que o senhor devia dizer.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Artur Lima, vamos falar seriamente nesta questão.

Obviamente, Sr. Deputado, esta questão é importante, mas não tem a importância que o Sr. Deputado lhe está a dar, com certeza. Temos com certeza na Ilha das Flores e em todas as nossas ilhas problemas muito mais sérios que uns quaisquer pneus que estão enterrados aqui e ali, pneus esses que são inertes. Não estão a fazer nenhum bem, mas também não é por aí que vai haver um problema grave para o ambiente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Não se degradam!

O Orador: Esses problemas existem, mas são dos problemas que não estão na categoria dos mais importantes.

Estou muito mais preocupado, Sr. Deputado, com duas lixeiras a céu aberto nas Flores, em que estão materiais altamente reativos que estão a ser transportados pelas águas. São um problema muito sério para a Ilha das Flores e para a nossa Região.

Estou muito mais preocupado com problemas muito mais graves que estão espalhados um pouco por todo o nosso território, do que com uns quaisquer pneus que lá estão enterrados.

Isso é importante, com certeza. Faz parte das preocupações da secretaria.

Será com certeza limpo quando se fizer a selagem das lixeiras, mas não é essa a questão essencial do ambiente.

A questão essencial do ambiente, e é essa que estamos a tentar resolver, é encontrar uma solução adequada para a gestão dos resíduos na Ilha das Flores.

A grande preocupação são materiais como pilhas, como acumuladores, como óleos, como materiais orgânicos de toda a natureza que num dos casos, numa das lixeiras que fica no coração da própria ilha, estão a ser colocados lá e estão a ser transportados pelas águas subterrâneas.

Esses são problemas bem mais sérios do que pneus.

Felizmente os pneus não são materiais de preocupação.

Por isso mesmo é que na proposta de decreto que está aqui a ser discutida hoje, Sr. Deputado, está a ser permitido que sejam reutilizados os pneus para defensas, para agricultura, para diversos outros fins, exatamente porque não é um material reativo, não é um material que liberte poluentes para a água, não é um material que cause problemas para o futuro.

Sr. Deputado, esse problema é importante, mas vamos colocar as coisas nos seus lugares.

Também lhe quero dizer que lá chegaremos, mas temos outras prioridades bem mais importantes na própria Ilha das Flores e fora dela, ilhas essas pelas quais temos uma grande preocupação.

De facto, o que lá se passa é algo que não deveria acontecer no Séc. XX, muito menos no Séc. XXI.

Continuamos, infelizmente na Ilha das Flores, com duas autarquias que utilizam não dois aterros, mesmo que sejam de má qualidade, mas sim, duas lixeiras do mais abjeto e do pior que pode existir. É esta a realidade e a verdade das coisas. É isto que temos que dizer.

É preocupante o que lá se passa, não por causa desses pneus, mas por muitas outras razões.

Esteja descansado que chegaremos aos pneus.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Com seriedade tratei eu, e o Grupo Parlamentar do CDS, desde o início, esse problema dos pneus.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Não disse que não! Reconheço-lhe isso!

O Orador: O senhor quando vem dizer “vamos tratar com seriedade”, deve estar a referir-se a si próprio. Naturalmente não se está a referir a este Grupo Parlamentar.

Sr. Secretário, vou dizer-lhe uma coisa:

Relativamente às lixeiras a céu aberto que o senhor classificou aqui de abjetas, em 2009, aquando de uma visita do presidente do partido, a nível nacional, às Flores, os senhores ficaram muito desagradados por termos denunciado estas lixeiras e ter aparecido na televisão essa questão, pondo em causa a ilha da biosfera.

Fizeram-nos os mais vis ataques da parte do Governo. O senhor sabe quem é que os fez na altura...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Eu próprio fui à lixeira com a comunicação social!

O Orador: ... dizendo que antes tivéssemos ido visitar o Centro de Interpretação Ambiental das Flores, Sr. Secretário. Foi isso que foi dito.

Infelizmente, fomos visitar a lixeira. Infelizmente, se formos lá hoje, continuamos a visitar a lixeira, Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Seriedade é como nós tratamos as coisas, Sr. Secretário.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E nós, governo!

O Orador: Bem-vindo, Sr. Presidente do Governo. Muito boa tarde!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Muito obrigado!

O Orador: Relativamente aos pneus, Sr. Secretário, e à discussão que aqui tivemos nessa altura, a 17 de abril de 2008, foi dito pelo Governo o seguinte (vou citar):

“Só para informar o Sr. Deputado Artur Lima de que o Governo tem adjudicado um concurso público internacional que já está, de facto, a limpar o passivo ambiental dos pneus da Região Autónoma dos Açores...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): É verdade!

O Orador: Trata-se de mais de 6 mil toneladas.”

Quatro anos depois!

Se tinha um concurso adjudicado, se retiraram em São Miguel, se retiraram na Terceira,...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): E das Flores!

O Orador: ... “estamos agora no Pico e também iremos às Flores”, então o senhor não sabe onde é que estão os pneus, Sr. Secretário?

Já acabou o concurso.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Já acabou!

O Orador: Já acabou a empreitada e os pneus continuam nas Flores.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Não sei!

O Orador: Portanto, quem está a tratar com seriedade, Sr. Secretário, tire lá a sua conclusão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra de imediato ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Artur Lima, a informação que foi dada pelo Governo nessa altura, foi uma informação verídica. De facto, foi feita essa empreitada e foram retirados todos os pneus que foram encontrados...

Deputado João Costa (*PSD*): Na beira da estrada!

O Orador: ... em todas as ilhas, incluindo as Flores e o Corvo, de Santa Maria ao Corvo.

Todos os pneus que estavam em qualquer sítio, que foi possível encontrá-los, foram retirados.

Pneus que eventualmente estejam enterrados em lixeiras, não faziam parte dessa empreitada obviamente.

Tratava-se de retirar todos os pneus que estavam devidamente identificados.

Isso foi feito e saíram dos Açores alguns milhões de pneus.

Esse concurso produziu o seu resultado. Esse concurso foi um êxito.

Retirou dos Açores uma carga imensa de pneus que existiam e eliminou um problema que era recorrente, que era os incêndios em poços de pneus que infelizmente aconteceram nos anos anteriores a esse concurso, por diversas vezes.

Quanto à questão dos pneus enterrados, com toda a seriedade que também lhe reconheço – não estou a dizer que o Sr. Deputado fez uma intervenção menos séria, longe de mim tal coisa – se eles ainda estiverem enterrados e se for possível desenterrá-los, se eles estiverem na lixeira quando for feita a selagem, eles serão encaminhados como todos os outros pneus. É essa a questão que lhe quero responder.

Também lhe quero dizer que todos os pneus que estavam localizáveis em todas as nossas ilhas foram exportados na sequência do concurso que a Sra. Secretária do Ambiente de então lhe anunciou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Dou a palavra à Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputado Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria, nesta fase, congratular todos os partidos da oposição por terem colocado todas estas questões específicas, de determinadas ilhas, ao nível da gestão de resíduos.

Isso quer dizer que a política de ambiente e de gestão de resíduos que o Governo Regional dos Açores tem estado a implementar ao longo dos anos está

a surtir efeitos, foi bem estruturada, bem planeada e já nos permite responder a questões tão concretas como aquelas que foram apresentadas aqui.

Gostaria também de esclarecer, e terei muito gosto em mandar o *link* para o Sr. Deputado Paulo Ribeiro da lista dos operadores de gestão de resíduos que está na internet, que a empresa (vou ter que referir) Almeida & Filhos, com sede nos Cedros, aqui, na Ilha do Faial, tem o alvará nº 7/DRA/2009, válido até 2014, o que irá permitir gerir os veículos em fim de vida na Ilha do Faial.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, vamos esclarecer este assunto bem esclarecido.

Na continuação do debate, a então Secretária do Ambiente dizia:

“Relativamente a esse fenómeno de que o senhor fala e que, de facto, nós lamentamos, a câmara já foi oficializada porque, aliás, o contrato que temos com a empresa que vai limpar o passivo ambiental é para a Região e as Flores não são excluídas dessa situação.”

Ora bem, se já acabou a empreitada e não foram limpos os pneus, as Flores foram excluídas. Isso é lógico, Sr. Deputado.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Retiraram todos os pneus!

O Orador: Nós conhecemos o “Mistério da arca perdida e dos tesouros escondidos”.

Vimos a descobrir aqui hoje que nos Açores existe o mistério dos pneus escondidos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Ribeiro do PSD.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Bárbara Chaves, penso que não é a mim que a senhora tem que enviar o *link*.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada vai ter que enviar o *link* é à Inspeção Regional do Ambiente que diz, num ofício enviado a um cidadão, a um açoriano da Ilha do Faial, que assim que for concluída a instalação destinada à receção e à armazenagem temporária de veículos em fim de vida, que o deverá fazer.

Quem tem essa informação não sou eu, é a Inspeção Regional do Ambiente.

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas ainda não ouvi a resposta para o que se passa, por exemplo, na Ilha do Pico.

O Pico também andou a receber estas cartas e lá não existe qualquer operador licenciado.

A conclusão que chegamos aqui é que não existe qualquer operador licenciado.

Deputados Lizuarte Machado e Isabel Rodrigues (PS): O Sr. Secretário já respondeu!

O Orador: Então os senhores têm que começar a criar...

Deputado Hernâni Jorge (PS): O senhor é que tem de começar a ouvir!

O Orador: De vez em quando, a Secretaria Regional do Ambiente, em vez de andar o dia todo a compilar legislação, deverá começar a reunir as suas chefias e a fazer circular informação...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para que saibam o que é que existe na Região.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque também através da Inspeção Regional, diz-se que não existe e que vai ficar à espera de ser instalado um.

Conclui-se, por isso, que a desorganização e a desorientação é enorme. Dentro da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, não se entendem!

Enviem-se ofícios, enviam-se notificações às pessoas obrigando-as a fazer aquilo que elas não podem.

Depois dizem, como disse a Sra. Deputada Bárbara Chaves, que a política de ambiente está a surtir efeitos.

Está! Desta forma, a dizer que existem diplomas, que existem regulamentos, existe legislação.

Uma pessoa recebe um ofício em casa, com contraordenação...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Essa pessoa não será o próprio detentor do resíduo?

O Orador: ... com tudo, e depois... Mas o que é que faço a isto? Atiro ao mar? Também não posso fazê-lo!

Vai ficar com ele em casa, porque (voltamos aos pneus) os pneus enterram-se. O veículo fica no quintal ou dentro da garagem. Aí não há problema, porque ninguém está a vê-lo, mas queremos é tratar do ambiente e dos resíduos produzidos nesta região.

Não é só com uma adaptação à região, dizendo que a partir de agora vamos poder tratar estes resíduos que a política de ambiente melhora significativamente na Região. É preciso aplicar, não é só com diplomas nem com cartas. É preciso política efetiva, local, medidas implementadas diariamente junto dos resíduos de forma a eliminá-los e de forma a melhorarmos significativamente o ambiente da Região.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra de imediato ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente.

Sr. Deputado Paulo Ribeiro, vou com certeza ver que ofício é esse que o senhor aí tem, mas a informação que eu tenho é que esse ofício é dirigido a alguém que está a tentar licenciar-se para fazer isso. O que lhe estão a fazer é a permitir que

ele tenha esses resíduos em sua posse até que esteja licenciado e não obrigado a entregar a outro.

Se é isso, Sr. Deputado, é uma tristeza que o senhor tenha trazido para aqui esse assunto.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Não é o que está aqui escrito!

O Orador: Não é um cidadão normal. É um cidadão que tem um depósito de sucata e que está a tentar licenciar-se. Estão a dizer-lhe: sim, senhor. O senhor em vez de ser obrigado a entregar de imediato a alguém que é concorrente dele, pode mantê-lo até que se licencie.

Mas vou investigar em profundidade o assunto, porque se é isso, Sr. Deputado, é uma coisa francamente... Enfim, é extraordinário que o Sr. Deputado traga para aqui isso.

Mas prometo que verei isso e dar-lhe-ei notícias com toda a clareza.

Sr. Deputado, porque alguém recebeu um ofício a dizer que tem que tratar dos resíduos e que pode esperar até que se resolva um problema que eventualmente essa própria pessoa tem, tentar dizer que isso mostra que não há coordenação é lamentável.

Mas passemos à frente.

Vou investigar o assunto e tentar perceber.

Quanto à questão dos pneus, entretanto recebi informação de que foram encontradas 9 toneladas que nessa altura saíram em contentores das Flores.

Não sei se estavam esses que o Sr. Deputado fala,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Investigue!

O Orador: ... mas se não estavam, vamos realmente e com toda a seriedade encontra-los.

Se eles estiverem em sítio que seja recuperável, faremos sair.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Afinal sempre existiam!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. A mesa não tem mais inscrições para a discussão.

Vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de DLR nº 37/2011, que “aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos”, façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo regimental até às 18 horas.

Passamos depois à votação na especialidade.

Até já.

Eram 17 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, mais uma vez boa tarde.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a votação na especialidade da Proposta de DLR nº 37/2011, que “aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos”.

Está aberto o debate na especialidade.

Sra. Deputada Isabel Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas, Sr. Presidente, para dizer que, considerando que todas as propostas de alteração da CAPAT são subscritas pelo PS, e uma vez que o PS apresentou o requerimento da respetiva subscrição, e há outras propostas feitas entrar pelo

Partido Socialista (materialmente são todas subscritas por nós), nada temos a opor que elas sejam votadas em bloco.

Presidente: Ponho à consideração dos Grupos e das Representações Parlamentares.

Não está presente o Sr. Deputado Aníbal Pires. Vamos ter de esperar para saber ...

Sra. Deputada Zuraida...

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso sentido de voto não é o mesmo em todas as propostas de alteração. Portanto, a votação na globalidade, subverte completamente aquilo que queremos.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos dar início à votação na especialidade, artigo a artigo.

Está aberto o debate para a proposta de alteração ao proémio do nº 1 e para as alíneas b) e c) do nº 2.

Não havendo inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 1º na globalidade, com esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está aberto o debate para proposta de alteração para alínea a) do nº4, do artigo 2º.

Não havendo inscrições, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 27 com votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 2º na globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 3º não tem alterações. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberto o debate para proposta de alteração para os nºs 1 e 2, do artigo 4º.

Não havendo inscrições, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 4º, com esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e abstenções do BE.

Presidente: Vamos passar para o artigo 5º, com a proposta de alteração para os nºs 1 e 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 5º na globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 6º não tem propostas de alteração. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 7º e 8º não têm propostas de alteração. Se a câmara concordar podemos votar em conjunto.

Não havendo objeções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o nº 1 do artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 9º na globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 10º para o qual não há propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 11º há uma proposta de alteração da CAPAT para o nº 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 11º na globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para o artigo 12º para o qual não há propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para uma proposta de alteração para as alíneas b) e g) do artigo 13º, provenientes da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 13º já com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 14º há uma proposta de alteração para o nº 5, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 14º já com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 15º há uma proposta de alteração para a alínea f) do nº6, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 15º na globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 16º há uma proposta de alteração para o nº 1 e para o proémio do nº 3, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 16º já com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para proposta de alteração da epígrafe do nº 1 e para o proémio do nº 2 e 3, do artigo 17º, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 17º já com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 18º, 19º e 20º não têm propostas de alteração. Se a câmara não se opuser, votaremos em conjunto.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 21º há uma proposta de alteração para os nºs 5, 6, 7 e 8, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 21º já com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 22º há uma proposta de alteração para o nº 1, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 22º já com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 23º há uma proposta de alteração, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 23º na globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 24º há uma proposta de alteração para o nº 1, de eliminação para a alínea c) e de alteração para alínea e) e para o nº 2, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 24º na globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos passar para o artigo 25º, com uma proposta de aditamento do nº4, proveniente do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 25º, na globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 votos contra do BE.

Presidente: O artigo 26º tem uma proposta de alteração para o nº 3, que passa a contemplar as alíneas a), b), c), d) e e), para o nº 4 e de aditamento do nº 5, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 26º na sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: O artigo 27º não tem nenhuma proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 28º tem uma proposta de alteração para a alínea e) e introduz nova redação e renumera a anterior e) para f) e de aditamento da alínea g), proveniente do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 28º na sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos passar para a proposta de alteração do artigo 29º, proposta para o prómio do nº 2, para o nº 3 e de aditamento de um nº 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 29º na sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos passar para a proposta de alteração do artigo 30º, de aditamento da alínea c), para o nº 1, de alteração para o nº 2, que passa a contemplar as alíneas a), b) e c) e de eliminação do nº 3, provenientes do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 30º da sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 31º não tem propostas de alteração. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 32º tem uma proposta de eliminação para a alínea e), da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 32º na sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 33º tem uma proposta de alteração para o nº 1, elimina as respetivas alíneas, para o nº 2 que passa a contemplar as alíneas a), b), c), d), e) e de aditamento do nº 3, do nº 4, provenientes do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O artigo 33º na sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 34º e 35º não têm propostas de alteração. Se não houver oposição da câmara, vamos votar em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 36º há uma proposta de alteração para o nº 2, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O artigo 36º na sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 37º há uma proposta de alteração para o nºs 1 e 9, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O artigo 37º na sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 38º há uma proposta de alteração para o nº 1, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 38º na sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 39º há uma proposta de alteração para o nºs 1 e 3, proveniente da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 39º na sua globalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, era apenas para dizer que a partir de agora todas as propostas vindas da CAPAT e assumidas pelo Partido

Socialista vamos votá-las favoravelmente, pelo que talvez seja escusado estar a votar artigo a artigo.

Presidente: Se a câmara não se opuser votaremos todas as alterações aos artigos:

40º, proveniente da CAPAT;

41º, nº 2 e nºs 4 e 5 proveniente da CAPAT;

Proposta de aditamento do artigo 42ª-A, alíneas a) e b);

43º, proposta de alteração para o nº 1;

44º, proposta de alteração para o nº 1 e eliminação do nº 2;

45º, proposta de alteração para o nºs 1, 2 e 3;

46º, 47º e 48º, não têm propostas de alteração;

49º, proposta de alteração para os nºs 1 e 2;

50º, proposta de alteração para a alínea b), do nº 4;

51º, não tem propostas de alteração;

52º, proposta de alteração para a alínea c);

53º, não tem propostas de alteração;

54º, proposta de alteração para o nº 1 e nº 2 da alínea a), alterada para a subalínea v), no nº 2 a alínea b) é alterada para a sua alínea b) e editada na sua alínea vi);

55º, proposta de alteração para o nº 3, proveniente da CAPAT;

56º, proposta de alteração para a epígrafe e para o nº 4;

57º, não tem propostas de alteração;

58º, proposta de alteração para a epígrafe do nº 1;

59º e 60º não têm propostas de alteração;

61º, proposta de alteração para os nºs 1, 2 e 3, que altera o prómio e alínea e) e introduz nova redação para a alíneas g), j) e p), renumerando, sequencialmente, o texto das anteriores alíneas e alterando o texto da alínea h) m) e n) que correspondiam às anteriores g), k) e l), e nº 2 altera o prómio e introduz a nova redação para a alínea g), renumerando, sequencialmente, o texto nas suas alíneas e adita alínea l), no nº 3 altera o prómio;

62º, 63º e 64º, não têm propostas de alteração;

65º, tem uma proposta de alteração para o nº 3;

66º, não tem propostas de alteração;

67º, tem uma proposta de aditamento do nº 6 e 7;

68º, tem uma proposta de alteração, tudo proveniente da CAPAT;

69º, não tem propostas de alteração.

Vamos votar estas propostas de alteração e de seguida votamos os anexos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar todos os artigos na globalidade, desde o artigo 40º ao 69º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Se não houver oposição da câmara vamos votar o:

Anexo I, proposta de substituição integral, apresentada pela CAPAT;

Proposta de alteração para a alínea b) do Anexo III, do ponto 2 e do ponto 1;

Anexo V, proposta de eliminação para o ponto 4;

Anexo VI, proposta de substituição integral, todas estas propostas provenientes da CAPAT;

Anexo VII, proposta de substituição integral proveniente do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas de alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar os Anexos I, III, V, VI e VII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os anexos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos para a votação final global da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/2011 – “Aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos para o ponto seguinte da Agenda.

Deu entrada um requerimento do Partido Social Democrata, a pedir a baixa à Comissão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “Estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para justificar o requerimento de baixa à Comissão.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma matéria muito importante. De facto, é tão importante porquanto preenche grande parte dos discursos políticos da atualidade que tem a ver com a exploração dos nossos recursos naturais e em especial do mar.

O mar é cada vez mais importante para o mundo inteiro, logo, terá de ser necessariamente muito importante para nós, nos Açores, que somos mais mar do que terra.

Há muito tempo que isto vai sendo dito, por uns mais do que por outros, mas o que é certo é que cada vez mais, para além daquilo que é dito, tem de ser aquilo que é feito efetivamente para valorizar o mar, a nossa natureza, aquilo que nos identifica, sobretudo num tempo em que a escassez dos recursos os torna ainda mais valiosos e necessária a sua regulação e regulamentação.

Considerando, por um lado, esta importância e, por outro lado, também a importância de tudo isto para o nosso futuro (e quando digo para o nosso futuro é para o futuro da própria humanidade e os Açores nisto têm um papel fundamental), num tempo em que passamos imensas dificuldades, é essencial valorizarmos aquilo que temos de positivo e aquilo com que podemos contribuir para os outros, para a evolução positiva, para o desenvolvimento e para o crescimento.

Por tudo isto constatamos que estamos perante uma matéria muito delicada, uma matéria que exige a maior consensualização possível, uma matéria em que, necessariamente, a sociedade deve estar envolvida de uma forma positiva.

O PSD entende assim que sobre esta matéria deve haver um envolvimento positivo e convicto da sociedade num debate desta importância.

Muitos, infelizmente nos Açores, estão preocupados com problemas que dizem respeito individualmente a cada cidadão: o desemprego, a falta de recursos, questões da educação, saúde, mas são questões que, individual e infelizmente, preocupam muito os açorianos.

Estamos aqui perante uma matéria que objetivamente e por natureza envolve todos e deverá envolver todos.

É neste envolvimento global que o Parlamento tem o papel de acrescida responsabilidade, ao proporcionar que esse envolvimento seja efetivo.

Perante tudo isto que em termos sucintos referi (estou apenas a apresentar o requerimento) entendemos que esta matéria deverá ser abordada e isenta de qualquer polémica ou dúvida, exatamente na mesma medida em que deve merecer o envolvimento consensual e alargado da sociedade.

Por sinal, hoje, deu entrada nesta Assembleia uma petição em que um conjunto alargado de cidadãos suscita que se faça este debate.

É um dever do Parlamento, que o PSD assume conscientemente, de que este envolvimento se faça em respeito por essa petição.

A Assembleia não pode fugir de um debate com esta importância, nem sequer pode dar a ideia que foge desse debate.

Nesta medida, o PSD suscita que este diploma baixe, nos termos regimentais, à respetiva comissão parlamentar competente no sentido de com isto cumprimos com a nossa obrigação, mas também com isso cumprimos com o envolvimento de toda a sociedade numa matéria que envolve por natureza e objetivamente todos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto não tem debate, Sr. Presidente!

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dar nota da posição do Partido Socialista relativamente a este requerimento, começando por dizer que a condução e a evolução de um processo legislativo deve seguir o seu percurso normal dentro desta Assembleia e não é o simples facto de entrar uma petição, um requerimento ou uma manifestação de posição qualquer, que só por si pode ou deve condicionar a evolução do processo legislativo.

Não obsta isto, porém, a que sejam apreciadas eventualmente situações concretas que se ponham, por exemplo, neste caso, na petição.

Desde logo, convém realçar que o PSD fundamenta o seu requerimento no facto de que a petição versa sobre o mesmo objeto da Proposta de Decreto Regional que temos aqui em apreciação.

Não temos essa opinião. Aliás, estamos perante objetos bastante distintos.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que está em apreciação, trata do regime jurídico da prospeção e exploração de recursos geológicos no território na Região Autónoma dos Açores.

A petição, que ainda não está disponível no site da Assembleia, que foi um cabo de trabalhos para a descobrir, visa recomendar ao Governo Regional que, aquando das assinaturas dos contratos, tenha em conta as questões da segurança ambiental que estão acauteladas no regime jurídico, proceda à negociação de

contrapartidas justas para a Região e isso far-se-á ao nível do caderno de encargos e em conformidade com o Código dos contratos públicos.

Não nos podemos esquecer que estamos perante um contrato administrativo de concessão de exploração que coloca a parte pública numa posição favorecida ou de favorecimento relativamente ao particular, aliás como resulta e consta de um parecer da Procuradoria-Geral da República, acerca do Decreto-Lei 90/90, e é isto que a petição recomenda à Assembleia e ao Governo Regional.

Não toca, nem incide sobre o objeto concreto desta Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa única e exclusivamente a fixação do regime público...

Presidente: Sr. Deputado Hernâni, peço desculpa de o interromper. Estive a consultar o Regimento e fui aconselhado por alguns Deputados que conhecem o Regimento que este pedido não tem debate.

Deputado Mark Marques (PSD): Ele também sabia isso. Aproveitou a ocasião! Ele também conhece bem o Regimento!

Presidente: Agradecia que concluísse. Agradecia que fosse rápido.

O Orador: Peço desculpa de ter, inconscientemente, violado o Regimento.

Interrompo desde já a minha intervenção.

Presidente: Muito obrigado.

Como dei a palavra ao Sr. Deputado Hernâni e ele não quis concluir, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque foi o único inscrito e sentia-me mal se não lhe desse a palavra.

Queria chamar a atenção de que isto não tem debate.

Agradecia que fizesse um esforço para que, nesta gralha da condução e da orientação dos trabalhos, seja o mais rápido possível.

Deputado Duarte Freitas (PSD):Muito bem!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com a interpretação regimental que o Sr. Presidente acaba de descrever, obviamente respeitamos essa interpretação e abstermo-nos de realizar uma intervenção sobre esta matéria.

Presidente: Fico agradecido pela sua compreensão. Peço desculpa por este lapso, provocado pela inexperiência. Mesmo com a leitura de 7 vezes do requerimento de ontem para hoje, falhou.

Passamos de imediato à votação deste requerimento de baixa à Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 3/2012.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não pode!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Porquê?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se há uma votação, há uma declaração de voto. Em que artigo diz isso?

Deputado Berto Messias (PS): Artigo 87º, nº 2!

Presidente: Peço desculpa, Srs. Deputados. Vamos fazer um intervalo.

Dentro de minutos estou aqui para dar seguimento aos trabalhos.

Eram 18 horas e 47 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, não há nada como consultar o nosso Regimento.

Eram 18 horas e 48 minutos.

Chamava a atenção dos Srs. Deputados para o artigo 87º, sobre requerimentos.

Vou ler:

“1 - São considerados requerimentos os pedidos, escritos ou orais, dirigidos à Mesa respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao funcionamento da reunião.

2 - Admitidos os requerimentos, nos termos da alínea d) do artigo 22.º, são imediatamente votados, pela ordem da sua apresentação, sem discussão, nem declarações de voto orais.”

Repito, e vou sublinhar: “...pela ordem da sua apresentação, sem discussão, nem declarações de voto orais.”

Por isso, peço desculpa por não dar a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

Esta informação foi útil, lendo o Regimento.

Vamos dar prosseguimento aos nossos trabalhos com a discussão, na generalidade, da Proposta de Decreto Legislativo Regional. Agradecia algum silêncio, porque houve uma perturbação regimental e conseguimos resolver em menos de 5 minutos. Peço imensa desculpa. Tive que consultar para não errar e não haver problemas.

Para apresentar a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 3/2012, que “Estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores”.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar. Faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O diploma cuja discussão agora iniciamos visa adaptar à estrutura da Administração Regional Autónoma o regime geral de revelação e aproveitamento de recursos minerais.

Trata-se de uma área em que existe uma reserva relativa à da Assembleia da República. O Governo da República legislou sobre essa matéria, mas no diploma em causa, o artigo 51º diz que o diploma se aplica sem prejuízo das competências dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas.

É nesse contexto que se propõe a adaptação desse regime à Região visando dois objetivos: por um lado, a compatibilização do regime geral com a estrutura autonómica, ou seja, uma adaptação de natureza orgânica, e, por outro lado, esclarecendo alguns procedimentos de natureza administrativa que necessariamente têm que ser diferentes na Região, dada essa diferença em termos de estruturação da nossa administração.

No caso concreto, o que se pretende é permitir que o Governo Regional possa, seguindo o regime geral dos contratos públicos, proceder a eventuais concessões de prospeção, exploração de minerais, quer no território da Região (território terrestre), quer no mar que nos rodeia, seguindo, no caso do mar, aquilo que está estabelecido quanto à gestão partilhada dos recursos marinhos para fora do mar territorial.

É um diploma que surge na sequência da criação do Parque Marinho dos Açores. Segue genericamente a mesma lógica.

É um diploma que se torna necessário e urgente, dadas as manifestações de interesse que entretanto foram surgindo sobre a exploração de recursos minerais nos fundos oceânicos em torno do arquipélago e que carecem de um adequado enquadramento para que a Região Autónoma e para que os órgãos de Governo próprio possam fazer esse licenciamento.

Obviamente que este diploma é de âmbito muito restrito. Faz apenas a adaptação orgânica e estrutura os procedimentos administrativos necessários.

A discussão e a aprovação deste diploma em nada colidem com o que consta da petição que foi aqui anunciada, já que, perante qualquer pedido que venha a ser oficializado ao abrigo desse regime, aí haverá, com certeza, lugar à discussão dessas matérias, inclusive, porque a própria legislação regional em vigor, sobre o regime de impacto ambiental, obriga, necessariamente, que toda e qualquer concessão que seja feita nas nossas águas seja objeto de impacto ambiental.

Ao ser objeto de impacto ambiental implica, imediatamente, uma discussão pública nos termos e nos prazos que estão fixados naquele regime. Ou seja, os objetivos da petição já estão contidos na proposta e na legislação que está em vigor.

A verdade é que pouco mais, ou mais nada, pode a Região fazer do que aquilo que agora se propõe, dada a natureza da matéria e o seu enquadramento estatutário e constitucional.

A Região não tem liberdade de dispor sobre esses bens de forma diferente daquilo que está feito a nível nacional, apenas se limitando à regulação daquilo que diz respeito à própria região do ponto de vista da estruturação dos seus órgãos próprios e dos procedimentos administrativos que necessariamente têm que ser adequados a essa mesma estruturação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições para a discussão na generalidade.

Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional trata um assunto extremamente importante para a nossa Região, o aproveitamento dos recursos geológicos do território gerido pela Região Autónoma dos Açores.

Este assunto reveste-se ainda de particular importância quando falamos de recursos marinhos.

Esta é uma área muito sensível e sobre a qual teremos que usar cuidados acrescidos quando tomarmos qualquer decisão que poderá, em alguns casos, resultar em prejuízos económicos e ambientais irreversíveis.

Chamamos especial atenção para a proposta. Ela não obriga a avaliação de impacto ambiental sempre que esteja em causa a exploração de recursos geológicos nos nossos mares.

Não está assim assegurado o princípio de precaução indispensável nesta matéria.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Está!

O Orador: É aconselhável que se proceda à recolha científica de dados sobre as consequências futuras da exploração dos recursos geológicos dos nossos mares, pelo que será fundamental a avaliação desse impacto ambiental.

É imprescindível garantir que os açorianos, através das suas instituições, como a nossa Universidade, tenham acesso ao conhecimento das expetáveis implicações económicas e ambientais da eventual exploração dos nossos recursos geológicos.

Ora, nem a consulta de relatórios inerentes à pesquisa e exploração está assegurada, uma vez que os privados serão, na prática, protegidos pelo segredo industrial e comercial e termos assim áreas de forma discricionária que poderão ser alvo de decisões que ponham em perigo os interesses dos Açores e o ecossistema sobre a nossa jurisdição.

O Bloco de Esquerda reconhece a urgência deste diploma, mas receia pela sua eficácia na defesa do ecossistema e na defesa dos nossos interesses.

Alertamos para que as tomadas de decisão, ao abrigo deste diploma, tenham uma regida e exaustiva ponderação prévia.

A importância das dúvidas que apontámos, sem deixar de reconhecer a urgência desta legislação, obriga-nos à abstenção.

Muito obrigado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Mário Moniz.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, na primeira oportunidade, depois de ter sido rejeitado o requerimento de baixa à Comissão deste diploma...

Deputado Berto Messias (PS): Regimento, Regimento!

O Orador: ... não pode deixar de lamentar que o Partido Socialista tenha abusado da maioria parlamentar para apressar o debate.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Apressar o debate?

Deputado Berto Messias (PS): Apressar o quê?

O Orador: Como vimos, todos os outros partidos queriam que baixasse à Comissão.

O Partido Socialista ficou mais uma vez...

Deputado Berto Messias (PS): Deixe-se desses números, Sr. Deputado!

O Orador: ... isolado no sentido de ir contra uma petição da sociedade...

Deputado Berto Messias (PS): Não é contra petição nenhuma!

O Orador: ... que pretendia que houvesse esse debate.

De facto, e ao contrário daquilo que foi aqui referido, a própria petição faz referência expressa e inequívoca ao diploma que estamos agora a debater, à iniciativa do Governo Regional.

O PSD, por isso, lamenta que o Partido Socialista, sozinho, na força abusiva da sua maioria, tenha tentado, e conseguido, impor que este diploma não baixasse à Comissão.

Obviamente que tudo isto cria uma situação de dúvida, de falta de respeito por aqueles peticionários que tentaram que a sua voz fosse ouvida e participassem de uma forma ampla neste debate. Assim condiciona também este debate.

Termino dizendo apenas que o PSD lamenta convictamente que um assunto com esta importância, um assunto que é decisivo para o nosso futuro e para a nossa afirmação, que tem a ver com algo de positivo que os Açores podem dar ao mundo, seja manchado pela forma como o PS exerce a maioria em desrespeito por aqueles que legitimamente utilizam...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, e o objeto?

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Isto é mais uma declaração de voto!

O Orador: ... o mecanismo da petição.

Lamenta que isto manche um assunto com esta importância.

Lamenta que este debate seja marcado, mais uma vez, pela forma como o PS pretende apenas estar sozinho consigo, com a sua maioria, contra os outros partidos e contra os açorianos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para um protesto.
Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para um protesto, Sr. Presidente, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Recordo que a urgência foi votada no derradeiro plenário desta Assembleia e baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares para emissão de parecer no prazo de 10 dias.

A CAPAT reuniu no dia 24 de fevereiro, tendo como ponto único da agenda a apreciação desta iniciativa, cumprindo os 10 dias de apreciação que este plenário tinha determinado.

Nessa reunião, do dia 24 de fevereiro, foram suscitadas algumas questões designadamente pelo Grupo Parlamentar do PSD e pelo Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu falei nisso!

O Orador: Eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares (e não deixo de ser Deputado da maioria do Partido Socialista), voltei a agendar essa iniciativa para a reunião da CAPAT, do dia 12 de março de 2012, para que as questões suscitadas pelo PSD fossem devidamente apreciadas...

Deputado Berto Messias (PSD): Muito bem!

O Orador: ... já depois de ultrapassado o prazo de 10 dias, conferido pelo plenário.

Na reunião do passado dia 12 de março, nenhuma questão, nenhuma proposta de alteração foi apresentada pelo PSD.

O Partido Socialista não desrespeitou em circunstância alguma, nem usou a maioria para impor um debate, apressado e urgente, sobre esta matéria.

Quem não trouxe questões no dia 12 de março sobre esta matéria, depois de um segundo agendamento, foi o PSD e não o Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não utilizo os 3 minutos, porque não é necessário.

Apenas para mais uma vez lamentar que o PS deturpe tudo. Dão a volta às coisas.

O PSD fundamentou o seu requerimento de baixa à comissão, não no processo parlamentar normal de discussão em comissão, como é bem claro pelo requerimento e claríssimo ficou pela minha intervenção, mas apenas e só com base numa petição que envolve a sociedade civil e que deu entrada hoje (apenas com base numa petição que deu entrada hoje!).

É por isso um facto novo, superveniente, que entendemos (PSD!) que legitimamente fundamenta a necessidade deste assunto ser melhor debatido, porque é a própria sociedade que quer participar neste debate que é de todos e terá necessariamente que ser de todos. É este o nosso entendimento.

Infelizmente, o PS entende que está sozinho. É sempre dono da verdade, é sempre dono da verdade, é sempre dono de tudo e pelos vistos também quer ser dono dos mares dos Açores contra a vontade e contra a opinião dos outros.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por refutar inteiramente aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Mário Moniz.

Lembro ao Sr. Deputado que o Anexo II, do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 16 de Novembro, estabelece explicitamente que toda e qualquer prospeção ou exploração mineira ou de outra qualquer natureza no mar dos Açores deve, necessária e obrigatoriamente, ser objeto de impacto ambiental.

Também lembro ao Sr. Deputado que a redação do artigo 5º, da proposta, não deixa qualquer dúvida. Diz claramente no seu nº 1: “sem prejuízo do cumprimento das normas de avaliação do impacto ambiental e de licenciamento”. Ou seja, quer o diploma de impacto ambiental, que diz e sujeita especificamente toda e qualquer intervenção em meio marinho, desta natureza, a impacto ambiental, quer este próprio diploma, no nº 1 do seu artigo 5º, são absolutamente claros e impositivos.

Toda e qualquer intervenção é objeto de impacto ambiental.

Ao ser objeto de impacto ambiental imediatamente coloca a público todos os processos, todas as questões que o Sr. Deputado aqui trouxe.

Se alguém quiser fazer prospeção mineira do mar dos Açores tem de sujeitar essa intenção ao escrutínio público através da participação pública no impacto ambiental. Como o Sr. Deputado sabe, tem prazos rígidos e claros, tem procedimentos e, inclusivamente, tem uma obrigação que é disponibilizar toda a documentação numa página específica da internet e depositá-la nas bibliotecas e arquivos regionais da região.

Essa é uma obrigação que é imposta pelo regime de impacto ambiental e que se aplica a toda e qualquer iniciativa neste âmbito.

Essa realidade está expressa no diploma, por isso carece totalmente de fundamento aquilo que o Sr. Deputado disse.

Passando às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, que já foram aqui respondidas, mas há uma que gostaria de aqui frisar.

Os peticionários e todos aqueles que se interessarem por esta questão terão, no âmbito da discussão, que necessariamente procederá, de impacto ambiental e de licenciamento, toda a oportunidade de participar, já que o processo terá que ser público e terá que ser sujeito obrigatoriamente à publicidade e ao escrutínio público.

Portanto, eu não consigo escrutinar onde é que haverá aqui qualquer intensão de passar estes processos ao lado da necessária publicidade que eles devem ter.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra à Sra. Deputada do Partido Socialista Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Embora já tenha sido aqui abordada, eu não posso deixar de iniciar esta minha intervenção sem me referir à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Para lhe dizer que esta não é a primeira, nem será a última, petição que dá entrada nesta Assembleia.

Como sempre, o PS acolhe todas as petições. Dispõe de todos os seus recursos para as analisar e tirará desta, como tem tirado de outras, as ilações que se revelarem necessárias.

Quer isto dizer que não é pelo facto de termos rejeitado o vosso requerimento, para que este diploma descesse à Comissão, que deixaremos de dar a esta petição a atenção que ela merece e que os peticionários deixarão de ter a consideração que merecem ao fazerem uso, e bem, de um instrumento de participação tão importante.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Não deixa também de ser interessante que só com a entrada desta petição o PSD tenha achado que esta matéria...

Deputado João Costa (PSD): Não foi só o PSD!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só o PS é que não achou!

A Oradora: ... necessitava desse debate amplo e alargado que o senhor invocou.

Deputado João Costa (PSD): Foi toda a oposição!

A Oradora: Foram os senhores que fizeram o requerimento.

Deputado Mark Marques (PSD): Os outros votaram inconscientemente!

Deputado Costa Pereira (PSD): Os senhores são os únicos que vão com o passo certo!

A Oradora: Esse debate não se deixará de fazer em sede de apreciação da petição.

Da nossa parte ela terá toda a atenção.

Referir-me-ia agora às questões suscitadas pelo Sr. Deputado Mário Moniz, acrescentando aqui apenas dois aspetos à intervenção feita pelo Sr. Secretário Regional.

Quando se fala em matéria de acesso à informação em questões de ambiente, poucas regiões estarão tão bem dotadas dos necessários instrumentos como é o caso dos Açores.

Nesta matéria concreta, o público tem acesso garantido à informação por via do diploma que regulamenta a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento ambiental.

Permita-me que lhe lembre que é em sede desse diploma que se determina que projetos e ações estão ou não sujeitos a esse licenciamento.

No âmbito desse processo, como já lhe foi lembrado, a informação é tornada disponível. Têm acesso à informação no âmbito das normas gerais que constam do diploma que aprovou o CRADS e ainda no âmbito desta própria proposta, porque se o Sr. Deputado analisar o artigo 5º verá que se prevê aqui, com toda a transparência, o acesso do público à informação relevante.

Portanto, esta questão não poderia estar melhor contemplada.

Relativamente à iniciativa, quero concordar com o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Estamos, de facto, perante uma matéria da máxima importância e com impactos, que esperamos, muito positivos para o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Permite-me chamar a atenção desta câmara para duas questões importantíssimas a que esta iniciativa presta atenção:

Por um lado, ao acautelar as questões ligadas à proteção do ambiente, à recuperação paisagística e à monotorização.

Por outro lado, ao acautelar os interesses da Região quanto aos benefícios que podem advir destas atividades de prospeção e de exploração.

O Partido Socialista considera que esta é uma iniciativa necessária. Reconhece os argumentos utilizados pelo Governo quando invocou a sua urgência e por isso vamos dar o nosso apoio.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.

Deputado José San-Bento (PS): Em nome da plataforma, Sr. Deputado?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, é mesmo em nome do PPM.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O Manuel Moniz é que escreveu aquela intervenção!

Deputado Francisco César (PS): Foi o Manuel Moniz quem escreveu isso?

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Considero que esta questão é muito relevante. É uma questão decisiva para o desenvolvimento dos Açores e para o futuro do desenvolvimento económico da nossa Região.

Há muitos anos que venho defendendo estas posições e venho investigando estes assuntos.

Tenho consciência plena de que é aqui que reside boa parte do nosso potencial económico e bem-estar futuro das populações açorianas.

Não tenho nenhuma dúvida que estamos a falar de um património imenso.

Como sabem, estamos a poucos anos de ver reconhecida internacionalmente a nossa jurisdição sobre o território marítimo e de enorme dimensão. Não é a massa de água, mas apenas o leito marítimo (leito do mar).

Nesse sentido, estamos a falar de uma área que poderá alcançar os 4 milhões de quilómetros quadrados, o que é mais ou menos metade do território do Brasil.

Estamos a falar, de facto, de um potencial de enorme dimensão.

Aliás, a própria iniciativa do Governo Regional reconhece isso mesmo na exposição de motivos. Eu considero que vale a pena ler.

Por outro lado, considerando o elevado potencial económico do investimento da exploração económica dos fundos oceânicos, permite antever investimentos estruturantes ou de valor estratégico para a economia açoriana.

O próprio Governo, na exposição de motivos, reconhece o elevado potencial económico.

Estamos a falar de verbas muito significativas e, quando se fala de verbas muito significativas, fala-se também de interesses económicos, de interesses muitíssimo fortes.

Para enfrentar estes interesses, para defender os interesses da cidadania açoriana, é necessário que no âmbito deste debate exista uma ampla informação sobre este assunto e um amplo debate público.

É por isso que eu sou também um dos subscritores da petição que já aqui foi referenciada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! O senhor é que é o responsável!

O Orador: Sou apenas um dos subscritores.

Considero que todas as questões legislativas e todas as questões que do ponto de vista estratégico estão relacionadas com a futura exploração do mar dos Açores, nomeadamente a futura exploração em termos da crosta terrestre, são muito relevantes e é uma exigência, do ponto de vista da cidadania, uma ampla participação democrática.

Só através de uma ampla participação democrática, uma ampla participação de todos, é que podemos assegurar que mãos poderosas, mãos com fortíssimos interesses neste tipo de investigações, neste tipo de explorações, não terão a vida fácil nos Açores.

Para isso é fundamental que exista um amplo debate sobre esta questão, uma ampla participação.

Foi isso que o Partido Socialista não permitiu, tendo em conta a forma como recusou uma discussão mais alargada deste assunto em sede de comissão.

Portanto, estamos com um debate muito circunscrito, um debate de urgência numa questão absolutamente fulcral.

Isto é uma questão que terá um impacto fortíssimo no futuro e é uma discussão que todos tínhamos a ganhar com uma participação muito mais alargada da cidadania.

Ainda mais: temos a obrigação de criar as condições para que este debate alargado seja realizado a partir do momento que até existe uma petição pública, um grande conjunto de açorianos que estão preocupados com esta questão e estão interessados em participar.

Tantas vezes, nesta casa, já tem sido referenciado o facto de muitas vezes estarmos um pouco isolados no debate público e a cidadania estar, às vezes, distanciada no debate de questões fulcrais.

No momento em que eles querem participar, no momento em que nos pedem mais informação, é a própria Assembleia, através da maioria do Partido Socialista, que recusa esta ampla discussão, uma discussão feita com mais tempo e com maior informação.

É por isso que consideramos que não é esta a forma nem o tempo de discutir questões tão relevantes.

De facto, minoriza a nossa informação, minoriza a cidadania, minoriza a defesa dos interesses dos Açores nesta matéria.

Nesta primeira intervenção fico-me por aqui. Na intervenção seguinte irei focar algumas questões de carácter mais específico.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra, sem demoras, ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, relativamente à Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 3/2012, considera que esta proposta é, digamos, algo insipiente do ponto de vista da salvaguarda ambiental, das obrigações dos concessionários e até dos benefícios para a Região.

Ainda assim, e face à importância que representa para a Região, isto é, para que a Região assuma, desde já, direitos e competências próprias sobre os nossos recursos geológicos, porque penso que é disso que se trata no momento, é que a Região assuma desde já essas competências, a Representação Parlamentar do PCP, apesar dos considerandos que entretanto fiz na parte inicial da intervenção, vai votar favoravelmente esta iniciativa do Governo Regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, nós analisámos quer o artigo 2º, na sua alínea c), quer o artigo 5º.

A nossa preocupação tem a ver com a especificidade da matéria.

Quando se fala em consulta pública, parte significativa poderá estar inibida dessa consulta, como previsto no clausulado, tratando-se, nalgum caso, de segredo comercial ou industrial. Isso pode dar azo a muita coisa.

O que nos move, Sr. Secretário, é a precaução num assunto desta importância.

O regime existente não cobre todos os casos de uma forma explícita. É um regime que não garante expressamente esta situação devido à complexidade que ela enforma.

É um regime que se aplica sobretudo a recursos terrestres e só em alguns casos a recursos marinhos.

Pode considerar-se que está implícito, mas este assunto obriga, em nosso entender, a um regime específico. É essa a nossa principal preocupação, ou seja, acautelar a precaução do que possa vir a acontecer nas entrelinhas dos segredos comerciais e industriais.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do PSD, Paulo Ribeiro.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo uso daqueles que são os sistemas de informação disponibilizados pela Secretaria Regional do Ambiente e pelo Governo Regional, em geral, todos temos acesso a alguns esclarecimentos efetuados pela Secretaria Regional.

Um desses esclarecimentos, datado de 6 de Dezembro, refere o seguinte:

“O Governo dos Açores confirma os contatos que têm sido estabelecidos entre as autoridades regionais e várias empresas interessadas na exploração de recursos minerais em torno das fontes hidrotermais do mar dos Açores, tendo sido, ao longo dos últimos anos, mantidos diversos contatos entre os seus representantes e diversos departamentos do Governo Regional.”

Mais adiante, diz o mesmo esclarecimento:

“O Governo dos Açores está a analisar as várias propostas, entre as quais se inclui a da já citada empresa Nautilus. Contudo, este processo não está concluído...”

O diploma de acesso a este tipo de recursos está a ser analisado hoje, março de 2012. Pese embora a aprovação ou reprovação do diploma, os contatos já começaram e, pelos vistos, já começaram há alguns anos.

Sr. Secretário, que contatos têm sido esses?

O que é que vai ser explorado no mar dos Açores?

Que contrapartidas estão previstas para a Região?

Sinceramente, Sr. Secretário, existe já alguma espécie de pré-acordo para a exploração destes recursos?

Deputados Duarte Freitas e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não me quero repetir, mas, Sr. Deputado Mário Moniz, eu percebo a abordagem cautelar que o Bloco de Esquerda tem nesta matéria. É respeitável e com certeza que será toda uma matéria complexa.

Quero voltar a afirmar que, independentemente das partes que possam ser segredos comerciais e industriais que estão devidamente estabelecidas na sua definição pela Convenção de Aarhus, que está transposta para a Região pelo diploma que cria e Regula o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, inclusivamente obriga que, sem revelar o conteúdo, se revele sobre que matérias versa e se existe ou não documentos que não estão disponibilizados publicamente.

Essa é uma matéria que está acautelada especificamente sobre esse tipo de documentos que tem a ver com patentes e com o próprio funcionamento das empresas.

Há um conjunto de limitações que está estabelecido por uma Convenção Internacional que está em vigor nos Açores, que será seguido, e é obrigatório seguir, nos estudos de impacto ambiental.

Reafirmo que todo e qualquer pedido que seja feito para o mar dos Açores é necessariamente objeto de estudo de impacto ambiental.

Se houver algum documento não seja revelado, é obrigatório listar que esse documento existe e dizer sobre que matéria esse (ou esses) documento versa.

Portanto, não ficará nada escondido. As pessoas saberão que há uma patente que não está a ser mostrada, por essas razões e saberão sobre que matéria ela versa.

Passando às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

Esse esclarecimento surgiu na sequência de uma notícia que tem a sua origem em declarações do Sr. Ministro da Economia que ao visitar uma determinada Região do país, creio que o Alentejo, anunciou que iam existir diversas explorações mineiras, uma no Alentejo e, entre outras, uma nos Açores, o que obrigou a esclarecer, porque começaram a chover perguntas sobre o que se passava.

Os contatos iniciaram-se cerca de 2006. Desde 2006 que há manifestações de interesse e inclusivamente levaram a que o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos do Mar viesse à Horta, ele e o Sr. Director Geral da Energia e Geologia, e eu já fui a Lisboa por causa disso.

Houve um conjunto de reuniões feito aqui na Horta sobre essa matéria.

O que se passa, Sr. Deputado, é que se não legislarmos sobre esta matéria, quem vai autorizar é a Administração Central.

Sr. Deputado, precisamos, conforme muito bem disse o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, ocupar este espaço e é necessário ter aqui (faço minhas as palavras do Sr. Deputado Mário Moniz) uma posição verdadeiramente cautelosa.

Se licenciarmos com as nossas regras, com o nosso estudo de impacto ambiental, sabemos como é.

Lembro o que diz o Estatuto e a Constituição: na ausência de legislação regional aplica-se legislação nacional.

Portanto, não há aqui nenhum vazio legal.

O Decreto-Lei 90/90 está em pleno vigor nos Açores, o que quer dizer que, não havendo legislação emanada por esta câmara, o licenciamento será feito de acordo com o Decreto-Lei 90/90. Ponto final.

Essa é a situação da qual partimos, daí a urgência e daí termos suscitado esta questão.

Gostava de dizer ao Sr. Deputado, em esclarecimento, que de facto existiram contatos, existiram reuniões. Não houve nenhum comprometimento da parte da Região sobre esta matéria, com esta ou com qualquer outra empresa, sendo que o objetivo da empresa que o Sr. Deputado citou é a exploração de sulfetos polimetálicos com o objetivo de, a partir deles, essencialmente recolher cobre e outros metais, porque esses sulfetos são polimetálicos, têm vários metais, sendo o cobre dominante, e o objetivo é o cobre, mas como subproduto tem outros metais.

Estamos a falar de tecnologia que ainda está na sua infância, que está apenas a ser testada num sítio, na Papua-Nova Guiné.

Portanto, não estamos a falar de algo que se possa fazer de imediato. Estamos a falar de algo que tem um elevado potencial, mas estamos numa posição muito preliminar. Esta matéria deve ser abordada com grande cautela, porque não são conhecidos todos os aspetos técnicos, não são conhecidos todos os aspetos ambientais, nem sequer os aspetos económicos.

Os contatos têm sido mantidos apenas de forma exploratória tendo a Região decidido não assumir qualquer compromisso, com qualquer dos interessados, sem que esta matéria ficasse devidamente esclarecida.

A forma de o esclarecer é aprovar legislação que, com transparência, com clareza e perante todos os açorianos, permita tratar essas questões.

É urgente que assim seja, sob pena de sermos ultrapassados num processo, porque é um processo de gestão partilhada sobre o qual temos que ter uma postura de gestão partilhada e, felizmente, temo-la tido.

Temos tido da parte do Secretário de Estado, que tem a tutela dos Assuntos do Mar, uma extraordinária colaboração e que permitiu chegarmos a este ponto exatamente numa situação de gestão partilhada, de uma gestão de compromisso e de contato entre as partes, que tem permitido conduzir com transparência e respeitando os interesses da Região, toda esta matéria, mas isso tem acontecido porque tem sido possível manter esse acordo e essa colaboração que têm sido excelentes nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar por determinada a sessão de hoje.

Amanhã vamos recomeçar os trabalhos às 10 horas da manhã.

Boa noite e bom jantar.

Eram 19 horas e 27 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso **Ventura**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Mark Silveira **Marques**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Documentos Entrados

Listagem da correspondência

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Aprova a Lei-Quadro das Fundações e altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966 – n.º 42/XII – n.º 192/IX

Autor: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 22

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 13;

Assunto: Aprova o regime jurídico de reorganização administrativa territorial autárquica – n.º 44/XII – n.º 194/IX

Autor: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 24

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 15;

Assunto: Aprova as alterações ao Código do IVA, ao Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo e ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira – N.º 48/XII - n.º 196/IX

Autor: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 03 – 09

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 29.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Aprova o Regime Jurídico das Organizações da Sociedade Civil para a Igualdade de Género - n.º 195/IX - n.º 190/XII

Autor: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 03 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 27.

3 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Aprova as alterações ao Código do IVA, ao Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo e ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, no

âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira - PCM (MF) - (Reg. PL 117/2012) – n.º 193/IX

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 03 – 05

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 14;

Assunto: Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional - PCM (MAI) - (Reg. PL 93/2012). N.º 199/IX;

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 03 – 16

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 26.

4 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Institui a Comissão Ministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários - MF - (Reg. DL 102/2012).- n.º 192/IX

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 03 – 05

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03– 14;

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas - MAMAOT - (Reg. DL 90/2012). – n.º 194/IX

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 03 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 25;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público - PCM - (Reg. DL 133/2012 – n.º 195/IX

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 03 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 22;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, que estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas, e ainda complementa o disposto na Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - MAMAOT - (Reg. DL 137/2012). – n.º 196/IX

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 03 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 22;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 59/2003, de 1 de abril, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/22/CE, do Conselho, de 29 de março, relativa à detenção de fauna selvagem em parques zoológicos - MAMAOT - Reg. DL 128/2012 - n.º 198/IX

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 03 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 26.

5 – Audição no âmbito das Iniciativas:

Assunto: Apreciação e Pronúncia sobre a Participação de Portugal no processo de construção da União Europeia - Desenvolver uma estratégia marítima para a Região Atlântica - COM (2011) 782 – n.º 191/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 22

Comissão: Política Geral/Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 23.

6 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A, de 8 de março, que estabelece o regime jurídico de inertes na faixa costeira e no mar territorial - n.º 4/2012](#)

Autor: [Governo](#)

Data de Entrada: 2012 – 02 – 23

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 23;

Assunto: [Regime Jurídico da Ação Social Escolar n.º 5/2012](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012 – 02 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 23;

Assunto: [Regula a utilização de organismos geneticamente modificados e dos produtos deles derivados](#) - n.º 6/2012

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012 – 02 – 23

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 23;

Assunto: [Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro \(Aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012\) – n.º 7/2012](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012 – 03 – 19

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

7 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Alteração ao anexo \(Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – FUNDOPESCA\) do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio - n.º 3/2012](#)

Autor: BE

Data de Entrada: 2012 – 02 – 2

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 06;

8 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instalações Particulares de Solidariedade Social e Misericórdia da Região Autónoma dos Açores n. 11/2012](#)

Autor: BE

Data de Entrada: 2012 – 02 – 28

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a revisão do Acordo de Cooperação e](#)

Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América - n.º 12/2012

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012 – 03 – 06

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: Salvaguarda dos interesses dos Açores em qualquer processo negocial relativo ao Acordo firmado entre Portugal e os Estados Unidos para utilização da Base das Lajes - n.º 13/2012

Autor: PSD

Data de Entrada: 2012 – 03 – 16

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

9 – Petições:

Assunto: Por um justo concurso de professores – n.º 3/2012

Autora: Maria Raquel Vasconcelos Macedo Paz

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – 04 – 16;

Assunto: Ampliação do cais do Porto da Casa na ilha do Corvo – n.º 4/2012

Autor: Joaquim do Rosário Ferreira

Data de Entrada: 2012 – 02 – 24

Comissão: Economia

Data limite do parecer: – 2012 – 04 – 24

Assunto: Ribeirinha continuar com o estatuto de freguesia – n.º 5/2012

Autor: Manuel Emílio Porto

Data de Entrada: 2012 – 03 – 06

Comissão: Política Geral – Aguarda admissibilidade

Data limite do parecer: 2012 – 05 – 08

Assunto: Constituição de Comissão de Inquérito para avaliar a política de pescas do Governo Regional dos Açores – n.º 6/2012

Autores : A Direção da Cooperativa Porto de Abrigo - Organização de Produtores

Data de Entrada: 2012 – 03 – 12

Comissão: Economia – Aguarda admissibilidade

Data limite do parecer: 2012 – 05 – 14.

10 – Requerimentos:

Assunto: [Programa Reativar](#)

Autores: Rui Ramos, Costa Pereira e Francisco Álvares (PSD)

Data de Entrada: 2012.02.16

Referência: 54.03.00 – N.º 589/IX;

Assunto: [Abastecimento de Água à Freguesia de Água Retorta](#)

Autor: Paulo Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.02.17

Referência: 54.01.02 – N.º 590/IX;

Assunto: [Transporte de material de mergulho na SATA](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2012.02.17

Referência: 54.04.00 – N.º 591/IX;

Assunto: [Dívidas à Lotação](#)

Autor: António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 2012.02. 22

Referência: 54.03.00 – N.º 592/IX;

Assunto: [Atualização do processo de remoção e descarte de produtos que contenham amianto](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2012.02. 22

Referência: 54.06.00 – N.º 593/IX;

Assunto: [Ajudas de custo](#)

Autores: Duarte Freitas António Marinho e Clélio Meneses (PSD)

Data de Entrada: 2012.02. 23

Referência: 54.03.00 – N.º 594/IX;

Assunto: [Urbanização de São Brás espera há oito pelas habitações](#)

Autores: Paulo Ribeiro, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2012.02.23

Referência: 54.03.03 – N.º 595/IX;

Assunto: [Deslocação de doentes das ilhas sem hospital para consultas de especialidade](#)

Autor: Paulo Rosa (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.02.27

Referência: 54.01.00 – N.º 596/IX;

Assunto: [Avaliação da situação económico-social do Faial](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2012.02.29

Referência: 54.03.07 – N.º 597/IX;

Assunto: [Projetos de Interesse Regional](#)

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.03.01

Referência: 54.01.00 – N.º 598/IX;

Assunto: [Divulgação e Valorização do Património Cultural dos Açores na Imprensa Regional](#)

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.03.02

Referência: 54.01.00 – N.º 599/IX;

Assunto: [Academia de Música de Povoação](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.03.02

Referência: 54.01.02 – N.º 600/IX;

Assunto: [Protocolo entre o Governo Regional dos Açores e a Cooperativa de Leste, na Povoação](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.03.02

Referência: 54.01.02 – N.º 601/IX;

Assunto: [Cooperação entre o Teatro Micaelense e a Câmara Municipal de Povoação](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.03.02

Referência: 54.01.02 – N.º 602/IX;

Assunto: [Acesso à Vila da Povoação II](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.03.02

Referência: 54.01.02 – N.º 603/IX;

Assunto: [Nova Escola da Povoação](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.03.07

Referência: 54.06.08 – N.º 604/IX;

Assunto: [Concurso de pessoal docente](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2012.03.05

Referência: 54.03.00 – N.º 605/IX;

Assunto: [Conhecer os custos da produção agrícola](#)

Autores: António Ventura, Clélio Meneses, Paulo Ribeiro, Cláudio Lopes, Mark Marques, Cláudio Almeida, João bruto da Costa, José Francisco Salvador Fernandes e Aida Santos (PSD)

Data de Entrada: 2012.03.05

Referência: 54.03.00 – N.º 606/IX;

Assunto: [Construção da "marginal" na Fajã Grande, ilha das Flores](#)

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2012.03.07

Referência: 54.06.08 – N.º 607/IX;

Assunto: [Prática ilegal na "Tenta pública na Praça da ilha Terceira", incluída no "II Fórum da Cultural Taurina"](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2012.03.12

Referência: 54.06.03 – N.º 608/IX;

Assunto: [Atentado ambiental](#)

Autor: António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 2012.03.19

Referência: 54.03.02 – N.º 609/IX.

11 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Direto: Brand Builders Advertising Consultants Marketing e Publicidade, Lda.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.16

Referência: 54.01.00 – N.º 587/IX;

Assunto: [Feira Agro-Comercial da Graciosa](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.20

Referência: 54.03.04 – N.º 564/IX;

Assunto: [Regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.20

Referência: 54.03.04 – N.º 575/IX;

Assunto: [FUNDOPESCA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.20

Referência: 54.06.00 – N.º 578/IX;

Assunto: [Uniformização dos procedimentos em relação aos trabalhadores dos portos dos Açores, SA.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.20

Referência: 54.04.00 – N.º 580/IX;

Assunto: [Ribeira do Belo Jardim/Casa da Ribeira aguarda intervenção há dois anos](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.20

Referência: 54.03.03 – N.º 584/IX;

Assunto: [Cobertura da área comercial das Portas do Mar](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.20

Referência: 54.01.02 – N.º 583/IX;

Assunto: [Auditoria do Tribunal de Contas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.27

Referência: 54.03.00 – N.º 585/IX;

Assunto: [Programas de aquisição e empréstimo de recursos pedagógicos](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.03.05

Referência: 54.06.00 – N.º 577/IX;

Assunto: [Contrato de concessão assinado entre a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e a TSM](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.03.05

Referência: 54.06.01 – N.º 586/IX;

Assunto: [Problemas com a implementação do SIS-ARD \(Sistema de Informatização da Saúde-Açores Região Digital\)](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.03.19

Referência: 54.03.00 – N.º 579/IX;

Assunto: [Operação da Transmaçor no Porto Comercial das Velas em São Jorge](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.03.19

Referência: 54.01.00 – N.º 588/IX;

Assunto: [Abastecimento de água à freguesia de Água Retorta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.03.19

Referência: 54.01.02 – N.º 590/IX;

Assunto: [Transporte de material de mergulho na SATA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.03.19

Referência: 54.04.00 – N.º 591/IX;

Assunto: [Dívidas à Lotação](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.03.19

Referência: 54.03.00 – N.º 592/IX;

Assunto: [Urbanização de São Brás espera há oito anos pelas habitações](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.03.19

Referência: 54.03.03 – N.º 595/IX.

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a informar que o Manuel Herberto Rosa foi substituído pelo Senhor Deputado Ricardo Manuel Viveiros Cabral, na Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAA

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto José Branco Messias

Data de Entrada: 2012.02.23;

Assunto: Ofício a informar que o Senhor Deputado Berto José Branco Messias será substituído pela Senhora Deputada Maria da Piedade Lina Lalanda Gonçalves Mano, na Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAA

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto José Branco Messias

Data de Entrada: 2012.02.23;

Assunto: Ofício a enviar deliberação Camarária – Costa & Martins. Lda. – 100 anos

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2012.02.23;

Assunto: Ofício a enviar Deliberação Camarária - Centro de Aditologia da Horta

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2012.02.23;

Assunto: Ofício a enviar Relatório de execução do Vale de Saúde, em 2011

Proveniência: O Gabinete do Secretário Regional da Saúde

Data de Entrada: 2012.02.24;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução - Fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instalações Particulares de Solidariedade Social e Misericórdia da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2012

Autor: BE

Data de Entrada: 2012.02.28;

Assunto: Ofício a comunicar que na reunião da Comissão do passado dia 24 de fevereiro foi eleita a Sra. Deputada Maria Piedade Lalanda do (PS) Secretária da Comissão

Autor: O Presidente da Comissão Eventual para o Estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, Clélio Meneses

Data de Entrada: 2012.02.27;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Protesto - Comportamento irresponsável e desrespeitador da nossa autonomia

Autor: O Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação Social - Assembleia da República, José Mendes Mota

Data de Entrada: 2012.03.01;

Assunto: Ofício a enviar uma Moção - Encerramento do Tribunal Judicial de Nordeste

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal do Nordeste, João de Deus Andrade de Sousa

Data de Entrada: 2012.03.01;

Assunto: Ofício sobre a Reforma da Administração Local nos Açores

Autor: O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara

Data de Entrada: 2012.03.02;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório anual de 2011 do PROMEDIA II e respetivos anexos

Autor: José Gabriel L. M. Ávila

Data de Entrada: 2012.03.02;

Assunto: Ofício a enviar Moção, referente ao encerramento da Rádio Naval da Horta

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Jorge Alberto Costa Pereira

Data de Entrada: 2012.03.05;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Protesto, referente sobre as remunerações auferidas pelos gestores de Freguesia

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Jorge Alberto Costa Pereira

Data de Entrada: 2012.03.05;

Assunto: Ofício a enviar 2 Votos de Protesto, referentes ao cancelamento da obra de ampliação da pista do Aeroporto da Horta.

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Jorge Alberto Costa Pereira

Data de Entrada: 2012.03.05;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Protesto, Reforma na Administração Local

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, Dionísio Pereira Leite

Data de Entrada: 2012.03.05;

Assunto: ofício a acusar a receção do Voto de Protesto - Esvaziamento Económico da ilha do Faial

Autor: Chefe de Gabinete do 1.º Ministro de Portugal, Francisco Ribeiro de Menezes

Data de Entrada: 2012.03.06;

Assunto; Ofício a solicitar a declaração de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução – “Pronúncia, por iniciativa própria, da

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a revisão do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América” - n.º 12/2012

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012.03.06;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório de 2011 e o Plano de Atividades para 2012

Autora: A Presidente do Conselho Nacional de Educação, Professora Ana Maria Bettencourt

Data de Entrada: 2012.03.07;

Assunto; Ofício a comunicar que o Senhor Deputado Ricardo Ramalho será substituído pelo Senhor Deputado José Gabriel de Freitas Eduardo na Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto José B. Messias

Data de Entrada: 2012.03.07;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012 - Regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos

Autor: Chefe de Gabinete do Representa da República para a RAA, António de Almeida da Costa Coelho

Data de Entrada: 2012.03.08;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012 - Educação para a Saúde

Autor: Chefe de Gabinete do Representa da República para a RAA, António de Almeida da Costa Coelho

Data de Entrada: 2012.03.08;

Assunto: Ofício de Moção, apresentada pelo Grupo Parlamentar da CDU

Autora: A Presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores,
Maria da Graça Camacho

Data de Entrada: 2012.03.08;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento de um debate de urgência sobre o aumento do desemprego na RAA: causas e soluções

Autor: PPM

Data de Entrada: 2012.03.12;

Assunto: Ofício a enviar as verificações internas de contas de gerência aprovadas e a seguir indicadas:

- VIC. n.º 4/2012-/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.32) – “Centro de Saúde da Praia da Vitória”;
- VIC. n.º 5/2012-/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.33) – “Centro de Saúde de Vila Franca do Campo”.

Autor: O Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2012.03.13;

Assunto: Ofício a comunicar a análise e debate do Encerramento da estação dos CTT no aeroporto de Santa Maria

Autor: O Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria, Rui Alexandre dos Reis Almeida

Data de Entrada: 2012.03.13;

Assunto: Interpeção ao Governo Regional sobre o setor do turismo na Região Autónoma dos Açores

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2012.03.13;

Assunto: Declaração do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável "Rumo a uma 'Economia verde' ao serviço das pessoas e do bem comum"

Autor: O Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – CNADS, Mário Ruivo

Data de Entrada: 2012.03.14;

Assunto: Solicitação de nova apreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2012 - Primeira alteração ao DLR n.º 11/2007/A, de 22 de maio, que estabelece o regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos do tabaco na RAA

Autor: O Representante da República para a RAA, Pedro Catarino

Data de Entrada: 2012.03.15;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 - Regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade. Transpõe para o ordenamento jurídico regional a Diretiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, e a Diretiva n.º 2009/147/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens.

Autor: Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA, António de Almeida Costa Coelho

Data de Entrada: 2012.03.14;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2012 - Regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência ou incapacidade na Região Autónoma dos Açores

Autor: Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA, António de Almeida Costa Coelho

Data de Entrada: 2012.03.15;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2012 – Regime jurídico do sistema científico e tecnológico dos Açores

Autor: Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA, António de Almeida Costa Coelho

Data de Entrada: 2012.03.15;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012 – Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2000/A, de 10 de agosto, que estabelece o regime de licenciamento, de exploração de registo de máquinas de diversão

Autor: Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA, António de Almeida Costa Coelho

Data de Entrada: 2012.03.15;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 9/201 – Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário nos Açores

Autor: Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA, António de Almeida Costa Coelho

Data de Entrada: 2012.03.15;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2012 – Quarta alteração ao DLR n.º 37/2008/A, de 5 /08, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na RAA

Autor: Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA, António de Almeida Costa Coelho

Data de Entrada: 2012.03.15;

Assunto: Ofício a agradecer a aprovação e envio por esta Assembleia Legislativa do Voto de Congratulação – 150 anos da Cerâmica Vieira

Autor: O Sócio-Gerente António José da Silva Martins Vieira da firma de José Augusto Martins Vieira & Filhos , Lda. - Cerâmica Regional da Lagoa

Data de Entrada: 2012.03.16;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução – Salvaguarda dos interesses dos Açores em qualquer processo negocial relativo ao Acordo firmado entre Portugal e os Estados Unidos para utilização da Base das Lajes - n.º 13/2012

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2012.03.16;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012 - Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro (Aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012).

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012 – 03 – 19.

13 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Projeto de Lei n.º 111/XII \(PS\) – “Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02 – 27;

Assunto: Projeto de Lei n.º 112/XII (PS) – “Reforça os deveres e a fiscalização sobre os rendimentos dos titulares de cargos políticos”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02– 27;

Assunto: Projeto de Lei n.º 113/XII (PS) – “Quadro de referência para a elaboração dos códigos de conduta e de ética para a prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02– 27;

Assunto: Projeto de Lei n.º 114/XII (PS) – “Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02– 27;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei n.º 76/2012 – “Transpõe a diretiva n.º 2009/126/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, relativa à fase II da recuperação de vapores de gasolina durante e reabastecimento de veículos a motor nas estações de serviço, estabelecendo medidas destinadas a reduzir a quantidade de vapores de gasolina emitidos para a atmosfera”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02– 29;

Assunto: No âmbito da apreciação da Petição n.º 7/2011 - Contra a Construção do Campo de Golfe de Santa Maria

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03– 19;

Assunto: [No âmbito da apreciação da Petição n.º 16/2011 - Manifesto Contra a Incineração nos Açores -](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03– 19;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/2012 – “Aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03– 19;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “Estabelece o Regime Jurídico de Revelação e Aproveitamento de Bens Naturais Existentes na Crosta Terrestre, Genericamente Designados por Recursos Geológicos, Integrados ou não no Domínio Público, do Território Terrestre e Marinho da Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03– 19;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 90/2012 – “Procede à segunda alteração à lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a lei da água, transpondo a diretiva n.º 2000/60/CE, do parlamento europeu e do conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03– 19;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 167/XII \(PCP\) – “Estabelece a universalidade do acesso à televisão digital terrestre e o alargamento da oferta televisiva”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03– 19;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 172/XII \(PCP\) – “Elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03– 19;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 03 – 19;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 115/XII \(PS\) – “Lei da transparência ativa da informação pública”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02– 22;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei n.º 37/2012 –“Aprova o quadro de referência para a elaboração dos Códigos de Conduta e de Ética”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02– 27;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 47/XII - “Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02– 27;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 53/2012, - “Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, que aprova o regime Pessoal Especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02– 27;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 170/XII – “Altera o regime de arrendamento urbano e cria um regime especial de mobilização de fogos devolutos”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02– 27;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 163/XII \(BE\) – “Define o regime de audição e participação das autarquias locais e populações no processo legislativo de criação, extinção, fusão e modificação de autarquias locais, procede à primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho e procede à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto”](#).

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 03– 05;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 44/XII – “Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 03– 15;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 42/XII – “Aprova a lei-quadro das fundações e altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966” – n.º 192/IX](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 03– 13;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 03 – 19;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/2011 – “Estatuto da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário da Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 03– 15;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/2011 - “Regula o exercício da atividade de edição, reprodução, distribuição ou troca de videogramas”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 03– 15;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 61/2011 - “Recomenda ao Governo regional a adoção de medidas de compensação para atenuação do isolamento do\(a\)s enfermeiro\(a\)s das “Ilhas da Coesão”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 03– 15;

Assunto: [Petição n.º 3/2012 - “Por um justo concurso de professores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 03– 15;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/2011 – “Regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 03– 15;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 03 – 19;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - “Que aprova as normas técnicas do Programa de Erradicação da Doença de Aujeszky – MAMAOT – \(REG. DL 68/2012\)”](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Entrada: 2012 – 02– 17;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 151/XII - "Cria o banco público de terras agrícolas para arrendamento rural \(vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro\)"](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Entrada: 2012 – 02– 17;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – “Que revê o regime das taxas incidentes sobre os vinhos e produtos vínicos – MAMAOT – \(Reg. DL 258/2011\)”](#).

Proveniência: SubComissão de Economia

Entrada: 2012 – 02– 27;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 169/XII – “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 136/2006, de 26 de julho, que estabelece os princípios de utilização nos veículos automóveis ligeiros e pesados de gases de petróleo liquefeito, designados por GPL”](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Entrada: 2012 – 02– 28;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que “Aprova as alterações ao Código do IVA, ao Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo e ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira – PCM \(MF\) – \(Reg. PL 117/2012\)”](#).

Proveniência: SubComissão de Economia

Entrada: 2012 – 03– 12;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Institui a Comissão Ministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários – MF – \(Reg. DL 102/2012\)”](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Entrada: 2012 – 03– 12;

Assunto: [Petição n.º 12/2011 - “Pela proibição de variedades de organismos geneticamente modificados \(OGM\) na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Entrada: 2012 – 03– 19;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2009 – “Elevação de Lagoa a Cidade”](#)

Proveniência: Comissão Eventual para Apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo sobre a Elevação de Vila Franca do Campo e de Lagoa à categoria de Cidade

Entrada: 2012 – 03– 16;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2009 – “Elevação de Vila Franca a Cidade”](#)

Proveniência: Comissão Eventual para Apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo sobre a Elevação de Vila Franca do Campo e de Lagoa à categoria de Cidade

Entrada: 2012 – 03– 16.

14 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 120, 121, 122, 123, 124 e 125.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 117, 118 e 119.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco